

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de Psicologia
Mestrado em Psicologia

Tiago Iwasawa Neves

**O CONCEITO BACHELARDIANO DE DEFORMAÇÃO E A
COMPATIBILIDADE LÓGICA ENTRE A PSICANÁLISE E A CIÊNCIA**

Belo Horizonte

Fevereiro/2009

**O CONCEITO BACHELARDIANO DE DEFORMAÇÃO E A
COMPATIBILIDADE LÓGICA ENTRE A PSICANÁLISE E A CIÊNCIA**

Tiago Iwasawa Neves

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro

Co-orientador: Prof. Dr. Roberto Pires Calazans Matos

Belo Horizonte

Fevereiro/2009

**O CONCEITO BACHELARDIANO DE DEFORMAÇÃO E A
COMPATIBILIDADE LÓGICA ENTRE A PSICANÁLISE E A CIÊNCIA**

Tiago Iwasawa Neves

Orientador: Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro
Co-orientador: Prof. Dr. Roberto Pires Calazans Matos

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado por

Prof. Dr. Paulo César de Carvalho Ribeiro (Orientador)

Prof. Dr. Roberto Pires Calazans Matos (Co-orientador)

Prof. Dr. Eduardo Dias Gontijo

Prof. Dr. Julio Eduardo de Castro

Belo Horizonte
Fevereiro/2009

NEVES, Tiago Iwasawa.

O conceito bachelardiano de deformação e a compatibilidade lógica entre a psicanálise e a ciência/ Tiago Iwasawa Neves. Belo Horizonte :UFMG/FAFICH, 2009. x, 94 fls

Dissertação (Mestrado em Psicologia) –
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

Orientador: Paulo César de Carvalho Ribeiro

1. Epistemologia 2. Deformação 3. Psicanálise 4. Freud – Teses
I. Ribeiro, Paulo César de Carvalho (orientador). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Dedicatória

Aos meus pais, Clóvis e Sônia.
Pessoas queridas e indispensáveis neste percurso.

AGRADECIMENTOS

ao Paulo César, pela atenção, pela orientação precisa e valiosa;
ao Roberto Calazans, pelo sempre presente incentivo;
à Jack, pela companhia e por suas sinceras palavras de conforto;
aos meus irmãos Talles e Nathália, pelo carinho e amizade;
às amigas Luisa e Tati, amores que resistem à distância;
aDani, que com sua amizade foi fundamental para a realização deste trabalho;
às amigas Camilota e Guaranésia, pelo zeloso e aconchegante “asilo político”;
aos amigos Juliano, Jorge e Atualpa, pelos tempos indígenas;
aos amigos do mestrado, pelos “não-querer-saber” compartilhados;
aos amigos de Ipatinga, pela força;
aos amigos do NUPEP, pelas conversas, pelas “peladas” no campo da UFSJ;
ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, pelo apoio institucional;
ao CNPq, pelo apoio financeiro.

RESUMO

NEVES, Tiago Iwasawa. **O conceito bachelardiano de deformação e a compatibilidade entre a psicanálise e a ciência**. Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Abordamos a epistemologia histórica de Gaston Bachelard para demonstrar que a psicanálise mantém uma relação de compatibilidade lógica com a ciência. Esta epistemologia afirma que a atividade científica moderna traz como efeito fundamental uma disjunção entre os campos de problema (científico e ético). A psicanálise foi fundada somente após esta operação de disjunção; a clínica psicanalítica inventada por Freud não propõe um procedimento científico para o sujeito. O problema de uma orientação para o sujeito aparece somente com a matematização da física, a qual acaba por abolir o mundo das qualidades naturais em função de um mundo da precisão. Por isso trata-se de uma compatibilidade lógica, uma vez que a prática psicanalítica não se insere no campo científico, mas sim no campo ético. Tratando-se, então, de problemas distintos, de que maneira a psicanálise é compatível com a ciência? Elas adotam o mesmo princípio para tratar de um problema: a deformação dos conceitos com os quais lidam. Segundo Bachelard, somente em função de um trabalho de deformação é que as primeiras noções e hipóteses tornam-se conceitos. E apenas conceitos produzidos segundo este trabalho é que serão considerados compatíveis com a lógica proposta pela atividade científica moderna. Portanto, é a partir do conceito de deformação que abordaremos o período inicial da obra de Freud – anos de fundação da psicanálise – procurando demonstrar como os conceitos de inconsciente e sexualidade infantil só surgem em função de um trabalho de deformação.

Palavras-chave: Epistemologia, deformação, psicanálise, Freud.

ABSTRACT

NEVES, Tiago Iwasawa. **The bachelardian concept of deformation and the compatibility between psychoanalysis and science.** Belo Horizonte, 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

We approach Gaston Bachelard's Historical Epistemology to demonstrate that psychoanalysis maintains a relation of logical compatibility with science. This epistemology affirms that the modern scientific activity brings the fundamental effect of the disjunction between different fields (scientific and ethics). The foundation of Psychoanalysis only happened after this disjunction took place; the psychoanalytic method invented by Freud doesn't imply a scientific procedure. The problem of an orientation that should be followed by the subjects only appears with the emergence of the mathematical-physics model, which ended up by abolishing the world of natural qualities in benefit of a world of precision. That's why it is a logical compatibility that is in question, once psychoanalytical method is not included within in the scientific field, but in the ethical one. If there is a difference of fields, in which way is psychoanalysis compatible with science? Both fields are based on the same principle: the deformation of the concepts they deal with. According to Bachelard a deformation work is necessary to transform initial notions and hypothesis into concepts. Only concepts produced in accordance to this work can be considered compatible with the logic proposed by modern scientific activity. Therefore we take as a starting point the concept of deformation to approach the initial period of Freud's work – the foundation years of the psychoanalysis – aiming to demonstrate that the concepts of unconscious and infantile sexuality required the deformation work to emerge.

Keywords: Epistemology, deformation, psychoanalysis, Freud

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: Epistemologia.....	18
Seção A: Introdução.....	18
Seção B: Epistemologia histórica e Espírito Científico.....	20
Seção C: Corte epistemológico e a disjunção dos campos de problema.....	25
Seção D: Deformação e retificação conceitual.....	30
Seção E: Psicanálise e Espírito Científico.....	34
CAPÍTULO 2: Aparelho Psíquico.....	42
Seção A: Introdução.....	42
Seção B: Mecanismo psíquico da histeria.....	49
Seção C: O ponto de vista quantitativo: o <i>Projeto</i> de 1895.....	57
Seção D: Os sonhos e o Sistema Inconsciente.....	65
CAPÍTULO 3: Sexualidade.....	74
Seção A: Introdução.....	74
Seção B: A teoria da sedução traumática.....	78
Seção C: Fantasias Inconscientes e a realidade psíquica.....	87
Seção D: A sexualidade infantil.....	92
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

Carlos, sossegue, o amor
é isso que você está vendo:
hoje beija, amanhã não beija,
depois de amanhã é domingo
e segunda-feira ninguém sabe
o que será.

Inútil você resistir
ou mesmo suicidar-se.
Não se mate, oh não se mate,
reserve-se todo para
as bodas que ninguém sabe
quando virão,
se é que virão.

O amor, Carlos, você telúrico,
a noite passou em você,
e os recalques se sublimando,
lá dentro um barulho infável,
rezas,
vitrolas,
santos que se persignam,
anúncios do melhor sabão,
barulho que ninguém sabe
de quê, pra quê.

Entretanto você caminha
melancólico e vertical.
Você é a palmeira, você é o grito
que ninguém ouviu no teatro
e as luzes todas se apagam.
O amor no escuro, não, no claro,
é sempre triste, meu filho, Carlos,
mas não diga nada a ninguém,
ninguém sabe nem saberá.

(*Não se mate*, Carlos Drummond de Andrade)

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende abordar a seguinte questão: qual o tipo de laço entre a psicanálise e a ciência? Sabemos que a referência à ciência é constante no pensamento psicanalítico. Ora, foi o próprio criador da psicanálise que em *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969) admitiu que a validação científica da teoria que propunha era uma questão primordial. Mas o mais curioso é que, desde a tentativa de Sigmund Freud de conferir cientificidade à teoria que formulava sobre o funcionamento do psiquismo humano, não só os psicanalistas se colocam o problema de uma legitimação científica para a *práxis* psicanalítica. Atualmente, alguns desses desenvolvimentos criticam a psicanálise por ela não se adequar ao modelo científico. Como exemplo, temos um livro publicado recentemente na França: *Le livre noir de la psychanalyse* (MEYER, 2005). O livro negro da psicanálise é uma coletânea de artigos assinados por 40 autores (terapeutas de diversas linhas) de dez nacionalidades distintas. Em entrevista publicada no Caderno Mais do jornal Folha de São Paulo (07/05/2006), Catherine Meyer, organizadora do livro, afirmou que o objetivo desta coletânea era discutir se a psicanálise era eficaz, isto é, se a eficácia do tratamento psicanalítico pode ser ou não cientificamente comprovada. No entanto, a leitura do livro não confirma a proposta de discussão. Além de uma difamação direta e explícita de Freud – “pai incestuoso”, “usuário de cocaína”, etc – o “livro negro” acusa a psicanálise de ser uma pseudociência, pois esta supostamente não comprovaria empiricamente suas hipóteses e teses.

Nesta mesma linha de crítica, temos, em 2003, a publicação de um livro cuja finalidade é promover a aproximação entre a psicanálise e a neurociência, fundando assim uma nova disciplina, a saber, a Neuropsicanálise. *Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência* (2003) de Victor Manoel Andrade elabora uma crítica semelhante à de Meyer: “O diálogo entre a psicanálise e a neurociência não implica absorção da primeira pela segunda. Ao contrário, visa a encontrar um respaldo científico para a psicanálise, com qual seu método pode ser aperfeiçoado” (ANDRADE, 2003, p.24). Na página seguinte, Andrade esclareceu que o termo Neuropsicanálise “se refere à interface entre os dois campos, não

devendo ser tomado como uma substituição da psicanálise” (p.25). Notemos, no entanto, que as duas afirmações de Andrade parecem ser contraditórias. Mas não nos enganemos com a segunda afirmação dele. O objetivo da Neuropsicanálise não é outro senão, a partir de uma suposta pesquisa interdisciplinar, fornecer um substrato empírico à psicanálise em função de determinantes cerebrais. Anos antes, a criação da Sociedade Internacional de Neuropsicanálise no ano de 2000 na Inglaterra foi uma resposta à crítica cientificista – a psicanálise seria ou uma pseudociência, tal como propôs posteriormente o “livro negro”, ou uma promessa de ciência, tal como propôs o livro de Andrade.

Com efeito, o “livro negro” e os neuropsicanalistas, segundo a proposta de Gaston Bachelard a partir da Epistemologia Histórica, cometem o erro de julgar a psicanálise sem se preocupar com o sentido do problema que está em jogo, isto é, sem ao menos questionar se o problema da psicanálise é científico ou não. É esta questão que formulamos nesta dissertação: o problema epistemológico da psicanálise seria o de uma objetivação, tal como ocorre na atividade científica? Acreditamos que é esta pergunta que tais desenvolvimentos atuais negligenciam. Isso é o que constatamos com a leitura do texto de um neurocientista que aderiu ao movimento neuropsicanalítico: “o método psicanalítico foi eficaz em propor hipóteses científicas, mas, ao mesmo tempo, pouco eficaz em testá-las” (KANDEL, 1999, p.506). Kandel só não se pergunta se interessa à psicanálise submeter-se ao crivo da cientificidade tal como ele a concebe. E ele ainda confunde campos de problemas distintos ao formular que a psicanálise foi bem sucedida ao propor hipóteses científicas, mas que não encontrou o mesmo sucesso quando pensamos sua legitimidade pelo “modelo científico”. Ora, a questão é saber se realmente a psicanálise espera uma legitimação científica de sua *práxis*. O movimento neuropsicanalítico e as publicações citadas acima se amparam naquilo que chamamos de postura cientificista: a afirmação da objetividade como valor fundamental para que uma teoria seja dotada de sentido e coerência aos olhos de uma dita comunidade científica. O contrário podemos depreender da epistemologia bachelardiana. Ao propor o conceito de corte epistemológico, Bachelard está preocupado não somente em estabelecer uma autonomia do pensamento científico na elaboração de seus axiomas, mas também em promover a lógica que marca o mundo moderno da ciência: uma teoria é validada em função da grade conceitual que torna possível uma experiência. A objetivação

alcançada pela ciência é, sem sombra de dúvidas, o que legitima seu domínio, seu campo de ação. Mas, a objetivação não pode ser tomada como o valor fundamental para se julgar uma teoria ou uma prática por dois motivos. Primeiro: tomar a objetivação científica como valor fundamental é valorizar um aspecto estranho à lógica da ciência, a saber, a premissa de que ela lida com objetos. Como diria Bachelard, a ciência não lida com objetos prontos da experiência cotidiana; ela os fabrica segundo uma definição operatória. Segundo: com o corte epistemológico promovido pelo advento da atividade científica moderna, temos uma ruptura entre os campos de problema científico e ético. No campo ético de problemas se estabelecem os questionamentos em torno de uma orientação, isto é, o problema sobre a validação de uma decisão e não de uma objetivação.

Desde a fundação da psicanálise, sabemos que o laço que a une à ética é traçado em linhas bem definidas: toda sugestão ou qualquer tipo de julgamento moral deve ser deixado de lado pelo psicanalista. Dessa forma, acreditamos que todas estas acusações sofridas atualmente pela psicanálise partem ainda de uma postura científicista que nomearemos de função realista, pois pretendem tomar como sinônimo de ciência uma suposta “eficácia” que a psicanálise não teria. Entretanto, como nos apontou Georges Canguilhem (1973) ao avaliar as sucessivas tentativas fracassadas da psicologia no sentido de se tornar científica, esta suposta eficácia deve ser discutida, pois quando os diversos psicoterapeutas que escreveram o “livro negro” usam este termo, torna-se claro que estão falando a partir de uma idéia de normatividade social (CANGUILHEM, 1973, p.104-105). Isso quer dizer que além de proporem um suposto tratamento objetivo para os pacientes, essas psicoterapias acreditam que a clínica deve servir como instrumento de orientação para a sociedade. Ou seja, a direção do tratamento nestas psicoterapias está condicionada a uma simples questão de métodos e competências que se adequariam “cientificamente” à realidade e a uma dada concepção de normatividade. Temos mais um exemplo de confusão entre campos distintos. Ora, não seriam exatamente estes preceitos que a psicanálise se encarregou de desmitificar – a perfeita e justa adequação da singularidade do sujeito a determinações da realidade e da norma social vigente? A questão pode ainda sofrer alguns desdobramentos: teria o termo “eficácia” algum sentido no discurso científico?

É interessante notarmos que vários autores da psicanálise se dedicaram ao estudo da relação que a psicanálise mantém com a ciência¹. Dentre eles podemos destacar Jacques Lacan que, em *O Seminário Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1985), formulou o problema em torno da cientificidade da psicanálise a partir de um aforismo fundamental de seu ensino: “o estatuto do inconsciente é ético” (p.37). Esta afirmação de Lacan foi feita no momento de discussão sobre os conceitos e a *práxis* psicanalítica: serão científicos ou não? “Pode a psicanálise, sob seus aspectos paradoxais, singulares, aporeicos, ser considerada entre nós como constituindo uma ciência, uma esperança de ciência?” (LACAN, 1964/1985, p.25). Conclui-se, a partir do aforismo acima citado, que os problemas tratados pela psicanálise não são de ordem científica, mas antes, ética.

Esta conclusão, no entanto, está articulada a alguns pressupostos epistemológicos. Sabemos que a epistemologia que sustenta a tese defendida por Lacan é a de Alexandre Koyré. Esta referência não aparece no ensino lacaniano ao acaso. Acreditamos que ela seja necessária a várias de suas teses. Por exemplo, Lacan afirmou que o sujeito é o único material sobre o qual o psicanalista se atém na prática analítica² e que esta prática só pode ter nascido da ciência. (LACAN, 1966a/1988, p.232). Segundo Lacan, existe uma relação entre a psicanálise e a ciência que possibilita à psicanálise operar sobre o sujeito da ciência³. E somente uma relação de compatibilidade lógica entre a psicanálise e a ciência é capaz de sustentar que este sujeito, sobre o qual a psicanálise opera, é o mesmo que vemos surgir como efeito da atividade científica moderna. Portanto, a afirmação de que a psicanálise opera sobre um sujeito, e que este sujeito é o sujeito da ciência, só é possível de ser formulada levando em consideração as consequências que o advento da atividade científica moderna acarreta. Consequências que, para serem pensadas, devem levar em conta uma epistemologia específica.

¹ Principalmente aqueles que participaram na década de 60 do Círculo de Epistemologia da Escola Normal Superior, que se reuniam em torno da revista *Cahiers pour l'analyse*: Jacques-Alain Miller, François Regnault, Gerard Miller, Serge Cottet e Jean Calude-Milner, por exemplo.

² “Que se possa ver, no que aqui se desenha de uma referência à linguagem, o fruto da única imprudência que nunca nos enganou: a de não fiarmos a nada senão à experiência do sujeito que é a matéria única do trabalho analítico” (LACAN, 1966b/1998, p.71).

³ “Não há ciência do homem porque o homem da ciência não existe, mas apenas seu sujeito” (LACAN, 1965/1998, p.873).

Neste trabalho abordaremos a Epistemologia Histórica com o objetivo de demonstrar que a relação que a psicanálise mantém com a ciência é de compatibilidade lógica. Devemos ressaltar que esta compatibilidade lógica indica que a psicanálise, mesmo não sendo uma ciência propriamente dita, é compatível com esta última por seguir a nova lógica imposta pela atividade científica moderna: o trabalho de deformação conceitual. O trabalho que pretendemos realizar baseia-se na retomada de alguns conceitos psicanalíticos freudianos para demonstrar a compatibilidade lógica do pensamento científico com o pensamento psicanalítico, a partir do conceito bachelardiano de deformação. Se há um laço que une a psicanálise e a epistemologia bachelardiana, este deve ser buscado não em um mesmo tema abordado, mas em um mesmo princípio adotado.

Nosso percurso será diferente daquele trilhado por Lacan, mas devemos ressaltar que um dos pressupostos fundamentais que nos servirá de guia neste trabalho é a definição da clínica psicanalítica como a clínica do sujeito. De acordo com Jacques-Alain Miller (1996), é no conceito de sujeito que está a referência maior da clínica psicanalítica definida por Lacan. Esta referência ao sujeito segue a proposta freudiana acerca da distinção dos pensamentos latentes e do conteúdo manifesto no sonho; de uma clínica do sintoma a uma clínica para a qual importa a posição do sujeito na fantasia.

Nesta dissertação trataremos da relação da psicanálise com a ciência nos remetendo aos anos de fundação da psicanálise. A questão que nos provoca é o interesse científico de Freud e os conceitos elaborados por ele neste período. Devemos nos perguntar quais foram os problemas com os quais Freud se deparou quando formulou a questão de um estatuto científico para a psicanálise, e de quais conceitos psicanalíticos ele lança mão para tratar a questão da ciência. Sabemos que um dos principais textos nos quais Freud exhibe sua vinculação com as ciências de sua época foi o *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969). No *Projeto*⁴ vemos seu interesse em estabelecer uma explicação para os processos psíquicos tomando por base os processos neuronais a partir de uma fisiologia do

⁴ Ao longo deste trabalho adotaremos, em algumas passagens, somente as palavras iniciais para abreviar o título de algumas obras freudianas. A palavra *Projeto*, para abreviar o título do *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969); *Estudos*, para *Estudos sobre a histeria* (1893b/1969); *Interpretação*, para *A interpretação dos sonhos* (1900/1969); *Três Ensaios*, para *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1969).

sistema nervoso. Nesta mesma época, Freud se deparou com o problema de estabelecer uma etiologia sexual para as neuroses, com base na teoria da sedução traumática. Todavia, vemos que posteriormente Freud abandonou, tanto o modelo neuronal postulado no *Projeto*, quanto a teoria da sedução traumática, em benefício das hipóteses do inconsciente e da sexualidade infantil. Nosso interesse é focalizar este abandono, realizado por Freud, de duas de suas principais teses até aquele momento: a de que a neurose é causada por desarranjos energéticos no interior do sistema nervoso e a de que a etiologia sexual das neuroses se encontrava enraizada em uma cena sexual traumática da infância. Síncrono a este percurso teórico, constatamos que os métodos hipnótico, catártico e de “pressão na testa” são abandonados em benefício da técnica da associação-livre.

Dois conceitos fundamentais para pensarmos a clínica inventada por Freud adquirirão um sentido específico na grade conceitual da psicanálise a partir de um trabalho de deformação. São eles: inconsciente e sexualidade infantil. Portanto, podemos pensar o problema de um estatuto científico para a psicanálise a partir do conceito de deformação, tal como definido por Bachelard. Podemos então reformular nossa questão nos seguintes termos: quais as consequências da hipótese do inconsciente e da sexualidade infantil para a relação da psicanálise com a ciência?

No primeiro capítulo desta dissertação trataremos de questões epistemológicas que nos servirão de ferramentas conceituais para o restante do trabalho. Na sequência, o segundo e terceiro capítulos serão a parte demonstrativa de nossa dissertação. Cada um deles será dedicado respectivamente às deformações das noções de aparelho psíquico e sexualidade. No segundo e terceiro capítulos, nos fiaremos nos textos freudianos – volume I ao VII da Edição Standard Brasileira.

A justificativa para este trabalho nos parece ser apenas uma, mas de importância fundamental: evitar a degradação dos conceitos psicanalíticos, ressaltando a especificidade do campo de problemas da psicanálise. Assim, pretendemos responder a algumas das críticas dirigidas atualmente à psicanálise. De fato, a questão que mais nos provoca é a crítica segundo a qual o tratamento clínico psicanalítico não atende as exigências do modelo científico. Mas, a nosso ver, esta exigência de adequação a uma suposta ciência, que estaria preocupada com determinados valores sociais e morais, não surge do discurso

psicanalítico. A neuropsicanálise, por exemplo, ao propor uma subordinação dos conceitos psicanalíticos a um substrato empírico, degrada a prática psicanalítica, que desde sua origem se caracteriza por ser uma clínica preocupada com a fala. A cura das neuroses, se pensada em termos de alteração de conexões cerebrais, poderia se dar sem que precisássemos nos ocupar com a fala do paciente. Segundo afirmou Serge Cottet (2005), uma prática não irá se degradar caso os conceitos sejam submetidos a um processo de deformação, o que ampliaria o campo das experiências. A referência a Gaston Bachelard não é gratuita, como podemos atestar nesta passagem:

“Aproveito para lembrar também uma pequena lição de epistemologia: uma prática esclarecida não se degrada, nem abandona em nada seus princípios, ao deformar seus conceitos para ampliar o campo de experiência. Refiro-me aqui ao epistemólogo Gaston Bachelard, segundo o qual ‘a riqueza de um conceito científico se mede por sua potência de deformação’” (COTTET, 2005, p.29).

Dessa forma, a referência a este conceito bachelardiano possui longo alcance. Ainda seguindo Cottet, poderíamos citar, como uma grave degradação da psicanálise, a promessa de uma cura acelerada. A “psicanálise selvagem” seria o resultado de uma insuficiência conceitual, isto é, a subordinação da lógica conceitual da psicanálise a determinantes da esfera econômica e social. Nosso trabalho pretende destacar, a partir do conceito de deformação, os princípios que norteiam a prática da psicanálise. Dessa forma, esta dissertação visa acentuar o sentido dos conceitos de inconsciente e sexualidade a partir da situação que os suscitaram. Portanto, um primeiro ponto importante é que não devemos confundir deformação e degradação conceitual. Esta última significa não considerar o trabalho que implica a produção de um conceito, tampouco a ordem de realização para este conceito.

Por esta razão privilegiamos como operador conceitual do nosso trabalho o conceito bachelardiano de deformação. Apontamos para um duplo abandono realizado por Freud: da teoria da sedução traumática e do aparelho psíquico em termos neuronais do *Projeto*. É em torno do trabalho de Freud na deformação dos conceitos de inconsciente e sexualidade que pretendemos demonstrar nossa hipótese de compatibilidade lógica entre a psicanálise e a atividade científica.

CAPÍTULO 1

EPISTEMOLOGIA

A) Introdução

Em uma célebre frase, Gaston Bachelard (1934/1979) afirmou que a física contemporânea trouxe mensagens de um mundo desconhecido. Este desconhecimento, segundo Bachelard, surge devido ao fato de que os fenômenos e objetos dos quais esta física se ocupa não se referem mais “às nossas coisas”. O átomo, os corpúsculos e as ondas eletromagnéticas – conceitos elaborados pela ciência física moderna – não seriam coisas que estariam ao alcance de nossas mãos e olhos. Os objetos e conceitos elaborados pela ciência moderna só existem em função de algumas coordenadas que os tornam possíveis. Em outras palavras, a ciência moderna é aquela que rompe com o realismo das explicações e dos conceitos. Ou ainda, a atividade científica moderna recusa qualquer realidade que não seja obtida a partir de um processo de objetivação. Como diria Bachelard:

“Eis, então, a tese que vamos sustentar: o espírito científico deve formar-se contra a *Natureza*, contra o que é, em nós e fora de nós, o impulso e a informação da *Natureza*, contra o arrebatamento natural, contra o fato colorido e corriqueiro. O espírito científico deve formar-se enquanto se reforma” (BACHELARD, 1996, p.29: grifo nosso).

Esta afirmação foi feita em um momento de debate sobre a validação da atividade científica moderna. O pensamento científico moderno se alinha a uma perspectiva filosófica empirista, que parte da experiência para o estabelecimento de leis? Ou ao contrário, esta atividade se alinha ao pólo oposto, idealista, que adota a perspectiva de um espírito já instruído e “dotado de todas as categorias indispensáveis para a compreensão do real”? (BACHELARD, 1940/1979, p.60). A tese da epistemologia histórica⁵ de Bachelard é que a

⁵ O termo epistemologia histórica foi proposto por Dominique Lecourt em um livro publicado em homenagem ao pensamento de Bachelard – *L'épistémologie historique de Gaston Bachelard* (1969). No sentido aqui tratado, estendemos esta denominação a todos os autores em epistemologia – entre eles, os que utilizaremos nesta dissertação: Alexandre Koyré, Robert Blanché, Jean Ullmo e François Jacob – que situam a autonomia do pensamento científico em relação a uma fundamentação filosófica. Os conceitos de corte epistemológico e

validação da atividade científica não passa pela legislação de nenhum destes pólos, sendo esta tarefa não de um filósofo e nem de um cientista, e sim de um epistemólogo. A distinção empirismo/racionalismo é um debate interno à filosofia. O epistemólogo Dominique Lecourt (1967) propôs que seria tarefa da epistemologia histórica, fundamentalmente, se colocar contrariamente a estes dois pólos filosóficos que buscam subordinar a atividade científica a um discurso filosófico, e afirmar a autonomia do pensamento científico na elaboração de seus princípios e métodos. O pensamento científico “vai seguramente do racional ao real e não ao contrário, da realidade ao geral, como professoravam todos os filósofos de Aristóteles a Bacon. Em outras palavras, a aplicação do pensamento científico parece-nos essencialmente realizante” (BACHELARD, 1934/1979, p.92).

A questão crucial para a atividade científica moderna diz respeito a uma tomada de posição epistemológica que não se guie pela busca de um indubitável. A este posicionamento em epistemologia Bachelard deu o nome de Espírito Científico. De fato, o advento da atividade científica moderna não implica mais na busca de um mundo natural, no qual os objetos estariam dispostos hierarquicamente formando o conjunto do universo. A principal tese de Alexandre Koyré (1991a, 1991b) é que o mundo moderno surge somente em função de uma ruptura com o mundo antigo; ocasionada por um corte epistemológico, o qual é possível de ser pensado a partir do momento em que a física se torna matematizada. Uma das principais teses da epistemologia histórica é que um dos efeitos da matematização da física é o estabelecimento de novas coordenadas para definirmos qual o sentido do problema que está em jogo para uma atividade científica. Estas novas coordenadas são: um mundo infinito, sem qualidades e sem hierarquias. Enfim, características de um mundo moderno, que definiremos, então, como um mundo afetado pela atividade científica.

Em função disso, o objetivo deste capítulo não é uma discussão filosófica. O Espírito Científico é justamente uma atitude de recusa a uma tomada de posição realista e universal. Mas por outro lado, devemos estabelecer quais as condições que possibilitam a

regiões epistemológicas que discutiremos na seção C darão mais força a esta tese de autonomia do pensamento científico.

epistemologia histórica afirmar esta recusa. Dessa forma, demonstraremos que o Espírito Científico se orienta a partir de coordenadas específicas que deformam as noções de objeto e experiências científicas propostas pelas filosofias tradicionais. O conceito de deformação é que será nossa referência fundamental, uma vez que a nossa tese é de que a psicanálise e a ciência são compatíveis logicamente em função do Espírito Científico. Este último se orienta a partir da retificação de erros e deformações conceituais, que trazem como consequência a afirmativa seguinte: “o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo a espiritualização” (BACHELARD, 1996, p.17).

Com efeito, em primeiro lugar definiremos a atividade científica moderna em torno dos conceitos da epistemologia de Gaston Bachelard (seções B e C). Além de Bachelard, outros autores em epistemologia servirão de guias neste momento para que, a partir da elaboração dos princípios que comandam a atividade científica, possamos dar forma ao conceito de deformação – característica fundamental do Espírito Científico –, fazendo com que este se torne operativo em nossa análise (seção D). São eles: Alexandre Koyré, François Jacob, Dominique Lecourt, Robert Blanché e Jean Ullmo. Em um segundo momento (seção E), pretendemos demonstrar que a psicanálise é constrangida pela configuração epistemológica proposta pelo Espírito Científico: a ciência moderna traz como efeito um corte epistemológico entre o mundo antigo e o mundo moderno. No final, trataremos do aforismo lacaniano ‘a psicanálise só é possível em um mundo onde há ciência’, e extrairemos as consequências para a psicanálise da disjunção dos campos de problemas imposta pelo corte epistemológico.

B) Epistemologia histórica e Espírito Científico

Afirmar que a física matematizada é o que expressa a realização da ciência moderna equivale a dizer que esta física é uma teoria intrinsecamente articulada a uma experiência. Essa articulação, Bachelard (1999) a nomeou de objetivação e, por esta razão, é um erro equiparar este termo a um empirismo do tipo preconizado por Francis Bacon. Segundo Koyré (1991a), o papel de Bacon e de Galileu (cientista que na visão de Koyré instaura a

física matematizada) na história das ciências não é da mesma ordem. Isso porque a observação e experiência através dos sentidos – implicações do empirismo de Bacon – servem mais como obstáculo no caminho de uma objetivação, e menos como um método da ciência moderna. Ou melhor, não devemos confundir experiência com experimentação (p.153). É contra a noção de empirismo desenfreado, isto é, sem uma ordem de produção para uma experimentação, que se coloca o pensamento científico moderno.

Ao contrário do empirismo e de um primado da experiência vulgar, devemos considerar teoria e *práxis* a partir de uma nova ligação, própria ao mundo científico. Bachelard em *A filosofia do não* (1940/1979) demonstrou que na ciência moderna o momento da experimentação, assim como seu instrumento, são considerados teorizações precisas. Um exemplo clássico desta demonstração é o telescópio. Este instrumento não se reduz a uma mera ampliação sensorial capaz de fornecer de forma mais precisa, os dados da experiência sensível. Devemos pensá-lo como uma teoria realizada, e não como uma extensão do olhar. A instrumentalização da experiência não nos informa, em hipótese alguma, uma experiência sensível imediata. O real matematizado da física moderna não é da ordem de uma realidade pronta para ser descoberta, mas sim de uma produção. Desse modo, Galileu não voltou seu telescópio para os astros para “vê-los” melhor, mas sim para interrogá-los.⁶ Portanto, o telescópio é uma teoria realizada, ou dito de outra maneira, “um instrumento, na ciência moderna, é um teorema coisificado” (BACHELARD, 1977, p.129). Neste contexto de debate entre experiência e experimentação, o conceito de definição operatória de Jean Ullmo (1967) é esclarecedor:

“Uma definição operatória é uma definição que comporta a descrição de um processo regular para referir, medir, mais geralmente atingir e identificar o conceito definido. A primeira exigência metodológica da ciência é a de utilizar apenas conceitos assim definidos” (ULLMO, 1967, p.27).

Assim, se o telescópio não é fabricado no intuito de “descobrir” os astros, é porque há uma teoria, anterior a este instrumento, que define operatorialmente, por exemplo, as órbitas elípticas dos planetas em torno do sol. É por esta razão que a instrumentalização e a

⁶ “A experimentação consiste em interrogar metodicamente a natureza” (Koyré, 1991a, p.154)

experimentação designam experiências passíveis de serem repetidas. “A experiência é feita para ilustrar um teorema” (BACHELARD, 1996, p.50). O caráter de repetição é fundamental para a atividade científica moderna porque, a partir deste, podemos desqualificar a pretensão de que a ciência se ocupa de uma experiência, e de que esta última é a sua condição. Ullmo acredita que é a partir de então que se estabelece um fosso entre a experiência propriamente científica e qualquer outro tipo de experiência (1967, p.27). É por esta razão que Lacan afirmou que não basta uma prática evocar a experiência para se dizer científica. A experiência mística, por exemplo, não é científica, visto que não é repetível; isto não significa que a experiência mística não seja real (1964/1998, p.16).

E quanto à noção de objeto? Será que os objetos científicos são “coisas”, ou antes, conceitos definidos operatorialmente? Notemos que o Espírito Científico estabelece também outro sentido para conceito de objeto. Bachelard afirmou em *Psicanálise do fogo* (1999) que não basta falar em objetos para se crer objetivo (p.1). Em primeiro lugar, porque a ciência não encontra os seus objetos prontos na natureza; ela os produz a partir da definição operatoria. É aqui que podemos inserir o conceito de objetividade na epistemologia bachelardiana:

“De fato, a objetividade científica só é possível se inicialmente rompemos com o objeto imediato, se recusamos a sedução da primeira escolha, se detemos e refutamos os pensamentos que nascem da primeira observação. Toda objetividade, devidamente verificada, desmente o primeiro contato com o objeto. Ela deve, em primeiro lugar, criticar tudo: a sensação, o senso comum, inclusive a prática mais constante, e finalmente a etimologia, pois o verbo, feito para cantar e seduzir, raramente coincide com o pensamento. Longe de maravilhar-se, o pensamento objetivo deve ironizar. Sem essa vigilância malévola, não assumiremos jamais uma verdadeira atitude objetiva” (BACHELARD, 1999, p.1-2).

A deformação das noções de experiência e objeto, operadas pela ciência moderna, trouxe como consequência direta a possibilidade desta última recusar qualquer realidade que não seja produzida. Não há mais uma realidade independente de um pensamento que a torna possível; não existe objeto científico que não seja definido operatorialmente. Dessa forma, podemos deslocar o impasse provocado pelo modo da filosofia tradicional considerar o problema da legitimidade da atividade científica, antes situado nas noções de objeto e experiência, para a própria idéia de um obstáculo epistemológico realista. Seja

evocando a experiência ou os objetos, sempre encontramos, segundo Bachelard, implicada nestas filosofias a idéia de uma realidade que se impõe ao pensamento. “O realismo é uma metafísica infecunda, já que susta a investigação, em vez de provocá-la” (BACHELARD, 1996, p.27). E por que infecunda? Ora, se pensarmos a atividade científica como sendo da ordem de produção de novos problemas e questionamentos, não faz sentido falarmos em função realista que pretende sempre colocar um indubitável para o conhecimento. O primeiro ponto que devemos considerar é que, ao evocarmos a idéia de um indubitável, nos deparamos imediatamente com a idéia de imutável e eterno.

É exatamente contra a infecundidade provocada pela oposição empreendida pelo discurso filosófico (do par empirismo/idealismo-racionalista) para validar a atividade científica que se dá o trabalho da epistemologia histórica. A infecundidade filosófica para tratar do problema da formação do Espírito Científico está estritamente amparada pela necessidade de colocar um fundamento imutável para se referir à atividade científica moderna. Ou se pensa esse fundamento como sendo a estrutura da experiência, ou categorias imutáveis da razão. Ora, será que teríamos uma realidade prévia que estaria sempre apta a nos fornecer um conhecimento objetivo do real, como querem os empiristas? Ou teríamos uma razão absoluta para determinarmos o verdadeiro conhecimento do real, como quer o racionalismo idealista? A epistemologia histórica e o Espírito Científico promovem necessariamente uma subversão destas duas posições na filosofia clássica, pois a necessidade de referir-se a um fundamento imutável na atividade científica é inteiramente abolida pela própria objetivação – matematização – de seu domínio. A partir de então, o Espírito Científico deve formar-se levando em consideração o ultrapassamento destes obstáculos epistemológicos. Um primado, seja ele da experiência sempre uniforme e não-contraditória, ou da razão e de suas categorias absolutas, é um impasse para a atividade científica moderna. Tais teses, de uma razão e uma experiência que não se deformam, são obstáculos epistemológicos que devem ser superados no caminho de uma objetivação.

Para a epistemologia histórica, portanto, não há conhecimento por acúmulo de informações sobre um objeto. Trata-se de um real produzido a partir de uma inter-relação conceitual, e não a partir de esquemas racionais prévios e de uma realidade fenomenal. “Essa necessidade de sentir o objeto, esse apetite dos objetos, essa curiosidade

indeterminada ainda não correspondem – sob nenhum título – a um estado de Espírito Científico” (BACHELARD, 1996, p.294). É a conclusão que podemos extrair a partir de um simples exemplo: o fato de ser o formato da Terra esférico. Para que uma afirmação como esta seja enunciada, ela necessariamente deve primeiro romper com a experiência cotidiana. No século XV, seguramente seria um absurdo algum tipo de experiência que pudesse confirmar tal idéia. Terras e mares eram planos, fazendo com que o campo visual estabelecesse os limites e os possíveis do homem. É só a partir de uma matematização do espaço físico é que foi possível algo aparentemente impossível ser declarado como uma verdade. Portanto, antes de ser um fato, a forma esférica da Terra é uma idéia. É necessário um trabalho de pensamento para que tal enunciação possa ser considerada uma lei. O mesmo acontece com a Lei da Inércia de Galileu. A idéia de que um corpo permanece em movimento indefinidamente até que uma força atue sobre ele; e a idéia de um movimento retilíneo uniforme, só são possíveis se levarmos em conta a idéia de vácuo. Onde foi possível para Galileu experimentar essa idéia? O vácuo é um cálculo antes de ser uma realidade. Hoje já temos máquinas que produzem essa experiência de vácuo artificialmente, pois o vácuo é um objeto físico definido operacionalmente, ou seja, com uma ordem de produção.

A Lei da Inércia é um bom exemplo de um processo de objetivação. Este processo não designa um objeto da realidade, mas sim uma relação inteligível que explica o real pelo impossível.⁷ A ciência não parte de um apriorismo nem da razão, nem da experiência. François Jacob (1989) afirmou que a ciência moderna começa justamente quando são abandonadas algumas questões por outras. Deixa-se de se perguntar: “como foi criado o universo?”, começa a perguntar-se: “como cai um corpo?”. Ao fabricar seus objetos a partir de uma matematização, a física não está preocupada com a ordem imutável dos seres e com as categorias absolutas da razão.

⁷ “Não é surpreendente que o aristotélico se tenha sentido pasmado e perdido diante desse alucinante esforço para explicar o real pelo impossível ou, o que dá no mesmo, para explicar o ser real pelo ser matemático, por que, como já afirmei, os corpos que se movem em linha reta num espaço vazio infinito não são corpos *reais* que se deslocam num espaço *real*, mas corpos *matemáticos* que se deslocam num espaço *matemático*” (KOYRÉ, 1991a, p.166).

“Estes problemas são, grosso modo, os que enfrentam a epistemologia bachelardiana, fiel ao pensamento científico. Ela se interdita de pôr a questão dos fundamentos do conhecimento ou das garantias do saber que a filosofia tradicional pensa sob a dualidade do Universo e do Espírito. É que estas duas não têm nenhum sentido ao olhar da atividade científica” (LECOURT, 1969, p. 27, tradução nossa).

O Espírito Científico é, assim, um princípio que aponta uma autonomia da ciência em relação a uma unidade e coerência filosóficas. Autonomia na validação de seus princípios e métodos. A objetividade científica é formalizada pelo como e o que foi feito. Uma objetivação nada mais é, portanto, do que uma regularidade; um processo regular que, dada sua ordem de produção, pode ser repetido.

A partir de então, temos três coordenadas fundamentais que sustentam este Espírito Científico. Primeira: a atividade científica é agora infinita; sem a busca por uma unidade e sem qualquer tipo de exigência externa ao seu discurso, a formulação de problemas não possui um limite pré-estabelecido. Segunda: os objetos produzidos pela ciência não possuem qualquer tipo de atributo qualitativo. No mundo antigo um corpo caía porque era pesado; no mundo moderno já não faz mais sentido algum falarmos que um corpo caiu, mas que um corpo de massa menor é atraído por outro de massa maior. A física, ao se tornar matematizada, já não pode mais ser qualitativa, ela se realiza a partir de uma objetivação. Terceira: não é possível traçarmos uma hierarquização entre o par pensamento/realidade. No pensamento científico há um vínculo entre real e inteligível, e não um privilégio de um ou outro pólo filosófico.

C) Corte epistemológico e disjunção dos campos de problema

Segundo Alexandre Koyré (1991b), o advento da atividade científica moderna promoveu uma ruptura em relação ao pensamento do mundo antigo. Foi a partir da matematização da física que um mundo fechado, finito, qualitativo e hierárquico deu lugar ao mundo moderno, infinito, sem qualidades e hierarquias. O sentido dessa ruptura se torna claro ao pensarmos o corte epistemológico em função da derrocada da Cosmologia Aristotélica.

O Cosmo aristotélico sugere que o conjunto dos seres reais forme um todo hierarquicamente ordenado. Esta era a base ontológica do pensamento do mundo antigo: o conjunto do universo obedecia a uma ordem hierárquica ontológica, onde o homem se encontrava na categoria de menor perfeição (mundo sublunar), no pólo oposto a Deus, a instância de maior perfeição da hierarquia. Em um ponto intermediário, o movimento das esferas celestes. Portanto, há a existência de distintas “naturezas” ordenadas qualitativamente a partir de uma hierarquização dos seres que compõem o Cosmo.

Essa distinção qualitativa da Natureza e dos seres possui uma razão. Foi a noção de movimento – violento e natural – que levou Aristóteles a conceber essa hierarquização do Cosmos. Todos os objetos naturais estariam dispostos de modo organizado nessa cosmologia, a qual pressupunha um lugar natural para cada ser. Dessa forma, “a concepção de ‘lugar natural’ é baseada numa concepção puramente estática de ordem” (KOYRÉ, 1991a, p.158). Para que tudo esteja em ordem é necessário, em primeiro lugar, que todas as coisas estejam em seus lugares naturais. Assim, a ordem do Cosmo só é abalada a partir do momento que uma violência é imposta sobre algum ser que esteja em seu lugar natural. O movimento violento é um movimento não-natural que obriga o ser a sair de sua ordem ontológica. O seu oposto, o movimento natural, é justamente o retorno do objeto ao seu lugar natural. Assim, é possível concluirmos que se uma pedra cai, a explicação dada para este fenômeno, segundo as coordenadas do mundo antigo, é porque ela é pesada (atributo estritamente qualitativo), e a queda é o movimento de retorno da pedra ao seu lugar natural.

Ora, se todo movimento implica em certa desordem cósmica, em um estado transitório, o que se encontra na posição de maior perfeição na hierarquia – Deus – deve ser compreendido como um ser imóvel e perfeito. É neste sentido que Koyré afirmou que o “movimento é o ser – ou o *actus* – de tudo o que não é Deus” (1991a, p.159). Deus é o ponto fixo desta Cosmologia. Por esta razão, a hierarquia cosmológica deveria ser articulada em ordem crescente de perfeição até Deus: o mundo sublunar, sendo a física o estudo qualitativo do movimento irregular dos seres aí dispostos; as esferas celestes, sendo a matemática o estudo do movimento regular destas. Portanto, o estudo das esferas celestes deveria ser matemático, pois suas trajetórias pressupõem movimentos precisos e regulares. Já do mundo sublunar, como assinalou Koyré, um estudo matemático não era possível:

"Daí resulta, que tentar aplicar as matemáticas ao estudo da natureza significa cometer um erro e um contra-senso. Na natureza não existem círculos, elipse ou linhas retas. É ridículo querer medir com exatidão as dimensões de um ser natural: o cavalo, sem dúvida, é maior do que um cachorro e menor do que o elefante, mas nem o cavalo, nem o cachorro, nem o elefante têm dimensões estrita e rigidamente determinadas: existe sempre uma margem de imprecisão, de 'jogo', de 'mais ou menos' e de 'quase'" (KOYRÉ, 1991b, p. 272).

A física antiga aristotélica estuda, portanto, seres físicos reais que não podem ser determinados por uma matemática. Por isso a física, no sentido aristotélico, não pode ser do tipo matematizada, pois lhe cabe um estudo qualitativo da natureza dos seres. Assim, é justo que uma pedra caísse porque é pesada, pois o seu movimento seria de retorno ao seu lugar natural. Por esta razão é que Koyré afirmou que um estudo matematizado da natureza é um absurdo na Cosmologia aristotélica; era tentar tratar de um problema a partir de uma lógica própria ao estudo de outra hierarquia – as esferas celestes. Portanto, a Cosmologia de Aristóteles é ordenada, finita e hierarquicamente, pois o ponto imutável e de maior perfeição não pode ser colocado em questão; todo movimento é um motor movido por Deus (o motor não movido do Universo), isto é, a referência última das coisas que mudam (que se movimentam). É a partir da figura de Deus, como a instância não-mutável da hierarquia, que o Cosmo se articula como efeito desse absoluto, pois os seres ontológicos só se movimentam comandados por esse referencial absoluto, o lugar central e harmonioso do Cosmo.

No entanto, o Cosmo de Aristóteles não pretende tratar de uma teologia, ou de uma ciência exclusivamente. O alcance da física aristotélica é de encontrar um lugar natural para o homem na ordem hierarquizada do Universo. O problema que se coloca para Aristóteles, sem dúvida, é como o homem deve se orientar no mundo. Vimos que sua resposta é justamente colocar o homem subordinado, e conseqüentemente orientado, pela referência absoluta. No mundo antigo, o problema de orientação para o homem é resolvido pela resposta dada pela disposição hierárquica do Cosmo: o homem não é divino, nem celeste, apenas uma natureza. É a conclusão a que chega Matos (2004):

“Entrevê-se, então, que entre a física no sentido moderno e a física no sentido antigo só há um ponto em comum: o nome. É por essas questões que se coloca o problema do

estudo da física de Aristóteles como sendo concernente à própria natureza do homem. O que está em jogo não é restrito apenas à física, mas à organização e à hierarquia do Cosmos. Trata-se de dar conta do próprio destino do homem e de seu lugar no mundo. A organização do Cosmos é mais do que um mero ordenamento do mundo finito, é uma orientação para o devir do homem. Entrevê-se, então, que, no mundo antigo, a física estava submetida ao problema do fundamento. (...) Pois, em verdade, trata-se de um só e mesmo problema: a questão ética como o problema da orientação legitimada do homem. Com efeito, se o homem não é divino, mas parte integrante do mundo sublunar, nada mais justo do que se interrogar sobre o seu devir e sobre os critérios de orientar esse devir. E uma das maneiras de se fazer isso é considerando o homem dentro da hierarquia ontológica, pois esta aponta uma tendência que vai do menos perfeito ao mais perfeito. Ou, nos termos da ética, vai dos bens particulares para o Bem supremo” (MATOS, 2004, p.20-1)

Com efeito, na Cosmologia, os problemas ditos científicos e éticos não possuem nenhuma fronteira nítida. Tratar de uma física do mundo sublunar é, na perspectiva de Aristóteles, tratar também de um problema de ética. Porém, vemos o que era destacado como impossível na física aristotélica acontecer com Galileu – a matematização da física. Ao propor a Lei da Inércia e os princípios da nova mecânica do movimento, Galileu promove um corte epistemológico em relação ao mundo antigo. A física, ao se tornar matematizada, não está mais submetida ao problema do fundamento, pois “a matemática soletra o empírico como tal, no que ele tem de passageiro, de não perfeito, de não opaco” (MILNER, 1996, p.43). Uma primeira consequência do corte epistemológico é abolir Deus como o fundamento último do Universo. Podemos dar um passo além, e afirmar que a física matematizada não se coloca mais o problema de um fundamento, pois esta é realizante; fabrica tanto os seus objetos como seus métodos.

A falta de um fundamento para validar o devir humano é um efeito direto do corte epistemológico, provocado pelo advento da ciência moderna. Ora, Galileu demonstrou que o vácuo diz não à teoria dos lugares naturais. No vácuo, um objeto pode ficar eternamente em repouso ou em movimento, idéia esta que era impossível na Cosmologia aristotélica, uma vez que todo movimento era a busca de uma perfeição tendo como ponto de referência a figura de Deus. Na Cosmologia aristotélica, finita e qualitativa, o homem tinha seu lugar na hierarquia; no mundo moderno da ciência, infinito e sem qualidades, o homem fica sem referências. Como diria Koyré:

“Um amontoado de riquezas e um amontoado de escombros: tal é o resultado desta atividade [científica] fecunda e confusa, que tudo demoliu e nada soube construir, ou pelo menos, acabar. Por isso, privado das suas normas tradicionais do juízo e de escolha, o homem sente-se perdido num mundo que se tornou incerto. Mundo onde nada é seguro. E onde tudo é possível. Ora, pouco a pouco, a dúvida instala-se. Porque se tudo é possível, é que nada é verdadeiro. E se nada é seguro, só o erro é certo” (KOYRÉ, 1992, p.19).

Dessa forma, a partir do momento que se coloca em jogo uma atividade científica estritamente preocupada com a objetivação de um domínio, não temos mais este discurso amparado, ou preocupado em orientar as ações humanas. Uma segunda consequência do corte epistemológico é estabelecimento de regiões epistemológicas. A atividade científica se torna cada vez mais especializada e, ao mesmo tempo, não objetiva tratar de problemas da ontologia antiga: o devir do homem está de fora deste empreendimento científico, uma vez que a busca por uma fundamentação universal e última não é objetivo da ciência.⁸ Legislar sobre questões de ética, isto é, de como o homem deve se orientar no mundo, não é um problema científico; o advento da ciência moderna provocou uma ruptura entre os problemas científicos e éticos. "Determinar o caráter objetivo, não significa por a mão num Absoluto, é provar que se aplica corretamente um método" (BACHELARD, 1977, p. 34). O trabalho científico não é mais guiado por um fundamento último e distante do problema. É o sentido do problema, segundo Bachelard, que passará a comandar um processo de objetivação. Só em referência ao sentido do problema, e não mais a um incondicionado que permite organizar a experiência, é que se dá o trabalho científico. Como apontou Bachelard (1996):

“É justamente este *sentido do problema* que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (BACHELARD, 1996, p. 18: grifo nosso).

⁸ “Há já muito tempo que os cientistas renunciaram à idéia de uma verdade última e intangível, imagem exata de uma ‘realidade’ que espera ser descoberta ao virar da esquina. Os cientistas sabem agora que devem contentar-se com o parcial e com o provisório. Tal esforço vai muitas vezes contra a tendência natural do espírito humano, que reclama unidade e coerência para representação do mundo nos seus aspectos mais diversos” (JACOB, 1989, p.9).

D) Deformação e retificação conceitual

Nas duas sessões anteriores, definimos que o Espírito Científico é um princípio que estabelece para a ciência uma autonomia no modo de se encaminhar os problemas e as questões. A epistemologia histórica não pretende subordinar a ciência à filosofia clássica. Situamos a autonomia da atividade científica moderna a partir de dois termos utilizados extensamente pelo discurso filosófico: experiência e objeto. A deformação destes dois termos nos levou a conclusão de que a epistemologia histórica se sustenta a partir de três novas coordenadas que se tornam possíveis em função da matematização da física. O Espírito Científico se caracteriza pela infinitude, abolição das qualidades e das hierarquias. O que melhor sintetiza esta pequena conclusão é o fato de os objetos científicos serem produzidos, objetivados, e não deduzidos de uma suposta realidade. A realidade não é algo da ordem do eterno e imutável. Hoje, temos certeza de que o nosso planeta já não é mais plano. E que o movimento infinito não é impossível. Enfim, o trabalho científico se estende ao infinito, sendo que as “nossas coisas” de hoje não serão, absolutamente, as mesmas de amanhã. Robert Blanché em *A ciência atual e o racionalismo* (1983) afirmou que o caráter inventivo e infinito da ciência se coloca estritamente contra a idéia de uma formalização *a priori* do pensamento. O Espírito Científico não pressupõe uma razão incondicional, isto é, uma razão que não se retifica ou se deforma.

“Dentro desta formalização, esta laicização e esta diversificação hierarquizada dos elementos da razão, há uma tese que não se torna menos comum ao antigo racionalismo, a da universalidade e da imutabilidade. No racionalismo do *a priori* como no das idéias inatas, a razão é tida como fixada, uma vez por todas” (BLANCHÉ, 1983, p.18)

Ora, se considerarmos o pensamento científico uma filiação do racionalismo clássico esbarraremos em um grande impasse. Como explicar as novidades científicas? Será que, após Einstein, pensamos a física do mesmo modo que Newton? Pensamos, depois de

Darwin, os princípios da biologia do mesmo modo que Lamarck? Entretanto, ao contrário de uma posição realista que julga o conhecimento do real como sendo da ordem do imutável e do não-contraditório, a ciência é bem-sucedida justamente pelo seu caráter de infinitude e parcialidade. E mais, ela triunfa exatamente por admitir como um de seus princípios uma epistemologia da deformação contra a face realista dos sistemas anteriores de conhecimento.⁹ A deformação é fecunda ao nos depararmos com o problema em torno dos conceitos científicos.

Segundo Bachelard, um conceito científico só pode ser produzido, nunca dado de antemão. Se há uma recusa radical de uma realidade independente de uma operação de pensamento, o trabalho científico se dá sempre no sentido de um recomeço. Portanto, para o Espírito Científico uma rede conceitual serve para estruturar uma experiência. Uma primeira consequência que temos é que não faz sentido falar em conceitos isoladamente, pois estes só são definidos a partir da relação em que se encontram tramados. Como afirmou Bachelard (2004), “apresentar um conceito isoladamente não é pensar” (p.28) E mais, a formação de um conceito científico se coloca sempre no sentido de um trabalho. Não basta evocarmos uma palavra para designar um conceito. Ao contrário dessa posição que procura definir *a priori* os conceitos com os quais lida, Bachelard demonstrou que este trabalho conceitual, próprio ao Espírito Científico, se realiza por uma “complicação” de um sentido já estabelecido. Dito de outra maneira, a realização de um conceito não acontece em função deste se colocar em conformidade com a realidade, mas sim que ele possa funcionar como condição para se pensar uma realidade. Bachelard definiu esse trabalho da seguinte forma:

“A conceitualização totaliza e atualiza a história do conceito. Além da história, impelida pela história, ela suscita experiências para *deformar* um estágio histórico do conceito. Na experiência, ela procura ocasiões para *complicar* o conceito, para *aplicá-lo*, apesar da resistência desse conceito, para realizar as condições de aplicação que a realidade não

⁹ “Ora, é esta tese da imutabilidade e da necessidade absoluta dos princípios diretores do conhecimento que a ciência atual obriga a pôr em questão. (...) A lógica formal, a matemática especulativa, a física teórica, quer dizer, as ciências que são, por excelência, fruto da razão, foram, por caminhos diversos, levadas a contestar a validade absoluta dos princípios que se tinha até então julgados constitutivos da razão” (BLANCHÉ, 1983, p.20-22). Ou ainda, como diria Bachelard: “A geometria, a física, a aritmética são ciências; a doutrina tradicional de uma razão absoluta e imutável é apenas uma filosofia. É uma filosofia caduca” (1940/1979, p.87).

reunia. É então que se percebe que a ciência constrói seus objetos, que nunca ela os encontra prontos. A fenomenotécnica prolonga a fenomenologia” (BACHELARD, 1996, p.76-77: grifo nosso).

A partir dessa definição podemos extrair duas consequências. Em primeiro lugar, vemos que não há possibilidade de estabelecermos um método regularmente fecundo para a atividade científica. Esta encontra sua fecundidade ao trabalhar sempre na perspectiva de que o método possa fracassar. A condenação de um método sempre nos apontará uma novidade. É por esta razão que Bachelard afirmou que uma crise nos métodos “é imediatamente uma consciência da reorganização do método” (1977, p.125). A ciência triunfa exatamente por seguir um caminho oposto ao da unidade metodológica e ao da colocação de um método anterior ao sentido do problema. Nesse ponto é necessário esboçar uma fronteira nítida no pensamento de Bachelard que diz respeito à ligação íntima entre método e objeto científico:

“A conceitualização será um esforço de objetividade mas, tudo bem considerado, ela vai desenvolver-se em sentido inesperado, pois para a depuração do conceito não é o objeto que chama – suas exigências seriam sempre mínimas, já que bastaria uma característica para designá-lo –, mas é o espírito que projeta esquemas multiplicados, uma geometria, um método de construção e até um método de retificação” (BACHELARD, 2004, p.27).

Em segundo lugar, na perspectiva de Bachelard, trabalhar um conceito não é outra coisa senão deformá-lo. Georges Canguilhem (1975), em um texto em homenagem ao pensamento de Bachelard, nomeia esse procedimento de deformação conceitual de trabalho do conceito. Na visão de Canguilhem, trabalhar um conceito inclui variá-lo, relacioná-lo a outros conceitos dentro e fora de sua região de origem, e por fim conferir-lhe uma forma. Ora, tratando-se sempre de um recomeço, o trabalho do conceito poderá ocasionar uma nova forma para este, a partir de uma variação que possa conferir um novo sentido. Para o Espírito Científico é precisamente um trabalho de deformação e retificação dos conceitos que levam a ciência a recusar a busca de uma unidade. Nesse mesmo sentido é que o pensamento científico se estende ao infinito, sendo sempre possível fazer com que o objeto sofra uma variação. Dessa forma é justo acreditarmos que o objeto e o método da física não sejam os mesmos desde Galileu.

Dominique Lecourt (1969) afirmou que a epistemologia histórica de Gaston Bachelard admite um sentido totalmente novo para a noção de erro. O caráter fecundo da ciência está intimamente relacionado à tese de que o erro não é outra coisa senão uma oportunidade de deformação, uma possibilidade de uma nova organização dos conceitos. “A positividade do erro faz parte dos axiomas de sua epistemologia” (p.41). Por esta razão, o real não é mais imutável e não-contraditório como pretendiam os sistemas filosóficos clássicos. Um método de retificação e deformação é contrário à idéia de um Absoluto que organiza “de fora” todas as experiências. O trabalho de conceitualização é por definição uma obra inacabada e aberta a recomeços. Para o Espírito Científico, um conceito que não se retifica não serve para nada. Segundo Bachelard, o triunfo da ciência está intimamente ligado ao trabalho de deformação e retificação. Sem este trabalho não é possível fazer a ciência caminhar.

“O espírito científico pode enganar-se ao seguir duas tendências contrárias: a atração pelo particular e a atração pelo universal. No âmbito da conceitualização, definiremos estas duas tendências como características de um conhecimento em compreensão e de um conhecimento em extensão. Mas, se a compreensão e a extensão de um conceito são, uma e outra, ocasiões de parada epistemológica, onde estão as fontes de movimento do espírito? Por qual movimento de correção poderá o pensamento científico encontrar uma saída? Seria preciso criar uma nova palavra, entre compreensão e extensão, para designar essa atividade do pensamento empírico inventivo. E que tal palavra tivesse uma especial acepção dinâmica. De fato, a nosso ver, a fecundidade de um conceito científico é proporcional ao seu poder de *deformação*. (...) Para incorporar novas provas experimentais, será preciso então deformar os conceitos primitivos, estudar as condições de aplicação desses conceitos e, sobretudo, incorporar as condições de aplicação de um conceito no próprio sentido do conceito. É nesta última necessidade que reside, a nosso ver, o caráter dominante do novo racionalismo, correspondente a uma estreita união da experiência com a razão. A tradicional divisão entre teoria e sua aplicação ignorava esta necessidade de incorporar as condições de aplicação na própria essência da teoria” (BACHELARD, 1996, p. 76-77).

Como consequência dos processos de deformação e retificação dos conceitos, a ciência moderna não irá operar atrelada a uma idéia de continuidade dos problemas, uma vez que o empirismo tradicional perde seu sentido: a realidade não é mais dada, e sim produzida. Somente um aparato conceitual pode estabelecer as coordenadas para se pensar uma realidade. Com efeito, é o trabalho de articulação conceitual que deve ser validado. Deformar, retificar, buscar a variação dos conceitos e não a variedade imediata da natureza

são características que conduzem o Espírito Científico a uma lógica que não pode ser reduzida à busca de uma certeza. O erro é mais operativo para o Espírito Científico; uma novidade obriga a colocar em questão um conhecimento anterior. O processo de deformação conceitual sugerido por Bachelard segue a proposta apontada inicialmente, isto é, afirmar uma realidade requer um mínimo de interpretação.

A conclusão dessa discussão é a seguinte: o Espírito Científico afirma que uma reorganização conceitual deve sugerir não uma continuidade, mas sim uma ruptura, pois novos recortes na teoria produzem como efeito uma modificação do próprio objeto. O método científico é, por definição, uma deformação incessante que projeta novos problemas. Portanto, não é correta a idéia de que um trabalho teórico não possui implicações na prática. Uma experimentação – objetivação –, como vimos, é comandada por uma teoria. Se podemos colocar em questão um conhecimento anterior, se é possível mudar a constituição de um problema e elaborar novas coordenadas para tornar inteligível um objeto, todas estas considerações se tornam possíveis a partir do balizamento do corte epistemológico. Na seção anterior nos detemos neste conceito e no seu efeito fundamental: a disjunção dos campos de problema. É o sentido desta disjunção que assegurou a operatividade da tese que sustentamos até aqui: o Espírito Científico é uma atitude epistemológica, fruto de um trabalho de recusa de uma realidade que não seja obtida a partir de uma objetivação; ele deve formar-se a partir de deformações e retificações para que, assim, a atividade científica seja tributária de um espírito aberto, desprezioso quanto às certezas e ideais de unidade.

E) Psicanálise e Espírito Científico

A principal consequência do corte epistemológico foi a disjunção entre os campos de problema científico e ético, onde inauguraram-se, na visão de Bachelard, regiões epistemológicas distintas. A derrocada da Cosmologia antiga marca o mundo moderno com o contingente; Deus não é mais a referência absoluta do Universo. A ciência não serve como parâmetro para decisões de como o homem deve se orientar. Esta foi a conclusão da

seção C, e acreditamos que ela sustentará, a partir de agora, a nossa tese de que a psicanálise é compatível com a ciência.

Um primeiro ponto que deve ser apontado é que a palavra compatibilidade não sugere subordinação. Ora, se o corte epistemológico promoveu uma ruptura entre os problemas científicos e éticos, não cabe à ciência legitimar a região ética, e vice-versa. A ciência apresenta as provas de sua produção, demonstrando que se aplica um método corretamente. Vimos na seção D que o problema de validação da atividade científica se coloca em função de uma articulação; é uma rede conceitual e as relações que ela implica que devem ser consideradas verdadeiras ou falsas, sendo que o inteligível não possui existência *a priori*. Os objetos produzidos pela ciência se organizam segundo leis, independentes de um juízo subjetivo. A autonomia da ciência apresenta-se como uma recusa de um julgamento do exterior. Ora, como um conhecimento objetivo pode ser dependente de um juízo subjetivo se a objetividade, como vimos, é fruto de uma relação inter-conceitual? Como a ciência poderia cuidar de um problema de orientação do homem se o saber produzido é sempre provisório?

Estes problemas, sem dúvida alguma, não poderiam ser colocados no mundo antigo. A física no sentido de Aristóteles é condicionada a uma ontologia do Ser, imutável e eterna. No mundo moderno, a física matematizada não é formalizada com o objetivo de dar uma resposta última e final sobre as coisas. Portanto, o problema de uma orientação fica excluído do campo da ciência em função do corte epistemológico. O que esta disjunção implica para a nossa tese de que a psicanálise é compatível logicamente com a ciência? Implica que o campo de problemas da psicanálise – campo ético de problemas, que envolve a busca da causa de um sujeito – só surge em função deste corte. Para tratarmos desta questão nos fiaremos no texto de Jacques Lacan “A ciência e a verdade” (1965/1998).

Lacan afirmou neste texto que a psicanálise opera sobre o sujeito da ciência (p.873). Esta afirmação de Lacan é feita em um momento de discussão sobre a relação da psicanálise com a ciência. Podemos, a partir deste aforismo lacaniano – a psicanálise irá operar sobre um sujeito, e que esse sujeito só pode ser o sujeito da ciência – apontar duas problemáticas. Em primeiro lugar, há uma exclusão mútua entre os problemas psicanalíticos e os problemas científicos. A psicanálise, ao propor o tratamento clínico para

um sujeito, não está buscando uma maneira de objetivá-lo, fazendo com que a experiência analítica seja repetível. Ao contrário, Freud sempre afirmou que todo caso clínico psicanalítico é único, e que a única regra desta modalidade clínica, chamada por ele de fundamental, é associação-livre feita pelo paciente. Dentre outras consequências, a associação-livre marca de forma precisa a impossibilidade de uma objetivação do sujeito, pois colocar o sujeito a associar livremente implica que o psicanalista não detém um saber sobre seu sofrimento. A descoberta fundamental de Freud é que, para a histeria, não há ainda um saber que dê conta de explicar uma conversão motora sem causa orgânica eficaz. Freud inventou – com toda a força deste termo – a psicanálise estabelecendo um problema claro e preciso: é necessário estabelecer um saber para dar conta dos problemas que a neurose coloca.

A clínica psicanalítica, como afirmou Lacan, só é possível em um mundo moderno, isto é, em um mundo onde há ciência, e no qual a ontologia está desarmada com a abolição de Deus como referência absoluta do Universo (1965, p.871). Por esta razão é que a psicanálise, que não é uma filosofia, não procurará apagar as marcas do corte epistemológico. A clínica psicanalítica é ética, pois visa tratar do sujeito da ciência não a partir de uma objetivação; o sujeito da ciência é uma categoria própria a um mundo sem referências quanto ao problema da orientação. Por outro lado, a ciência, ao tratar especificamente de uma objetivação, exclui de seu campo justamente este sujeito da ciência que coloca o problema da verdade no mundo moderno. E o que significa este problema da verdade? Segundo o ponto de vista de Johannes Hessen (2000), a verdade está intimamente relacionada com a idéia de validade universal que, do ponto de vista da ética, indica que o problema da verdade diz respeito a uma tomada de decisão que seja válida para todos:

“É contra-senso falar de uma verdade que não seja universalmente válida. A validade universal da verdade tem fundamento na própria essência da verdade. Verdade quer dizer concordância do juízo com o estado de coisas objetivo. Ocorrendo tal concordância, não faz sentido limitá-la a um certo número de indivíduos. Se a concordância existe, existe para todos. O dilema consiste no seguinte: ou o juízo é falso e, então, não vale para ninguém, ou é verdadeiro e, nesse caso, é válido para todos, tem validade universal. Se é assim, está se contradizendo quem se apega ao conceito de verdade e, ao mesmo tempo, afirma que não há verdade universalmente válida” (HESSEN, 2000, p.38).

Desse modo, o corte epistemológico desarticula a ciência do problema da verdade, isto é, do problema que coloca o sujeito da ciência.¹⁰ Vimos, de acordo com o Espírito Científico, que a ciência não objetiva uma verdade última para o seu campo de problemas. A exigência de uma verdade, isto é, de que alguma lei adquira o caráter de universal e que sirva de critério absoluto para legitimar uma experiência ou uma ação já não é uma preocupação do discurso científico. O real produzido está desconectado do problema da verdade, e vinculado à objetivação. E uma objetividade se caracteriza pela produção de um saber que produz e determina efeitos no real. Por isso, quando falamos estritamente em um processo de objetivação, não podemos falar no problema de uma verdade. É esta a conclusão do texto lacaniano: há uma disjunção entre o saber científico e o problema da verdade. E esta tese traz consequências cruciais para a psicanálise, pois “da verdade como causa, a ciência não quer-saber-nada” (LACAN, 1965, p.889). É justamente em função deste não querer-saber-nada, que a psicanálise constitui seu campo de ação.

Jacques-Alain Miller, em seu artigo “Sobre o transfinito” (2000), diz que o texto de Lacan pode ser lido como uma confrontação entre a ciência e a psicanálise, uma vez que a psicanálise evoca o problema da verdade deixado de lado pelo discurso científico. Mas, esta exclusão mútua dos campos de problemas é, na visão de Miller, sede de um paradoxo “na medida em que ciência e a psicanálise estão ligadas pela sua relação ao sujeito da ciência” (p.29). Portanto, não se trata exatamente de uma confrontação entre a psicanálise e a ciência, como atestou Miller:

“Igualar-se à ciência é uma ambição totalmente diferente. Essa posição não acentua o que faria falta na ciência [não levar em conta o problema da verdade], ao contrário o acento é colocado sobre o aspecto positivo da ciência. (...) De repente, não cabe mais a psicanálise contestar a ciência, mas ela deve entrar na sua escola, na medida em que a ciência visa o saber presente no real. Trata-se de levar em conta o fato de que, visando o saber no real, a ciência elabora e transforma um saber que determina esse real” (MILLER, 2000, p.31-2: grifo nosso).

¹⁰ “Quanto à ciência, por mais ornamentada de modernidades que esteja, o mais insistente pedido que lhe é feito não é para que esclareça as consciências? Ainda está vivaz a crença de que ao grande sábio cabe uma magistratura moral. Desde que ele dê somente ressonância àquilo que todos já pensaram por si mesmos, ao menos nos instantes em que ele não pensa: é o que chamamos, por uma palavra que também veio dos gregos, de ética. (...) Uma coisa é certa: se a ética existe, a ciência nada tem a dizer sobre isso e, sem dúvida, como ciência, ela nada tem a fazer com isso” (MILNER, 1996, p.46).

A exclusão mútua dos campos de problemas não pode sugerir uma relação de subordinação entre a psicanálise e a ciência. Uma e outra não tratam do mesmo problema. Por esta razão é que Lacan situa para o campo psicanalítico uma ética. “A questão ética, uma vez que a posição de Freud nos fez progredir nesse domínio articula-se por meio de uma orientação do referenciamento do homem em relação ao real” (LACAN, 1959-60/1988). E mais, o sujeito da ciência, sob o qual a psicanálise opera, é um efeito do corte epistemológico. É efeito também do corte, a impossibilidade de objetivá-lo. É por esta razão que nossa hipótese sugere uma relação de compatibilidade lógica entre psicanálise e ciência, não pelo mesmo campo de interesse, mas pelo mesmo princípio que comanda, na atividade científica, um processo de objetivação e, na psicanálise, o tratamento de um sujeito: o Espírito Científico.

Resta-nos ainda uma questão: de que maneira a psicanálise se alinha ao Espírito Científico? Ou ainda, colocando o problema de outro modo: a psicanálise é uma ciência? Guiando-nos pela discussão feita até aqui, ou seja, pela proposta da epistemologia histórica de Gaston Bachelard, a resposta só pode ser não. Mas Freud não a inventa sob os votos de cientificidade? Sim. Mas esta tomada de posição de Freud não se alinha ao Espírito Científico, mas sim a um princípio cientificista de ideal da ciência. A verdadeira atitude do Espírito Científico é se alinhar a uma perspectiva contrária ao princípio cientificista, isto é, que tudo aquilo – uma teoria ou disciplina – que não é científico é desprovido de sentido e validade. Com efeito, o conceito de corte epistemológico nos coloca em uma pista diferente, pois em primeiro lugar é necessário nos questionarmos sobre o sentido do problema, uma vez que entre os campos de problemas não há uma continuidade, mas antes, uma ruptura. Assim, para avaliarmos a legitimidade de um campo de problemas devemos validar a rede conceitual que torna possível o campo de experiência de uma teoria.

O Espírito Científico nos obriga a colocar em questão as pretensões de Freud, para avaliarmos os efeitos dos conceitos produzidos por ele. Acreditamos que este é o sentido da inventiva lacaniana de “retorno à Freud”, ou seja, não trazer novamente à baila as coisas que Freud disse, mas sim avaliar os conceitos produzidos por ele, e a lógica em que eles se articulam. E a primeira consequência deste retorno à Freud é a possibilidade de uma nova problematização dos conceitos que fundam a psicanálise como uma prática clínica.

Somente colocando à prova a descoberta de Freud e os conceitos por ele elaborados é que se pode dar uma resposta sobre a cientificidade ou não da psicanálise. Mas, não nos enganemos com o princípio cientificista: a fundação da psicanálise e de qualquer outra coisa como ciência exige que o problema dela seja passível de uma objetivação. Portanto, nossa tese de compatibilidade lógica entre ambas significa estar atento aos efeitos do corte epistemológico, isto é, devemos interrogar qual é o sentido do problema que Freud se coloca. É a referência ao sentido do problema que nos dá possibilidade de situarmos o campo de problemas da psicanálise na região ética. Nesse sentido é que a psicanálise só é possível em um mundo onde há ciência, pois seu campo de problemas – sujeito da ciência – se constitui como um efeito do advento da atividade científica moderna. Dessa forma, não faz sentido fazer apelo a um cientificismo, conferindo conseqüentemente uma subordinação da psicanálise ao modelo científico.

Chegamos à conclusão, até aqui, de que a deformação e a retificação conceitual são, dessa forma, importantes operadores, uma vez que se trata sempre de buscar uma relação inteligível que possa ser novamente colocada em questão, estendendo este trabalho ao infinito. Se a ciência se ocupasse com o problema de uma verdade, estaríamos às voltas não com uma ciência infinita, mas com uma atividade que teria seu fim garantido. Os conceitos não se deformariam, sendo eles expressão exata de um mundo natural. Ora, vimos que para o Espírito Científico os conceitos elaborados pela ciência não têm a pretensão de serem eternos e imutáveis.

“Por isso, o problema do erro nos parece mais importante que o problema da verdade; ou melhor, só encontramos uma solução possível para o problema da verdade quando afastamos erros cada vez mais refinados” (BACHELARD, 2004, p.246).

Da mesma maneira, podemos pensar na lógica do pensamento psicanalítico e nos seus conceitos. Seria um equívoco tomarmos o posicionamento de Freud – fazer com que a psicanálise fosse reconhecida como ciência – como uma exigência da psicanálise. Foi caminhando sob erros, retificações e deformações dos conceitos de aparelho psíquico e sexualidade – o que pretendemos demonstrar nos capítulos seguintes –, que Freud pôde fundar a psicanálise em 1900 com a publicação de seu livro *A Interpretação dos sonhos*

(1900/1969). A hipótese inaugural da psicanálise, “há pensamentos inconscientes”, implicou em uma ruptura com o conhecimento psicológico, médico e filosófico da época de Freud. E ao fundar um campo de problemas, não coube a Freud outro recurso senão elaborar conceitos novos, articulando de maneira diferente a clínica por ele criada, a saber, a psicanalítica. Daí, o método de pesquisa e investigação em psicanálise ser semelhante ao método científico: a deformação e retificação de erros. Freud teve que partir de algum ponto, mas sem sombra de dúvidas, não hesitou em deformar a teoria quando um caso clínico, por exemplo, colocou um impossível para a realização de algum conceito.

Sabemos que Freud partiu de um sistema psíquico definido por uma rede neuronal e de uma concepção da sexualidade em termos de desenvolvimento psicogenético. Essa foi a perspectiva do *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969), onde fica explícito o objetivo – que não poderia receber nenhum outro qualificativo senão o de uma tentativa fracassada – de Freud em estabelecer uma ciência dos processos psíquicos. No entanto, segundo nossa tese, um dos erros que sofreu intensamente essa deformação foi esta pretensão de cientificidade da descoberta freudiana. E o que atesta isso é a forma que os conceitos de inconsciente e sexualidade infantil atingiram em 1900 e 1905, respectivamente. Mesmo a psicanálise não sendo uma ciência propriamente dita, ela é compatível com esta última, por propor na elaboração conceitual um trabalho de deformação, tal como ocorre na atividade científica. A própria fundação da psicanálise como uma prática clínica, e sua manutenção como uma prática válida, deve ser inserida nessa problemática de uma deformação, já que os conceitos que a sustentam estão inseridos nesta lógica. Como o meio de fornecer outro sentido diferente do habitual para um conceito é a deformação, é a este conceito que devemos estar atentos para que a psicanálise não apele a um realismo absurdo, o qual criticamos ao longo deste capítulo. Esta é a tese que pretendemos defender nos dois próximos capítulos: os conceitos de inconsciente e sexualidade infantil só se tornam psicanalíticos a partir de um trabalho de deformação, que afastam a pretensão da psicanálise ser uma ciência como, por exemplo, a física, e a define como uma clínica ética.

“Há ética onde há escolha. (...) Se não houvesse a escolha, porque autorizar um sujeito a recolocar em jogo, na experiência psicanalítica, sua posição? Penso que o analista não recebe casos clínicos; somos nós que os transformamos, para nossa elaboração de saber, em casos clínicos – o psicanalista, caso receba casos, recebe apenas casos éticos. (...) a ética toca a existência, isto é, à dimensão impensável onde se decide a posição subjetiva, a escolha” (MILLER, 1996, p.113).

Se a psicanálise abandona a pretensão de cientificidade, isso se deve, em primeiro lugar, ao corte epistemológico que balizou regiões de problemas distintas. A partir de então, o problema da psicanálise não é um problema de objetivação. Em segundo lugar, o trabalho de deformação dos conceitos psicanalíticos de inconsciente e sexualidade infantil aponta para compatibilidade lógica da psicanálise com a ciência.

“Dizemos, ao contrário do que se inventa sobre um pretenso rompimento de Freud com o cientificismo de sua época, que foi esse mesmo cientificismo que conduziu Freud, como nos demonstram seus escritos, a abrir uma via que para sempre levará seu nome. Dizemos que essa via nunca se desvinculou dos ideais desse cientificismo, já que ele é assim chamado, e que a marca que traz deste não é contingente, mas lhe é essencial” (LACAN, 1965/1998, p.871).

Assim, é o conceito de deformação que nos aparece como fundamental para que possamos sustentar, nos dois próximos capítulos, a nossa tese de que a psicanálise e a ciência são compatíveis por adotar princípios semelhantes para encaminhar os problemas. É esse modo de encaminhar as questões – que ressalta, além da separação dos campos de problemas, um impasse como condição para a produção de uma experiência nova e a possibilidade de formulação de novos conceitos a partir destes impasses – que podemos definir como a característica fundamental do Espírito Científico.

CAPÍTULO 2

APARELHO PSÍQUICO

A) Introdução

Paul-Laurent Assoun em seu livro *Metapsicologia freudiana* (1996) afirmou que devemos pensar a legitimidade epistêmica da psicanálise em função de seu construto metapsicológico. O termo metapsicologia na obra freudiana “constitui a superestrutura teórica da psicanálise, mas também sua identidade epistêmica” (p.13). Segundo ele, a psicanálise, em função de seus conceitos, funda uma “ciência inédita”, amparada por uma nova idéia de materialismo que colocaria a legitimidade da clínica psicanalítica sob o efeito de um duplo movimento: de um lado a escuta clínica que coloca Freud em contato com o real do sintoma histérico; de outro, a articulação conceitual da teoria psicanalítica, isto é, a metapsicologia, a qual “é basicamente ‘pós-escritura’ (*Nacherzählung*) de algo que se anunciou na clínica (neurótica)” (p.15).

Segundo Assoun, é a partir deste duplo movimento que deveríamos pensar este novo materialismo, pois é ele que sustentará os novos fundamentos desta “ciência inédita”. Procurando demonstrar este novo materialismo do qual Freud seria a prova, Assoun recorreu a um novo sentido para o termo, desarticulando a doutrina materialista de uma visão idealista. Segundo o autor, o conceito tradicional de materialismo

“supõe uma subordinação de todos os fenômenos à instância da ‘matéria morta’, de sorte que, como observa Bataille nesse mesmo contexto, a doutrina materialista se apóia paradoxalmente numa visão idealista: é um idealismo do princípio-matéria” (ASSOUN, 1996, p.23).

A preocupação de Assoun, adotando este ponto de vista de Georges Bataille, é não situar a descoberta freudiana nesta linha materialista-idealista, uma vez que Freud buscará uma interpretação direta – fenomenismo – da matéria psíquica. Os processos psíquicos inconscientes deveriam ser entendidos como uma espécie de dado bruto, sendo impossível interpretá-los a partir de metaforizações. A “misteriosa realidade” do inconsciente não se revelaria por um trabalho de exploração das profundezas do psiquismo. Ao contrário,

Assoun nos apontou um grande equívoco nesta idéia: o misterioso que qualifica a realidade do inconsciente não quer dizer que esta última se furta ao conhecimento, mas que ela se apresenta sempre como um excesso de real, como comprova o sintoma apresentado pelos neuróticos. A este excesso de real, Assoun aproximou o termo excesso de objetividade:

“Se abordamos, de forma fenomenicamente, o *conhecimento* analítico através da postura definida por Freud como que em ato de fundação, destaca-se um sentimento notável: o de um *excesso* crônico da objetividade a ser pensada – o que Freud caracteriza como *Material* – com relação ao próprio conhecimento. Essa exuberância ‘material’, em vez de determinar algum empirismo, traduz-se por uma exigência insistente de ‘racionalidade’: como manter o conhecimento no nível dessa ‘injunção’ do objeto?” (ASSOUN, 1996, p.27).

Este objeto não é outro senão o inconsciente. Assoun situa uma dupla racionalidade para a explicação dos fenômenos psíquicos inconscientes: revelação e reconhecimento do que escapa ao conhecimento. Em primeiro lugar, a revelação de um excesso de objetividade: o inconsciente “revela-se” a partir de suas formações (sonhos, chistes e atos falhos). O sintoma neurótico coloca o sujeito em contato com este real, impossível de suportar. Em segundo lugar, o reconhecimento do que escapa ao conhecimento: a lógica de funcionamento psíquico inconsciente escapa à tentativa de formulação psicológica e filosófica. Assim, a metapsicologia propõe uma saída para o impasse colocado ao conceito de inconsciente: ele é um objeto “que se furta à fenomenalidade e, no entanto não se atesta em nenhum outro lugar senão pela fenomenalidade” (p.31). Dessa forma, o inconsciente freudiano é, na visão do autor, o objeto metapsicológico por excelência. É a partir deste objeto que uma racionalidade metapsicológica, e não metafísica, se torna possível. Mas, não é só uma metapsicologia que nos propõe Assoun. Ele vai além, e relança uma questão:

“Mas, simultaneamente, o metapsicológico entra em função nesse lugar onde o metafísico falhou. Trata-se realmente, nesse sentido, de conquistar o inconsciente para a ‘psicologia’, relançando a pretensão desta de aceder ao estatuto de ‘ciência’ – o que nos autoriza a assumir a expressão ‘epistemologia freudiana’” (ASSOUN, 1996, p.31).

Dessa forma, Assoun definiu o conceito de inconsciente como um objeto de estudo da metapsicologia. Em função deste postulado, a metapsicologia deste autor procura também estabelecer uma epistemologia freudiana em função da especificidade deste

conceito. Ora, antes de tudo, dizer que há uma epistemologia freudiana é afirmar que a psicanálise fundada por Freud é uma ciência. Notemos que a proposta desse autor é contrária à nossa tese. É evidente que Assoun trata com reservas esta questão científica, e por isso usa o termo “ciência inédita”. Porém, este termo não diz muita coisa. Para Gaston Bachelard toda ciência é inédita, pois sua atividade é sempre a produção de um objeto. Ao contrário desta posição da epistemologia histórica, Assoun afirmou em tom de revelação: “o ‘inconsciente’ constitui o objeto de uma observação” (p.31).

Será o inconsciente um objeto que a partir de uma apresentação metapsicológica revelaria a identidade epistêmica da psicanálise? Será este conceito psicanalítico uma realidade a ser explorada? Para tratarmos destas questões suscitadas pelo livro de Assoun, partiremos de uma conclusão de Freud: “o psíquico, seja qual for sua natureza, é em si mesmo inconsciente” (FREUD, 1938/1996, p.317). Privilegiamos esta afirmação porque temos reunidas em uma só frase as palavras psíquico, natureza e inconsciente. É necessário reforçar esta idéia: o psíquico, para Freud, é inconsciente, sendo sua natureza indiferente. Com efeito, o que isso traz de novo em relação ao psiquismo?

Ora, afirmar que sua natureza não importa, é dizer que o inconsciente é tido pela psicanálise como um conceito que pretende dar conta de certo tipo de problemas. Freud argumentou a favor dessa idéia ao afirmar que se a pergunta sobre a natureza da eletricidade fosse endereçada a um físico, este só teria uma possibilidade de resposta: ‘isso não me importa’. Este teria ainda dito: “Para o fim de explicar certos fenômenos, presumimos a existência de forças elétricas que estão presentes nas coisas e que delas emanam” (FREUD, 1938/1996, p.316). Portanto, para o físico, falar sobre a eletricidade não é colocá-la sob o plano de uma realidade, mas sim elevá-la ao posto de um conceito que é necessário para dar conta de explicar certo tipo de fenômenos. Ou como diria Gaston Bachelard (1977b), para produzir determinado fenômeno a partir de sua instrumentação. No artigo metapsicológico “O inconsciente” de 1915, o conceito foi assim justificado: “assim como o físico, o psíquico, na realidade, não é necessariamente o que nos parece ser” (FREUD, 1915a, p.197).

E que tipo de fenômenos preocupa Freud senão aqueles que Lacan formula em seu Seminário 5 como sendo as formações do inconsciente? Freud lança mão do conceito de

inconsciente justamente no mesmo sentido que o físico; é necessário um novo conceito que consiga explicar os sintomas e os sonhos. Mas, como tratar destes problemas afastando a necessidade de postular uma realidade psíquica paralela à realidade física? Segundo Robert Blanché em *La notion de fait psychique* (1935), a psicologia clássica comete um erro fatal ao pretender se firmar como a ciência dos fatos mentais, admitindo uma oposição radical entre físico e mental: a realidade psíquica é um outro tipo de realidade que se presta ao estudo psicológico, diferindo-se da realidade pela qual o físico se interessa. Segundo Blanché, o problema maior não é a afirmação de dois tipos de realidades, ou mesmo dizer que a realidade se manifesta por dois aspectos distintos. Sustentando essa oposição, temos o postulado realista: buscar os fatos mentais capazes de serem subordinados a leis científicas. O problema, então, é considerar um fato, ou um dado, seja ele psíquico ou físico, dotado de uma realidade.

Assim, a posição de Blanché é muito próxima da de Bachelard. Para a epistemologia histórica não existe uma realidade que se impõe por si mesma. Nesse mesmo sentido se estende a crítica de Blanché à psicologia clássica: independentemente de qual natureza é postulada para o psíquico, seja ela substancial ou material, mental ou comportamental, a psicologia sempre recorre a uma concepção realista do pensamento. “Ponham que um pensamento é uma realidade, a questão não será mais do que decidir se esta realidade é física, e apreensível pelos sentidos em uma experiência objetiva, ou psíquica, e apreensível por introspecção numa experiência estritamente subjetiva” (BLANCHÉ, 1935, p. 9-10, tradução nossa).

Mesmo admitindo-se a oposição da qual a psicologia clássica se favorece para se afirmar como uma ciência (físico e mental), um fato, seja ele psíquico ou físico, subjetivo ou objetivo, nunca é em si uma realidade. Segundo Blanché, essa oposição é justificada afirmando-se como fato apenas aquilo que existiria de algum modo independente da percepção, em contraposição à imagem subjetiva. Mas, esta aparente diferença se desfaz ao considerarmos que aquilo que comumente chamamos de fato é constituído dessas imagens integradas em sistemas. Logo, se admitimos como um fato a forma esférica da Terra, sem dúvida deixaremos de lado todo o pensamento, todas as relações que foram necessárias para

que essa afirmação pudesse ser verdadeira. Só o pensamento é capaz de estabelecer relações entre as imagens. Logo, o pensamento se torna a condição de um mundo objetivo. Assim, um fato pode designar ora uma experiência bruta (imagens tais como seriam dadas antes de toda tentativa de interpretação), ora uma experiência organizada (na qual o pensamento conseguiria relacionar essas imagens, integrando-as em sistemas). Consequentemente, a imagem ou o fato livre de qualquer interpretação, assim como um fato objetivo, passam a ser limites ideais que se distinguem pela direção de uma análise, ou nos dizeres de Bachelard, pelo sentido do problema. Uma imagem não é algo que viria antes da experiência organizada. Não há uma origem do fato; não se parte do simples para o complexo. Blanché assim conclui esse raciocínio:

“Da sensação bruta [imagem] jamais seria possível sair, do mesmo modo que, partindo do começo indefinidamente recuado do tempo, jamais se chegaria ao presente, mas pode-se, idealmente, remontar indefinidamente do presente ao passado e, do mesmo modo, cortar pouco a pouco da percepção atual as afirmações que a envolvem” (BLANCHÉ, 1935, p.16, tradução nossa).

Tratar o inconsciente como um dado (ou fato) bruto, como propôs Assoun, produz impasses. O principal deles é considerar o inconsciente freudiano como uma realidade existente no psiquismo. Blanché nos propõe o contrário: não existe oposição entre duas realidades (psíquica e física). Ou dito de outra maneira, o apelo a qualquer tipo de realidade que legitime uma experiência ou uma prática clínica não mais se justifica. O mundo físico não é uma realidade em si mesma, uma vez que a experiência produzida pela ciência não se relaciona de forma alguma a um objeto natural. Na física moderna, o pensamento sempre irá preceder o fato.

Esta questão suscita uma nova problemática: se o pensamento é a condição de um mundo objetivo, caberia a toda e qualquer disciplina interessada no psiquismo tratar do pensamento. Mas como? Admitindo que o pensamento é uma realidade? Para a epistemologia histórica, esta tese é ainda mais absurda que a afirmação da existência de uma realidade física independente de um pensamento. O pensamento não pode de forma alguma ser uma realidade, pois que este é a condição para a produção de uma experiência objetiva. Dessa forma, afirmar a existência de processos psíquicos inconscientes não é passar de uma realidade à outra; as relações que o pensamento estabelece não são fatos

brutos, uma vez que os superam, nem fatos objetivos, uma vez que servem para construí-los. “Estas relações não devem ser consideradas *reais*, mas somente *verdadeiras*” (BLANCHÉ, 1935, p.13, tradução nossa).

Dessa forma, é no sentido de não mais considerar o psiquismo como uma realidade em si mesma, que situamos o pensamento freudiano como um corte em relação a esta tentativa de objetivação do psiquismo. A deformação imposta por Freud ao conceito de inconsciente não está no nível dos fatos e, por isso, a crítica de que a psicanálise opera sob uma instância fictícia do aparelho psíquico é mal colocada. Ora, falarão os físicos em defesa da existência da eletricidade? A deformação da noção de aparelho psíquico proposta por Freud é uma consequência de considerar o psiquismo não mais como uma realidade, mas como um pensamento. É neste contexto que o conceito de inconsciente aparece como correlato da compatibilidade lógica entre a psicanálise e a ciência. Tomemos esta passagem de Freud:

“Todos esses atos conscientes [o relato de um sonho, por exemplo] permanecerão desligados e ininteligíveis, se insistirmos em sustentar que todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente deve também ser experimentado por nós através da consciência; por outro lado, esses atos se enquadrarão numa ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes sobre os quais estamos conjeturando. Uma apreensão maior do significado das coisas constitui motivo perfeitamente justificável para *ir além dos limites da experiência direta*” (FREUD, 1915a, p.192: grifos nossos).

Acreditamos que a hipótese do inconsciente não foi postulada anteriormente ao problema que Freud se coloca. Não existe um inconsciente que precede e determina o sonho, sintoma, ou o ato falho. Portanto, o sentido do conceito de inconsciente em psicanálise, afasta de imediato a idéia de uma natureza humana, ou mesmo de uma realidade que está sendo demonstrada, uma vez que os fenômenos que este pretende explicar de forma alguma são considerados reais, mas somente verdadeiros – como aponta Blanché. Além do mais, o conceito, elaborado por Freud, de inconsciente isoladamente não possui sentido, ele só chega a se concretizar pela relação que mantém com outros conceitos. Não faz sentido falar em inconsciente em psicanálise sem mencionar o conceito de sexualidade infantil, por exemplo.

Dessa forma, o conceito freudiano de inconsciente não opera sobre uma realidade; o inconsciente é, inicialmente, um conceito que pretende explicar e dar inteligibilidade às formações do inconsciente¹¹. Com efeito, quando Freud afirma ser o psíquico inconsciente, o uso da palavra inconsciente nos remete a uma idéia de corte com o pensamento consciencial. Isso quer dizer que sua referência ao aparelho psíquico não subordina a psicanálise à psicologia clássica, cuja pretensão é, desde seu início, ser a ciência dos fatos mentais. Ao contrário, a deformação imposta por Freud à noção de aparelho psíquico implica necessariamente em uma delimitação do sentido do problema que está em jogo para a psicanálise e, se é possível falarmos de uma delimitação dos problemas, é porque uma subordinação da psicanálise à ciência e mesmo à psicologia dita científica é injustificável.

Feita esta delimitação dos problemas da psicanálise, é importante evocar nossa hipótese de trabalho. O objetivo que nos guiou até aqui foi demonstrar que entre a psicanálise e a ciência há uma relação de compatibilidade lógica e não de subordinação. Concluímos, no capítulo anterior, que esta compatibilidade lógica deve ser pensada não em função de um mesmo objeto de interesse entre a psicanálise e a atividade científica, mas sim em torno do que Gaston Bachelard chamou de Espírito Científico. E, segundo o que sustentamos até aqui, o conceito que melhor define este Espírito Científico é conceito de deformação. Com efeito, nossa tese, a partir de agora, implica na demonstração de que o princípio da deformação é que nos permite sustentar esta relação de compatibilidade entre a psicanálise e a ciência.

Neste segundo capítulo nos dedicaremos às deformações teóricas em torno do conceito de aparelho psíquico. Nosso objetivo aqui é demonstrar que o conceito de inconsciente só pode ser elaborado por Freud a partir de deformações e retificações. Interessa-nos, em particular, a cisão teórica entre o *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969) e *A Interpretação dos sonhos* (1900/1969). Esta ruptura é importante por dois

¹¹ Jacques Lacan, em *O Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/1985), ao tratar do conceito de inconsciente, nos diz que o que chama mais atenção em suas formações – sonhos, chistes, atos fâhos – são a forma de tropeço com que eles aparecem. “Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por estes fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma outra coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo *produzir-se*, se apresenta como um *achado*. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente” (p.30).

motivos. Primeiro: o abandono da idéia de um aparelho psíquico neuronal em benefício de um aparelho psíquico definido por instâncias psíquicas: Consciente, Pré-Consciente e Inconsciente. Segundo: ao deformar e retificar esta noção de aparelho psíquico Freud chega à conclusão de que no psiquismo só há pensamentos da ordem do inconsciente. É a deformação imposta pela psicanálise ao sentido habitual de inconsciente que dará força à nossa tese.

Dividimos este capítulo em três seções. Partiremos dos primeiros artigos freudianos para indicar que ele parte de um questionamento sobre a etiologia da histeria. Este questionamento levou Freud a elaborar teses que indicam modos diferentes de tratamento (seção B). A teoria da defesa levou Freud a pensar que a excitabilidade das diferentes partes do sistema nervoso é que causaria a histeria. Em seguida, nos deteremos nos problemas e conceitos elaborados no *Projeto*, privilegiando a lógica de funcionamento do aparelho psíquico e os conceitos elaborados neste texto (seção C). Na sequência, analisaremos os motivos que levam Freud a abandonar sua teoria neurônica em benefício da teoria do inconsciente; o papel dos sonhos na realização dos desejos inconscientes e a sistematização de um aparelho psíquico não-neuronal (seção D). Trataremos destes problemas procurando avaliar os efeitos da deformação do conceito de inconsciente e o sentido da compatibilidade lógica que afirmamos em função deste conceito.

B) O mecanismo psíquico da histeria

Freud, em um de seus primeiros artigos, *Histeria* (1888/1969), preocupou-se em desarticular o termo histeria de sua origem, propondo para este termo um sentido diferente daquele que vinculava essa neurose ao aparelho reprodutor feminino, ou ainda, daquelas idéias de que a histérica estava sob o efeito de algum tipo de feitiçaria, e até mesmo possuída pelo demônio. Sabemos que este artigo foi escrito após seu retorno de Paris onde, ao lado de Charcot, pôde estabelecer para histeria uma definição em termos médicos. Neste artigo de 1888, Freud resumiu suas conclusões tiradas a partir de seus estudos em Paris, dentre as quais podemos citar a definição da histeria como uma neurose sem nenhum tipo de alteração anatômica do sistema nervoso. Esta idéia é ampliada em seu artigo *Alguns*

pontos para o estudo comparativo entre as paralisias motoras orgânicas e histéricas (1893a/1969), onde Freud afirmou ser a histeria uma afecção que desconhece a anatomia, uma vez que as paralisias histéricas tomavam os órgãos do corpo a partir dos nomes que eles têm. Dito de outra maneira, o corpo imaginado ou pensado prevalece sobre a realidade anatômica. Outro ponto importante presente nestes dois artigos refere-se ao pessimismo de que o refinamento dos estudos e pesquisas em anatomia pudesse trazer alguma novidade para explicar a histeria.

Sabemos que nessa época Charcot havia voltado suas pesquisas para aquilo que ele chamou de “neurose maior” e o seu principal efeito: as conversões histéricas que não apontavam para uma causa orgânica eficaz. Ao produzir um sintoma histérico em seus pacientes com o auxílio da técnica da sugestão hipnótica, Charcot demonstrou que a histeria possuía um aspecto ideogênico, isto é, as idéias é que determinariam estes sintomas. Mas o que causava esta conversão? A sugestão hipnótica seria eficaz na remoção dos sintomas, mas não lançou nenhuma luz sobre a causa dos sintomas histéricos, uma vez que a teoria de Charcot apenas admitia uma etiologia em termos hereditários. Por esta razão, é que Freud procurou definir a histeria como uma neurose ainda desprovida de uma etiologia específica:

“Como sabem, do ponto de vista da influente escola de Charcot, só a hereditariedade merece ser reconhecida como verdadeira causa da histeria, enquanto as outras perturbações, da mais variada natureza e intensidade, desempenham apenas o papel de causas acidentais, ‘agents provocateurs’” (FREUD, 1896a/1969, p.217).

Uma solução para o problema em torno de uma etiologia específica da histeria se fez necessária. Neste contexto, Freud e Breuer, em *Estudos sobre a Histeria* (1893b/1969), propuseram uma solução diferente de Charcot. Nos *Estudos*, o trauma foi o principal agente provocador da histeria, ao contrário da teoria de Charcot que acreditava em uma vaga pré-disposição hereditária. O trauma psíquico seria localizável em algum lugar da história do paciente, sendo, portanto, imprescindível escutar o paciente e inteirar-se de sua história de vida. No entanto, uma outra tese importante se impunha: os histéricos sofrem de reminiscências. O trauma tem como uma de suas principais características a impossibilidade de integrar o pensamento consciente do paciente. Sendo assim, não havia motivos para o abandono da hipnose, uma vez que ela possibilitaria o acesso a esses

conteúdos excluídos da consciência. Com o problema assim configurado, o método catártico surgiu com o objetivo de agir sobre o mecanismo supostamente responsável pela histeria. A hipótese de Freud e de Breuer era de que existia uma ligação causal entre a impossibilidade de ab-reação diante do trauma e o sintoma histérico. Portanto, podemos indicar uma primeira deformação imposta por Freud ao considerar o problema etiológico da histeria. Na visão de Charcot, as causas ao acaso, isto é, as situações traumáticas, poderiam estar ou não presentes. Para Freud e Breuer o trauma é decisivo para a ocorrência dos sintomas histéricos.

Notemos que o elemento trauma continua presente em suas formulações nos *Estudos*, mas a mudança de sua função (deformação), é que impõe a descontinuidade entre Charcot e Freud. Isso demonstra que Freud não se acomodou com novidade trazida pela descoberta de Charcot e deformou sua teoria. Além de ideogênica, a histeria, para Freud, é traumática. Nesta época, Freud confiava que seus pacientes dirigiam cada vez mais os relatos deles para uma experiência intensamente penosa, situada nos primeiros anos de vida. Esta conclusão, extraída da prática clínica de Freud, foi fundamental para ele articular o trauma psíquico à etiologia histérica, rompendo assim, com a hipótese etiológica de Charcot. Desse modo, devemos pensar este rompimento pela via da deformação, isto é, pelo advento de uma nova hipótese de trabalho. Somente em função desta mudança de perspectiva em relação à etiologia da histeria, é que a fórmula dos *Estudos* ‘os histéricos sofrem de reminiscências’ servirá de novo guia para a elaboração teórica de Freud.

Uma outra problemática ainda é fundamental em nossa análise. A hipótese de Freud e Breuer é de que a consciência se encontra dividida. Esta hipótese serviu como um contraponto ao ponto de vista de Pierre Janet, que também admitia a possibilidade de uma divisão da consciência. Janet propôs que a histeria seria baseada em uma incapacidade constitucional de síntese psíquica. Sua hipótese consistia na degeneração orgânica dos histéricos. Ao contrário, o método catártico elaborado por Breuer é de que a base da histeria “(...) é a ocorrência de peculiares estados de consciência, como que de sonho, com uma capacidade de associação restrita, para os quais propôs o nome de ‘estados hipnóides’” (FREUD, 1894/1969, p.58). Assim, o que eles chamaram de estados hipnóides é um caráter adquirido devido à impossibilidade das idéias, que emergem em tais estados, se incluírem

na comunicação associativa com o restante da consciência. A afirmação de um estado hipnóide coloca em cena uma noção de dinamismo entre diferentes instâncias em um provável aparelho psíquico.

Mas do que se trata neste dinamismo? Por que uma idéia é impedida de entrar em associação com a corrente normal de consciência? E ainda, por que os pacientes são incapazes de se recordarem conscientemente dos traumas psíquicos que engendraram seus sintomas? Na *Comunicação preliminar* (1893b/1969) é esboçada uma explicação para estes problemas. Em primeiro lugar, as recordações que corresponderiam a traumas são patogênicas porque, no momento em que ocorreu o trauma, o afeto vinculado à idéia foi impedido de descarga. Freud e Breuer utilizam o termo ‘reação’ para explicar como se dá a descarga afetiva de um ato involuntário reflexo. A ‘reação’ seria caracterizada por uma ab-reação adequada da carga afetiva e, se a reação for recalcada, o afeto permanece vinculado à lembrança. No caso da histeria, no momento em que ocorre o trauma, essa descarga afetiva é impedida de ocorrer por um ou ambos dos seguintes motivos: ou a descarga seria penosa demais ou se produziu em condições psíquicas anormais, como por exemplo, em estados de devaneio.

O método catártico, então, consistiria em fazer com que o paciente rememorasse, sob hipnose, o momento de sua vida em que ocorreu o trauma. Ao falar e reproduzir a situação traumática, o paciente pode se desvencilhar do afeto que não fora anteriormente descarregado. Assim, aquilo que abastece energeticamente o sintoma, a quota afetiva, pode ser recordada e ab-reagida pela fala, que serve de substituto para a ação adequada. O fato de que cada idéia possui uma quota correspondente de afeto é a base para a teoria da ab-reação. A fala do paciente é agora importante: ela é que permite essa descarga através de um processo de associação. A existência desses estados hipnóides é a condição da histeria, sendo que a conversão motora é apenas um sintoma que se produz devido ao destino dado ao afeto que é impedido de descarga nos estados hipnóides.

Entretanto, Freud propôs uma delimitação da eficácia do método catártico. Uma vez que Freud e Breuer afirmaram que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (1893b/1969, p.48), a preocupação clínica deles se volta para tornar inócuas estas reminiscências. Admitem, contudo, que o método por eles caracterizado possui limitações e

que alguns problemas ficam insolúveis. A catarse elimina o sintoma com o método da sugestão, com o acréscimo de que a histeria passa a ser traumática, sendo os estados hipnóides a condição para o surgimento de um sintoma. Mas, na parte final da *Comunicação preliminar* Freud é claro ao admitir o limite do método catártico:

“Naturalmente, é verdade que não curamos a histeria na medida em que ela depende de fatores disposicionais. Nada podemos fazer contra a ocorrência dos estados hipnóides. Além disso, durante a fase produtiva de uma histeria aguda, nosso método não pode impedir que as manifestações laboriosamente eliminadas sejam, de imediato, substituídas por outras” (FREUD, 1893b/1969, p.58).

Dessa forma, o problema em torno de uma etiologia específica para a histeria ainda fica insolúvel. O método catártico e a teoria dos estados hipnóides não buscam a causa do sintoma histérico. Em *História do Movimento Psicanalítico* (1914/1969) Freud afirmou que a teoria do recalque ou da defesa “é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (FREUD, 1914/1969, p.26). Tal ênfase, dada por Freud ao mecanismo de defesa por ele esboçado pela primeira vez em seu artigo *As neuropsicoses de defesa* (1894/1969), possui um sentido muito particular. Podemos afirmar que a suposição de um mecanismo de defesa exercido pelo Eu demarca uma profunda ruptura em relação à busca pela causa das neuroses. Esta ruptura deve ser pensada em função de uma modificação do problema em torno das neuroses e seus mecanismos de produção de sintomas. Como vimos, a teoria dos estados hipnóides oferece uma explicação para a ocorrência das conversões histéricas, ao passo que admite a existência de uma predisposição dos pacientes a estes estados. O surgimento desses estados diferenciados de consciência é que apareceu como um problema. Estes, segundo Breuer em sua contribuição teórica para os *Estudos*, podem ser creditados a uma predisposição inata. Portanto, o mecanismo psíquico da histeria, amparado pela teoria dos estados hipnóides, possui uma falha. Por um lado, Breuer traz uma explicação para o mecanismo da conversão, mas por outro, não lança nenhuma luz a respeito de como surgem diferentes estados de consciência.

É exatamente desse ponto que Freud parte para a elaboração de sua primeira teoria da defesa. O problema que ele se colocou foi o da divisão da consciência. Como nos

Estudos, ele e Breuer haviam afirmado que a condição da histeria era a existência dos estados hipnóides, o problema se volta para a explicação da ocorrência desses estados. A hipótese de Janet fora recusada anteriormente: não se trata de um problema de degenerescência nervosa, visto que outros aspectos funcionais, como a intelectualidade das histéricas, não sofriam qualquer modificação em vários casos. A hipótese da divisão da consciência trazida na *Comunicação Preliminar* possui um ponto de diferenciação com a de Janet: Freud e Breuer afirmam que a divisão é secundária, resultado de um dinamismo psíquico. Este dinamismo é explicado pela ocorrência de dois grupos de idéias, a saber, as idéias que se encontram em uma corrente de associação normal da consciência e aquelas outras que são impedidas de entrar em associação com as primeiras, cuja ab-reação de sua quota afetiva é negada. Dessa forma, a existência de um segundo grupo de idéias – distinto da corrente de pensamento consciente – é que explica o caráter adquirido da divisão da consciência. Freud não viu nessa assertiva uma demonstração precisa de que o fenômeno da divisão da consciência é adquirido.

Em suas observações clínicas, Freud se deparou com alguns impasses. Em 1894 ele deformou sua tese em relação à etiologia da histeria. A teoria dos estados hipnóides foi afastada de cena quando Freud afirmou que a divisão da consciência resulta de um ato voluntário do sujeito

“(…) iniciado por um esforço de vontade cujo motivo pode ser especificado. Com isso, naturalmente, não quero dizer que o paciente tencione provocar uma divisão (*splitting*) da sua consciência. A intenção é diferente; mas ao invés de prender-se ao seu objetivo, produz uma divisão (*splitting*) da consciência” (FREUD, 1984/1969, p.59).

Vemos nessa assertiva o esboço, isto é, uma primeira aproximação de sua teoria da defesa em direção ao conceito de recalque. Fica claro aqui que as apostas de Freud nem sempre são certas. Sabemos que a definição psicanalítica de recalque é um mecanismo inconsciente que não depende da vontade do sujeito. Mas, como vimos no capítulo anterior, deformar um conceito implica em um trabalho. A primeira aproximação quase sempre irá apontar para um erro. Deformar e retificar traz como consequência a superação de impasses e erros. Assim, tentando explicar porque um sujeito adquiriu histeria, Freud rompe com Breuer e diz que a divisão da consciência é um efeito da defesa. Modos diferentes de se

considerar a etiologia da histeria trazem como efeito teses distintas, que indicam as possibilidades de formalização de um tratamento.

A partir de então, a histeria de defesa consistiria na retirada do afeto que acompanha a idéia incompatível com o restante da consciência. Ela se difere da histeria hipnóide de Breuer que se caracteriza pela não integração das idéias ocorridas durante os estados hipnóides, que formam um grupo psíquico separado e suscetível de provocar efeitos patogênicos. Mas, o principal ponto de diferenciação é que na histeria de defesa uma ação é colocada em jogo. Assim, a predisposição inata é abandonada em detrimento de um esforço do Eu em afastar as idéias intoleráveis da consciência.

Na descrição do mecanismo defensivo nos neuróticos, Freud nos falou da existência de um conflito entre um grupo de idéias e o Eu. Ele afirmou que toda a questão para o Eu é se defender de uma idéia que seja incompatível com sua lógica de associações. O Eu é confrontado com uma idéia que suscita um afeto tão aflitivo que, no momento em que esta surge, ao Eu não cabe outro recurso senão se livrar desta, ou ainda como coloca Freud, o sujeito prefere esquecê-la. Logo, o Eu promove uma retirada da quota afetiva aflitiva que acompanha a idéia em questão. A partir da caracterização desse mecanismo é que Freud pode dar uma solução para o problema de discriminação das neuroses.

Em *Psicoterapia da Histeria*, capítulo final dos *Estudos*, Freud afirmou que esta discriminação, ou seja, o diagnóstico entre as diferentes formas de neurose deve ser realizado anteriormente ao início propriamente dito do tratamento. Nessa época, o diagnóstico não era visto por Freud em função de diferentes tipos de modalidade de defesa, mas sim em função do destino que era dado ao afeto que era separado da idéia. Consequentemente, as formas de neurose reconhecidas por Freud na época, a neurose obsessiva, a histeria e a fobia, deveriam ser diferenciadas pelos distintos destinos que a defesa tramada pelo Eu conferia ao afeto. Na histeria, a soma de excitação que é desvinculada da idéia aflitiva deve ser convertida sob a forma de uma inervação motora enigmática. O que passa caracterizar agora a histeria não é mais os estados hipnóides e sua possível predisposição inata, mas sim a capacidade de se atingir essa conversão. Essa modificação, que a princípio pode parecer apenas uma modificação em uma forma de caracterização, na verdade é uma modificação profunda do problema sob o qual Freud

caminhou. A conversão é um efeito de um conflito que Freud só pode situar no psiquismo, não possuindo determinantes anatômicos. Segundo Freud, uma determinada situação “só conduz à histeria quando há uma incompatibilidade psíquica ou uma acumulação de excitação” (FREUD, 1894/1969, p.63).

A mesma consideração é válida tanto para os outros dois tipos de neurose (obsessiva e fobia) quanto para a neurastenia. Na neurose obsessiva e na fobia a quota afetiva é dissociada da idéia incompatível, também por uma defesa do Eu. No entanto, ao contrário da histeria, o afeto não é convertido para uma inervação corporal, mas sim associado a outras idéias que não são intoleráveis ao Eu. Freud utiliza o termo ‘falsa conexão’ para demonstrar o caráter patogênico dessa associação. Essa conexão se impõe ao paciente acompanhada de um estado afetivo específico. É neste ponto que Freud irá diferenciar a neurose obsessiva da fobia. Na neurose obsessiva, Freud articula um estado afetivo imutável (raiva, dúvida, remorso) como seu principal componente, sendo a idéia que acompanha este estado, variável, atestando-se assim seu caráter de substituição. Já a respeito das fobias, Freud afirma que é a angústia o estado afetivo que está em jogo, muito embora não haja uma substituição da idéia que é incompatível com o Eu. Em outras palavras, o estado de angústia é sua principal característica; a angústia já é em si um sintoma. Um último caso, a neurastenia é caracterizada por uma defesa mais bem sucedida. O Eu se defende da idéia incompatível e do afeto que a acompanha, dando-se a impressão de que esta idéia jamais houvesse ocorrido. Como consequência, as alucinações psicóticas ocorrem devido à acentuação da idéia que é afastada pelo Eu da consciência. “O eu escapa da idéia incompatível; esta, porém, é ligada inseparavelmente a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu alcança esse resultado, ele se destaca também, parcial ou inteiramente, da realidade” (FREUD, 1894/1969, p.72).

A partir dessas considerações, podemos nos deter em dois pontos importantes. Se dizíamos que a elaboração teórica de um mecanismo defensivo provoca uma ruptura na busca pela causa das neuroses, esta ruptura adquire seu sentido a partir do momento em que a teoria dos estados hipnóides perde o seu. A divisão psíquica, que já era para Freud um problema bem configurado, é um efeito de um mecanismo psíquico que funciona exatamente para dar conta de um conflito entre instâncias psíquicas. Como dito

anteriormente, a teoria dos estados hipnóides se sustentava somente a partir do processo de ab-reação, ou seja, sua preocupação não se baseava na busca pela causa, mas antes, na eliminação do sintoma – ou melhor, tornar inócuas as reminiscências. E ainda, as elaborações feitas por Freud e Breuer nos *Estudos* não contribuíram muito para a discriminação diagnóstica entre os diferentes tipos de neurose. Somente a partir da teoria da defesa foi que Freud pôde discriminar as neuroses.

C) O ponto de vista quantitativo: o Projeto de 1895

Vimos que nos *Estudos* Breuer e Freud afirmam que os histéricos sofrem de reminiscências e o que o método catártico é elaborado com o objetivo de torná-las inócuas. Pudemos concluir também que o método catártico não oferecia nenhuma explicação satisfatória para a intensidade incomum dessas reminiscências, uma vez que o próprio fato da existência dos estados hipnóides é que estabelecia as condições para que, na situação traumática, não houvesse a descarga adequada do afeto. Dessa forma, o problema de Freud nessa época era tratar das intensidades psíquicas a fim de solucionar dois de seus constrangimentos: se as reminiscências são demasiadamente intensas, por que assumiram tal característica? E ainda, a partir de 1894, Freud assumiu ainda mais uma posição a favor do ponto de vista quantitativo, à medida que afirmou que o Eu se defende de uma idéia sexual intensa. Que intensidade deve ser esta para que o Eu coloque em jogo uma defesa?

No *Projeto para uma psicologia científica* (1895/1969) Freud procurou articular uma noção de aparelho psíquico em função de um mecanismo neuronal. Renato Mezan (2003) nos propôs que Freud teve duas ambições com o *Projeto*. A primeira era explicar o caráter adquirido da histeria. A partir da teoria da defesa, Freud constatou que a histeria é uma perturbação psíquica adquirida e não um problema de degeneração cerebral. Assim, tratou de saber o motivo pelo qual um processo psíquico se torna anormal. Por que uma pessoa até então normal se torna histérica? A segunda era investigar a natureza das reminiscências demasiadamente intensas dos histéricos. Mezan conclui assim o raciocínio:

“Se as reminiscências são demasiadamente intensas, é preciso investigar a natureza da intensidade psíquica e descobrir de que forma elas assumiram tal característica. As duas ambições podem ser resumidas numa única questão: *Por que os histéricos sofrem de reminiscências?* A memória é uma função psíquica normal; trata-se de descobrir em que ela consiste e através de que processos ela se transforma” (MEZAN, 2003, p31).

Em primeiro lugar, não devemos nos esquecer que o *Projeto* marcou uma tentativa de Freud de submeter suas descobertas – vale lembrar, as citadas acima a partir de Mezan – aos princípios que regiam as ciências naturais (*Naturwissenschaft*). Luis Alfredo Garcia-Roza (1991) entende que Freud adota este posicionamento por oposição ao termo “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaft*). Segundo ele, para Freud só as ciências naturais conseguiriam estabelecer uma explicação para os fenômenos neuróticos, uma vez que as ciências do espírito buscavam uma compreensão do “processo pelo qual se chega a conhecer a vida psíquica partindo-se de suas manifestações externas” (p.73). Garcia-Roza toma como referência desta ciência do espírito estendida ao campo psicológico¹² a obra de Wilhelm Dilthey, a qual, baseada em categorias da vida psíquica – significação e força –, pretende deixar de lado as conexões “causalistas” da física-matemática em benefício das conexões de “sentido”. Dessa forma, para este autor, o termo “ciência natural” em Freud deve ser entendido como uma recusa ao modelo proposto por Dilthey: o modelo que toma não é outro senão o da física; Freud estaria mais próximo de Herbart, que acredita que “os processos psíquicos são passíveis de serem expressos por leis científicas” (p.76).

O *Projeto* inicia-se pela caracterização do sistema nervoso como algo semelhante a um aparelho, composto de células especiais, os neurônios, através das quais circula uma quantidade de energia, chamada por Freud de Q. Os neurônios têm a função de descarregar toda quantidade, ou seja, toda tensão que fosse gerada no interior do aparelho deveria se escoar pela via motora. O modelo do arco-reflexo simples leva Freud a conceber o Princípio de Inércia Neurônica, função primária do sistema. Ainda em relação ao estado de tensão com o qual o aparelho psíquico é confrontado, Freud afirmou que, em relação à

¹² Não nos deteremos nesta diferenciação entre ciência natural e ciência do espírito. Mas é importante apontarmos que, segundo Garcia-Roza, o termo “ciência do espírito” deve ser creditado a “Fenomenologia do Espírito” (1807) de Hegel. O exemplo de Dilthey é tomado como uma extensão “vacilante” das idéias de Hegel para o campo psicológico. A idéia central do autor é que Freud utiliza o termo ciência natural como exigência de rigor, e não de um naturalismo puro, para suas construções teóricas. Assim, no termo composto, a ênfase estaria na “ciência” e não no “natural”. (Cf. GARCIA-ROZA, 1991, p.71-78)

estimulação proveniente do mundo externo, o organismo teria a possibilidade de fuga do estímulo. Porém quando a estimulação é endógena, não haveria possibilidade alguma de fuga. Por isso, o sistema nervoso deve suportar um mínimo de Q para que, frente a uma estimulação endógena, o organismo possa realizar a ação específica. Essa ação visa a modificação no mundo externo para que o estímulo interno cesse. Essa seria a função secundária do sistema – reter um mínimo de Q para a execução da ação específica – chamada por Freud de Princípio de Constância. Devido a essa função secundária, Freud admitiu que entre os neurônios deveria existir algum tipo de resistência contra a descarga imediata de Q. As barreiras de contato atenderiam à exigência dessa manutenção mínima de Q para realizar a ação específica. Desse modo, uma consequência dessa hipótese é o postulado de duas classes distintas de neurônios: ϕ (responsáveis pela percepção) e ψ (responsáveis pela memória).

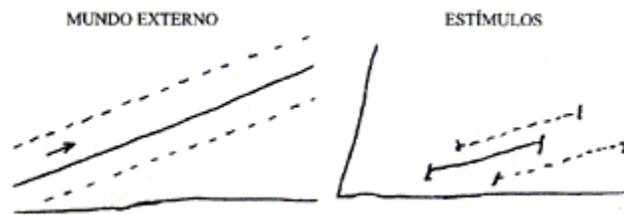


Figura 1 (FREUD, 1895/1969, p.416)

Os neurônios ϕ seriam totalmente permeáveis, não ofereceriam nenhuma resistência quanto à passagem de Q. O contrário ocorre no sistema ψ de neurônios, que deveriam ser impermeáveis, dificultando a passagem de Q entre eles. Entre um e outro neurônio no sistema ψ , em função das barreiras de contato, Q abre caminho marcando seu percurso por trilhamentos. “A memória está representada pelos trilhamentos existentes entre os neurônios ψ ” (FREUD, 1895/1969, p.401). Portanto, a memória é função exclusiva de uma classe de neurônios; os neurônios da percepção não fazem nenhuma retenção de Q.

A idéia de uma consciência que apenas oferece uma leitura qualitativa dos processos psíquicos quantitativos foi marcante no *Projeto*. Essa leitura se dava pela série prazer-desprazer onde os neurônios ω – da consciência – transmitiam apenas a periodicidade do

movimento neuronal (signos de qualidade). Um aumento da tensão em ψ é sentida como um desprazer que, mediante uma ação específica, pode ser aplacado por uma modificação no mundo externo. O exemplo clássico desta experiência, chamada por Freud de experiência primária de satisfação, é a fome. O choro do lactante (ação específica) promove uma modificação no mundo externo (o aporte do alimento pela mãe) para que o desprazer gerado pelo aumento da tensão no interior do aparelho psíquico seja aplacado. Ocorrendo a descarga, uma diminuição da tensão – objetivo da experiência de satisfação –, a leitura fornecida pelos neurônios ω é de uma experiência prazerosa. O retorno de um estado de tensão coloca em jogo o que Freud chamou de estado de desejo, que teria como tendência um investimento alucinatório na imagem mnêmica do objeto que anteriormente conduziu a descarga. Assim, Freud pôde estabelecer, a partir da experiência de satisfação primária, a definição de processo primário. Jacques Lacan demonstrou com pertinência o que esta definição traz como implicação:

“Em suma, a memória é concebida aqui como sequência de engramas, como soma de série de trilhagens, e esta concepção se revela totalmente insuficiente se nela não introduzirmos a noção da imagem. Se afirmarmos que uma série de trilhagens, que uma sequência de experiências faz surgir uma imagem num aparelho psíquico concebido como uma mera placa sensível, é óbvio que, assim que uma mesma série for reativada por uma nova excitação, uma pressão, uma precisão, a mesma imagem se produzirá. Em outras palavras, toda estimulação tende a produzir alucinação. O princípio do funcionamento do aparelho φ é a alucinação. Eis o que *processo primário* quer dizer” (LACAN, 1954-55/1985, p. 141).

O processo primário procura atender ao princípio que governa o funcionamento do aparelho neurônico proposto por Freud: o Princípio do Prazer. O critério estabelecido por este princípio de funcionamento aponta que, havendo um aumento de tensão no aparelho (desprazer), a tendência é o aparelho psíquico reduzir esta tensão ao mínimo possível. O aparelho psíquico deve evitar o desprazer a qualquer custo. Segundo demonstra a experiência de satisfação, a representação do objeto percebido anteriormente e a representação motora executada ficaram trilhadas entre si, em função da descarga de Q. O retorno de uma tensão, de um estado de desejo, exige do psiquismo um trabalho no sentido de reencontrar o caminho trilhado para alcançar a satisfação (descarga). Freud nos diz que este novo investimento pode ser de tal magnitude que leva o aparelho psíquico a alucinar o

objeto, tal como foi demonstrado pela definição de processo primário. Por isso, não coincidindo com a realidade, este investimento tende a produzir uma alucinação, e se uma ação reflexa for desencadeada, o resultado seria o desapontamento. Esta “falsa percepção” ocorre porque não há no aparelho psíquico uma função que faça a distinção entre percepção e lembrança. Devido a este problema, Freud introduziu o Eu como uma organização psíquica capaz de inibir os processos psíquicos primários. Os neurônios do Eu estão permanentemente investidos, e ao surgir um estado de desejo, um “investimento colateral” atrai para os neurônios do Eu o fluxo de Q que se dirigia às imagens mnêmicas. A partir de então, a informação de descarga efetuada em ω chega a ψ , sendo estabelecido, portanto, um critério para se distinguir a memória da percepção. Só a partir da introdução dessa função do Eu é que foi possível a Freud postular uma diferença entre percepção e memória. Dessa forma, um investimento de inibição do processo primário por parte do Eu, define o processo secundário.

A partir da introdução do Eu, um estado de desejo sofre um processo de inibição. Por outra via, podemos concluir que o modo de funcionamento do Eu atende a exigência do princípio do prazer: o imperativo de evitar o desprazer a qualquer custo. O investimento alucinatório não produz uma descarga, mas sim um aumento da tensão, e conseqüentemente, a sensação de desprazer. Desse modo, Freud afirmou que a justificativa para a atividade do Eu é biológica, uma vez que as liberações endógenas de desprazer e a ativação indiscriminada de alucinações colocariam o organismo em situação de perigo. Esta conclusão traz como consequência, em primeiro lugar, a idéia de um psiquismo como uma defesa para o corpo. No entanto, esta justificativa biológica de Freud é o que menos nos interessa aqui. Esta inibição do processo primário por parte do Eu significa “desviar” Q para uma outra representação, e é a partir desse processo que temos a definição de defesa primária no *Projeto*. Dessa forma, a teoria da defesa que aparecia em 1894 em *As neuropsicoses de defesa* sob a rubrica de um ato voluntário do sujeito, é deformada no *Projeto*. A defesa primária atende às exigências do Princípio do Prazer, que é evitar o desprazer. Mas Freud não a estabelece como um ato consciente. Ao contrário, devemos aproximá-la, com devida cautela, do conceito de recalque, uma vez que se trata do deslocamento de Q para outra representação, e não pensá-la como uma vontade de

esquecer. “A defesa primária será, então, tanto mais poderosa quanto mais intenso for o desprazer” (FREUD, 1895/1969, p.430). Fica claro que neste momento é problemática a idéia de estabelecer uma identidade entre a consciência e o Eu, cuja função não é outra senão inibir os processos primários¹³. “Portanto, quando existe um eu, ele, por força, deve *inibir* os processos psíquicos primários” (FREUD, 1895/1969, p.429).

A principal preocupação de Freud ao situar estes problemas é, sem dúvida alguma, estabelecer uma coincidência entre a memória (representação mnêmica do objeto da satisfação) e a percepção. Dito de outra maneira, como o aparelho psíquico pode se certificar de que o objeto percebido da realidade é o mesmo que se encontra investido na lembrança? Esta identidade é fundamental para que a ação específica seja colocada em jogo. Mas, o que irá assegurar esta coincidência? Freud afirmou que o juízo – pensamento – é responsável por estabelecer a coincidência entre a lembrança e a percepção.

“Assim, *juízo* é um processo ψ que só se torna possível graças à inibição exercida pelo eu e que é evocado pela dessemelhança entre a catexia de desejo de uma lembrança e uma catexia perceptiva que lhe seja semelhante. Daí se deduz que a *coincidência* entre essas duas catexias se converte num sinal biológico para pôr fim à *atividade do pensamento* e iniciar a *descarga*” (FREUD, 1895/1969, p.434: grifos nossos).

Portanto, a atividade de pensamento tem o objetivo de estabelecer uma coincidência entre a percepção e a lembrança. A dessemelhança ocorre também devido a outro fator, a saber, que a percepção de um objeto e o investimento na imagem mnêmica do objeto da satisfação dependem de um complexo neuronal, o qual pode ser dissociado em duas partes: uma constante e outra inconstante. Freud chamou a parte constante do complexo de neurônio *a*, ou a Coisa¹⁴ (*Das Ding*), e por conseguinte, à parte inconstante do complexo

¹³ Toda essa discussão perpassou a obra freudiana. Se no *Projeto* a defesa primária é realizada pelo Eu, com a introdução do conceito de recalque, esta definição esbarra em um impasse, uma vez que o recalque, por definição, é um processo inconsciente. Em “O eu e o isso” (1923/1969) vemos Freud retomar o estatuto do Eu na teoria psicanalítica e deformar sua função: o modo de funcionamento do Eu é, em parte, inconsciente. Entrevê-se que no *Projeto* o Eu é uma organização, ou como diz Freud, um estado de ψ .

¹⁴ Não privilegiaremos a análise deste conceito neste trabalho, embora a idéia de que *Das Ding* é o que permanece fora desta operação de simbolização realizada pelo pensamento é fundamental na obra de Freud. *Das Ding* é o que aparece como resto dessa operação, mas que de fora funciona como uma espécie de eixo em torno do qual situamos a atividade do pensamento. Lacan discutiu este conceito em seu Seminário 7: “*Das Ding* é o que – no ponto inicial, logicamente e, da mesma feita, cronologicamente, da organização do mundo no psiquismo – se apresenta, e se isola, como o termo de estranho em torno do qual gira todo o movimento da

Freud deu o nome de neurônio *b*, ou o predicado de *a*. A explicação que Freud forneceu para este processo é a seguinte: se em determinado estado de desejo o investimento na lembrança se relaciona ao neurônio *a* + o neurônio *b*, mas o investimento perceptivo se relaciona ao neurônio *a* + neurônio *c*, a descarga não pode ser efetuada, uma vez que há uma não-coincidência entre um e outro complexos neuronais. Notemos que os neurônios *a* coincidem, mas *b* e *c* não. Dessa forma, a atividade de pensamento consiste em seguir as conexões do neurônio *c*, fazendo surgir novos investimentos até encontrar uma via que leve ao neurônio *b* desaparecido (FREUD, 1895/1969, p.435). A meta seria retornar ao neurônio faltante *b* suscitando uma sensação de identidade, isto é, buscar a realização do desejo, segundo o trilhamento imposto pela primeira experiência de satisfação. No entanto, como apontou Osmyr Gabbi Jr. (2003), a experiência primária de satisfação fixa um caminho de descarga. Assim, “todo pensar visa estabelecer o mesmo caminho, mas em estado de inibição por parte do eu” (p.74).

A partir de então, “a luta entre os trilhamentos fixos e os investimentos flutuantes caracteriza o processo secundário do pensamento reprodutivo, em contraste com a sequência primária de associações” (FREUD, 1895/1969, p.436). Com efeito, podemos apontar o aparecimento de uma tese fundamental na obra freudiana: a idéia de um conflito psíquico. Jacques Lacan em *O Seminário livro 7: a ética da psicanálise* (1959-60/1997) fez uma releitura do *Projeto*, privilegiando a idéia de conflito entre o Princípio do Prazer e o Princípio de Realidade. Lacan, neste seminário, toma como fio condutor dessa discussão a idéia de que o conflito esboçado no primeiro esquema freudiano do aparelho psíquico é “massivamente de ordem moral” (p.49). No entanto, não nos deteremos em relação a esta questão, pois são os problemas levantados por Lacan em sua releitura dos conceitos do *Projeto* o que mais nos interessa aqui. Segundo Lacan, o Princípio do Prazer exerce um domínio sobre a percepção, uma vez que o processo primário – subordinado ao Princípio do Prazer – visa sempre uma identidade de percepção, não importando ser esta identidade real ou alucinatória. Já o processo secundário – subordinado ao Princípio de Realidade – visa uma identidade de pensamento, antes de produzir uma descarga. O processo secundário se

Vorstellung, que Freud nos mostra governado por um princípio regulador, o dito princípio do prazer, vinculado ao funcionamento do aparelho neurônico” (LACAN, 1959-60/1988, p.76).

esforça para que uma descarga ocorra sempre a partir de uma prova retificativa, de um tateamento, ou seja, de um pensamento “que leva ao ultrapassamento da prova imposta ao sistema circundante dos objetos presentes nesse momento da experiência” (LACAN, 1959-60/1997, p.44). No entanto, Lacan julga problemático colocarmos no mesmo nível o pensamento e o Princípio de Realidade, por estar certo de que a identidade de pensamento é fundamental para que ocorra a descarga. O pensamento, mesmo não sendo governado pelo Princípio do Prazer, deve ser submetido a ele, pois se realiza no campo inconsciente. E, por se realizar neste campo, a atividade de pensamento e a “ereção de um certo sistema de *Wunsch*” (p.49), acontece à revelia da consciência. E, segundo Freud, a consciência é uma leitura qualitativa dos processos neurônicos a partir do par prazer-desprazer. A posição de Lacan não é diferente da de Freud. Tomemos esta passagem do *Projeto*:

“Imediatamente passamos a compreender um postulado que nos tem orientado até aqui. Estivemos tratando os processos psíquicos como algo que pode prescindir dessa percepção da consciência, como algo que existe independentemente dela. Estamos preparados para constatar que certos pressupostos nossos não são confirmados pela consciência. Se nos recusarmos a nos deixar confundir nesse sentido, a consequência lógica é que o postulado da consciência não nos fornece uma informação completa nem fidedigna sobre os processos neurônicos, e que estes devem ser considerados à primeira vista, em sua totalidade como inconscientes e sujeitos às mesmas conclusões que se tiram dos demais fenômenos naturais” (FREUD, 1895/1969, p.410).

O psiquismo, para Freud, é comandado por uma lógica de funcionamento inconsciente desde o *Projeto*. Seguindo este raciocínio, podemos pensar o mecanismo econômico da memória e a atividade de pensamento descritos por Freud como sendo processos psíquicos inconscientes. O objetivo de alcançar a descarga, colocando em jogo o desejo de reencontrar o objeto da primeira experiência de satisfação, além da adequação imposta pela realidade, aparece como uma exigência de trabalho ao psiquismo, tal como nos demonstrou Lacan. É aí que devemos situar os pensamentos inconscientes. No estado de desejo Q tende a percorrer uma via em ψ tendo como referência os trilhamentos, isto é, uma descarga tende a ser produzida à revelia da percepção, de maneira autônoma. Podemos concluir que uma lógica de funcionamento psíquico inconsciente e uma idéia de um conflito psíquico estrutural são colocados em jogo a partir deste simbólico mecanismo neuronal.

Esta conclusão, extraída de nossa análise dos conceitos do *Projeto*, aparece no momento oportuno de retomarmos nossa tese. Estivemos defendendo até aqui que a psicanálise abandonou a pretensão de um ideal científico como a base de sustentação para legitimar sua prática por razões epistemológicas. A atividade científica moderna não postula um ideal, mas, antes, produz um real. O princípio que assegura esta operatividade da ciência é, sem dúvida alguma, a retificação e a deformação dos conceitos. E se nos questionarmos sobre o modo como são produzidos os conceitos fundamentais que norteiam a clínica psicanalítica, nos deparamos com este mesmo princípio de deformação e retificação conceitual proposto pela Epistemologia Histórica de Gaston Bachelard. Afirmar uma relação de compatibilidade lógica entre o pensamento psicanalítico e o pensamento científico, significa estabelecer algum princípio que funcione com a mesma operatividade em campos de problemas distintos. Dessa forma, todos os abandonos teóricos e mudanças de posição de Freud demonstram que a lógica de seu pensamento não é guiada por um ideal científico, e que os erros nas construções freudianas não são raros. Por esta razão aconteceu o abandono do *Projeto*, ou dito de outra maneira, podemos afirmar que foi em função da deformação imposta aos conceitos que produzia, fazendo, por conseguinte, surgir novos problemas, que Freud recusou publicá-lo. O modelo neuronal de aparelho psíquico, concebido como o protótipo psíquico das ciências naturais, é o ponto de apoio do qual Freud abdica ao trazer a temática dos sonhos para o primeiro plano. A obra *A Interpretação dos Sonhos* e o sentido da deformação que esta obra impôs ao conceito de aparelho psíquico, além do sentido do problema que estará em jogo para a psicanálise a partir de então, serão os pontos que nos levarão, a partir de agora, ratificar a compatibilidade lógica entre a psicanálise e a ciência.

D) Os sonhos e o Sistema Inconsciente

Afirmamos na seção anterior que no *Projeto* Freud toma o modelo das ciências naturais com o objetivo de explicar os processos psíquicos. Concluímos que o modelo neuronal de aparelho psíquico foi uma tentativa de subordinação do problema com o qual

Freud se deparava – explicar a etiologia das neuroses – à ciência de sua época. No entanto, notemos que esta tentativa de formulação teórica pela via do cientificismo foi abandonada em 1900. No Capítulo VII de *A Interpretação dos sonhos* (1900/1969), após uma longa revisão da bibliografia sobre os sonhos, Freud fez a seguinte afirmação:

“Não há possibilidade de *explicar* os sonhos como um processo psíquico, uma vez que explicar algo significa trazê-lo de volta até alguma coisa já conhecida e, atualmente, não existe conhecimento psicológico estabelecido ao qual possamos subordinar aquilo que o exame psicológico dos sonhos nos capacita a inferir como base de sua explicação. Pelo contrário, seremos obrigados a estabelecer um certo número de hipóteses novas que afloram experimentalmente a estrutura do aparelho mental e o jogo de forças que nele opera” (FREUD, 1900/1969, p.545).

Sem dúvida alguma, a partir da *Interpretação*, Freud formula para a psicanálise novos princípios, colocando em questão aqueles que até então comandavam o funcionamento do aparelho psíquico. Por esta razão Freud estabeleceu novas hipóteses, que pelo encadeamento lógico de suas proposições, isto é, pela deformação conceitual, levaram a um resultado diferente do alcançado no *Projeto*. Retomando o primeiro capítulo, afirmamos que uma das principais teses bachelardianas é a operatividade do erro. A lógica de produção dos objetos e conceitos pela ciência pode ser resumida pelo trabalho de deformação e retificação de erros cada vez mais refinados. É a esta lógica que devemos estar atentos na *Interpretação*. Em 1900, Freud é obrigado, como ele próprio disse, a deformar algumas noções que explicavam o funcionamento do aparelho psíquico (p.545). E, como dissemos acima, em razão desta deformação é que Freud abandonou o texto do *Projeto*. O esquema neuronal não era mais capaz de explicar os problemas que os sonhos colocavam. E mais do que abandonar o texto do *Projeto*, deixando-o sem publicação, ele abandona o ponto de vista neuronal para explicar os processos psíquicos. Trata-se, portanto, do abandono de uma tese. E, por se tratar de uma tese fundamental naquele momento, este abandono traz consequências diretas para a clínica psicanalítica.

Tratemos, portanto, desta deformação. No *Projeto*, Freud já havia dedicado alguns parágrafos aos sonhos. Em 1895, ele procurou definir os sonhos como modos de expressão dos processos psíquicos primários. Durante o sono, Freud nos diz, o processo secundário seria uma função supérflua, uma vez que há uma queda aguda de Q no núcleo de ψ , isto é,

o investimento exercido pelos neurônios do eu diminui, fazendo com que a inibição do processo primário se afrouxe. Além desta definição, Freud afirmou que os sonhos são “realização de desejos – isto é, processos primários que acompanham as experiências de satisfação” (p.448), sendo que as “idéias oníricas são de caráter alucinatorio” (p.447). Não houve dificuldade alguma em inserir os sonhos na teoria neurônica do *Projeto*. Por se tratar de processos psíquicos primários, os sonhos são uma tentativa de realização do desejo de reencontrar o objeto da primeira experiência de satisfação no estado do sono, momento em que a inibição do eu está mais fraca.

A novidade da *Interpretação* está na nova formulação teórica que envolve o processo de formação dos sonhos. A hipótese fundamental, segundo Freud, é a diferença entre os conteúdos manifesto e latente do sonho. A condição primária para a elaboração do sonho é, nos diz ele, a existência de duas forças psíquicas (tendências ou sistemas): uma é responsável pela formação do desejo expresso no sonho, a outra exerce uma censura sobre este desejo. O objetivo da censura é impor uma deformação a este desejo que não pode advir à consciência sem a jurisdição da instância da censura. Por conseguinte, os sonhos só encontram expressão a partir do conteúdo manifesto deformado, uma vez que o conteúdo latente, expressão do desejo trilhado por vias inconscientes, não pode advir diretamente na consciência, senão a sensação será de desprazer para o Eu. A explicação econômica para este fenômeno, Freud já a havia esboçado no *Projeto*. O estado de desejo, no *Projeto*, visa atender ao processo primário, isto é, alcançar a descarga, mas por outro lado, sofre a inibição do Eu que procura evitar um investimento alucinatorio na imagem mnêmica do objeto da experiência de satisfação. E, na definição do *Projeto*, um investimento alucinatorio não alcança o objetivo da satisfação, já que promove um aumento da tensão.

Um primeiro ponto importante é que não se pode confundir esta instância de censura com a consciência, uma vez que o desejo expresso pelo sonho deve passar por ela antes de chegar à consciência. O conceito de recalque, como correlato da deformação da noção de defesa primária do *Projeto*, adquire aí seu sentido. A instância que promove a censura não se situa, no novo esquema do aparelho psíquico, na mesma coluna que a consciência. Recalcar significa manter afastado da consciência uma representação psíquica que gera desprazer. O sistema Pré-Consciente barra o acesso à consciência, situando-se

“como uma tela entre o sistema *Inc.* e a consciência” (FREUD, 1900/1969, p.653). O esquema proposto por Freud atende essa exigência:

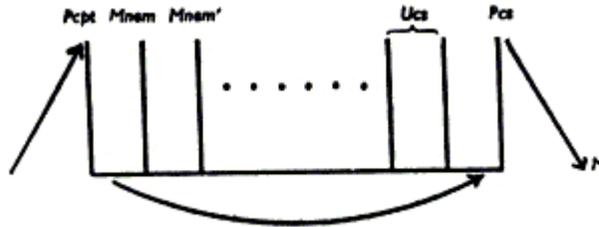


Figura 2 (FREUD, 1900/1969, p.577)

Podemos constatar a partir do esquema acima que a memória, assim como no *Projeto*, promove uma modificação permanente nos elementos do aparelho psíquico. Será nos sistemas mnemônicos que a memória deixará marcas, e não no sistema da percepção (*Pcpt.*). É interessante notarmos que esta discussão já havia sido conduzida por Freud, no entanto ele levanta uma hipótese importante com relação aos traços mnêmicos de memória:

“É então claro que se o sistema *Pcpt.* não possui qualquer memória, ele não pode reter nenhum traço *associativo*; (...) Dessa maneira, temos que presumir que a base de associação reside nos sistemas mnemônicos. A *associação* consistiria assim no fato de que, em resultado de uma diminuição nas resistências e do assentamento de caminhos facilitadores, uma excitação é mais prontamente transmitida de um determinado elemento *Mnem.* a um certo elemento *Mnem.* do que a outro” (FREUD, 1900/1969, p.575: grifos nossos).

A deformação nesta passagem foi o uso do termo associação para definir o modo de organização das representações no aparelho psíquico. Na *Interpretação* este termo não possui um sentido vago; ao contrário, Freud estabeleceu dois operadores desta atividade associativa, a saber, deslocamento e condensação. As representações psíquicas estão submetidas à lógica que governa a atividade associativa do pensamento. Freud afirmou que no processo de deslocamento, a quota de afeto que acompanha toda representação psíquica pode ser deslocada de uma à outra, de modo que entre elas fica estabelecido um trilhamento provocado pelo deslocamento da excitação. Já a condensação é caracterizada por Freud

como um processo associativo, o qual indica que o investimento em uma única sequência de pensamento pode envolver várias representações psíquicas recalçadas. Como exemplo do processo de condensação, Freud cita o relato fragmentado do sonho. Segundo ele, cada fragmento estaria associado a várias representações psíquicas. Enfim, o sonho relatado não é uma expressão fiel dos pensamentos oníricos latentes. O material psíquico é, portanto, sujeito a esta lógica associativa formulada por Freud. O deslocamento e a condensação são agora os operadores que sustentam o modo de organização do psiquismo.

Com efeito, a tese que ganha força com esta deformação é a existência de um conflito psíquico expresso fundamentalmente pelo dinamismo entre os diferentes sistemas psíquicos. As representações psíquicas inconscientes estão sujeitas ao recalçamento, o qual barra o acesso direto destas representações à consciência. Este dinamismo foi colocado em cena quando Freud propôs uma nova teoria para explicar os sonhos. A partir deste novo esquema de aparelho psíquico, e com a introdução do conceito de recalçamento, Freud produziu uma teoria muito diferente da formulação do *Projeto*. O sonho, que era visto apenas como uma manifestação dos processos psíquicos primários, passa a ser definido como uma atividade psíquica que procura alcançar dois resultados distintos. Em primeiro lugar manter o sono do *Pcs.*, assegurado por uma deformação – recalçamento – da representação psíquica inconsciente. Caso a excitação engendrada pelo investimento da representação psíquica inconsciente ultrapasse a tela imposta pela censura, o objetivo de assegurar o sono ao *Pcs.* fracassaria, uma vez que a irrupção de uma representação psíquica inconsciente na consciência traria como efeito o despertar do *Pcsc.* e sua atividade de censura. Isso ocorrendo, nos dizeres de Freud, o sonho não teria cumprido sua parte do acordo. Em segundo lugar, o sonho é a realização do desejo inconsciente, isto é, de uma sequência de pensamento que se organiza no sistema *Ics.* Barrado o acesso direto à consciência em função do recalçamento, as representações psíquicas encontrarão no sistema *Ics.* terreno para se organizarem. “A força motivadora para a formação do sonho deve ser fornecida por um desejo pertencente ao inconsciente” (FREUD, 1900/1969, p.594).

Assim, a formação do sonho é resultado de uma formação de compromisso. O conteúdo manifesto do sonho é resultado de uma formação de compromisso entre as duas

instâncias psíquicas: os pensamentos latentes oníricos movidos pelo desejo de um lado; e a censura onírica (recalcamento) de outro. A isso se devem os conteúdos aparentemente ilógicos dos sonhos e os aspectos enigmáticos dos sintomas. Ressaltemos que a lógica de formação dos sonhos e dos sintomas é a mesma: ambos aparecem como uma satisfação substituta do desejo inconsciente, impedido de se tornar consciente por vias diretas.

“Aprendi das pesquisas que com tanta frequência mencionei no decurso desta obra que, para ocasionar a formação de um sintoma histérico, *ambas* as correntes de nossa mente devem convergir. Um sintoma não é simplesmente a expressão de um desejo inconsciente realizado; um desejo do pré-consciente que é satisfeito pelo mesmo sintoma deve encontrar-se presente” (FREUD, 1900/1969, p.606).

O conflito psíquico traz como efeito as formações de sonhos e sintomas como realizações substitutivas do desejo inconsciente. O desejo inconsciente, como apontou Freud, é sempre a força motivadora destas formações substitutivas. Esta passagem da *Interpretação* é importante também porque traz a resposta ao problema colocado pelos sonhos de angústia. Como enquadrar na nova teoria dos sonhos a questão dos sonhos de angústia como realização do desejo? Freud defrontou-se com o impasse de buscar uma explicação para uma satisfação que pudesse gerar desprazer. A satisfação substituta aparece em contradição com o Princípio do Prazer, uma vez que produz um aumento da tensão no interior do sistema. Se “um sintoma não é simplesmente a expressão de um desejo realizado”, isso acontece porque o efeito do recalcamento encontra-se aí combinado. A pergunta que Freud se colocou foi: mas, desprazer para quem? Para qual sistema? Ora, foi aí que ele encontrou uma saída:

“Não há mais nada de contraditório para nós na idéia de que um processo psíquico que desenvolve angústia pode, sem embargo, constituir a realização de um desejo. Sabemos que isso pode ser explicado pelo fato de pertencer o desejo a um sistema, o *Inc.*, ao mesmo tempo em que é repudiado e suprimido pelo outro sistema, o *Pcsc.*” (FREUD, 1900/1969, 618-619).

O exemplo dado por Freud é chamado por ele de sonho modelo. Este é o sonho de um pai que vê seu filho, ao lado de seu leito, lhe sussurrar em tom de censura as seguintes palavras: “pai não vê que estou queimando?” (FREUD, 1900/1969, p.543). Nas preliminares do sonho, segundo Freud, consta que o pai, exausto por estar dias a fio na cabeceira do leito de seu filho que finalmente falecera, adormeceu no quarto ao lado de onde acontecia o velório. O sonho acorda o pai e ele vê que o corpo do filho está em chamas. O sonho com o filho ainda vivo, segundo Freud, exigiu o despertar imediato devido à angústia liberada, mas ainda podia ser interpretado como a realização de um desejo paterno: o filho ainda vivo. Neste momento, a solução proposta por Freud não contradiz sua tese do conflito psíquico. A primeira tópica freudiana – Inconsciente, Pré-Consciente e Consciência – procurou dar conta deste problema colocado pelo sonho de angústia tomando como sustentação a nova explicação para a formação dos sonhos. Assim, em 1900, a questão da satisfação do desejo inconsciente é inteiramente subordinada ao Princípio do Prazer. Sabemos que esta solução proposta por Freud perde o sentido quando ele introduz a compulsão à repetição como uma experiência que se situa para além do princípio do prazer. A partir dessa deformação na teoria, feita em 1920, a satisfação pulsional não mais se submete ao Princípio do Prazer. Sem sombra de dúvidas, na *Interpretação*, falta a definição de um conceito-chave, a saber, o de pulsão. Mesmo fazendo alusão¹⁵ a este conceito, em passagens do *Projeto* e da *Interpretação*, sem a definição de que a satisfação pulsional não é regida pelo Princípio do Prazer, é impossível para Freud pensar algo que se possa situar para além deste Princípio de funcionamento psíquico.

“Os sonhos são atos psíquicos de tanta significação quanto quaisquer outros: sua força motivadora é, em qualquer caso, um desejo a buscar realização; o fato de não serem reconhecíveis como desejos e suas muitas peculiaridades e absurdidades são devidas à

¹⁵ No *Projeto*, Freud nos diz que frente à estimulação endógena, o organismo não possui possibilidade nenhuma de fuga. Na *Interpretação*, Freud propôs uma deformação importante para o termo “estimulação endógena” ao fazer a seguinte afirmação: “Um nenêzinho com fome grita ou dá pontapés impotentemente. Mas a situação permanece inalterada, porque a excitação que surge de uma necessidade interna não é devida a uma força que produz um impacto momentâneo, mas a uma força que se encontra em funcionamento contínuo” (FREUD, 1900/1969, p.602). Assim, a noção de Q no *Projeto*, além de trazer uma idéia de quantidade, já implica em uma certa exigência de trabalho ao psiquismo. Com os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1969) esta noção de uma estimulação endógena que elevaria o nível de Q no interior do sistema neuronal, é substituída pelo conceito de pulsão.

influência da censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formação” (FREUD, 1900/1969, p.569).

Desse modo, esta é a saída possível sem o conceito de pulsão. As deformações teóricas promovidas com a *Interpretação* produzem ainda outra importante linha de análise. A novidade desta obra reside também no fato de Freud ter afirmado que os sonhos possuem um sentido. Ao longo de toda a obra, o que realmente lhe importa é o enigma que os sonhos colocam para o sujeito, assim como o sintoma neurótico coloca este último em total desconhecimento da causa de seu mal-estar. Isso significa que as explicações que procuravam explicar o sonho como efeito de um processo somático não fazem mais sentido aos olhos de Freud. Assim, a idéia que o guiou na longa revisão sobre o tema dos sonhos apareceu várias vezes de forma a retificar a novidade que enunciava: “Só achei necessário dar uma negativa categórica de duas delas – a opinião de que o sonho é um processo sem sentido e a opinião de que é um processo somático” (FREUD, 1900/1969, p.626). O que se constitui como um problema para ele é o fato de um sujeito ser afetado pelo sonho. Ora, se os fenômenos oníricos fossem considerados como mero efeito do somático, não haveria motivos para se colocar a questão de um sentido e de uma interpretação para o sonho. “O que são estes sonhos, senão sonhos relatados? É no processo de sua narrativa que se lê o que Freud chama o sentido do sonho” (LACAN, 1975/1998, p.9).

É a tese “os sonhos possuem um sentido” que traz uma consequência importante para a prática clínica de Freud. A associação-livre só faz sentido levando-se em conta a teoria que sustenta o modo de funcionamento do aparelho psíquico. Pedir ao sujeito que associe livremente é uma consequência direta dessa nova formalização teórica. Se o sentido do sonho e do sintoma é oculto, isso nos leva a supor que o motivo que leva à sua formação é inconsciente. Como apontou Cottet (1989, p.22), a formação do conceito de inconsciente tem como correlato clínico o abandono da técnica de Charcot – o “eu já sabia isso”, do mestre – em favor da técnica da associação-livre – o “é você quem sabe”, do analista. O inconsciente é este saber que não se sabe. Saber, no entanto, decifrável. Ora, é isso que demonstra toda a lógica de formação dos sonhos centrada na teoria do recalçamento. Nos relatos em análise, os pacientes de Freud, quanto mais perto chegavam da lembrança inconsciente, mais se deparavam com o que ele chamou de resistência, isto é, detinham a

sequência de associações e diziam que não mais se lembravam de nada, ou que não mais falariam. O principal propósito da associação-livre é ultrapassar este obstáculo, uma vez que o paciente é “livre” para escolher o tema com o qual deseja iniciar seu relato. Dizer o que vier à cabeça coloca o paciente na situação de não só falar sobre o que sabe, mas dizer o que não se sabe também. O sentido do sonho é, à primeira vista, um enigma a ser decifrado pela interpretação do analista.

É no trabalho de construção dos conceitos que explicam o caminho de formação dos sonhos que Freud é levado a postular um modo de funcionamento psíquico inconsciente. O conceito de inconsciente indica, antes de tudo, que o aparelho psíquico não funciona pela via direta da alucinação. A atividade de pensamento é, para Freud, a exigência de trabalho feito ao psiquismo para se defender de uma satisfação alucinatória, a qual geraria desequilíbrio no interior do aparelho, ou seja, um desprazer para a consciência.

“O pensamento, afinal de contas, nada mais é que um substituto de um desejo alucinatório e é por si próprio evidente que os sonhos têm de ser realizações de desejos, uma vez que nada mais, a não ser um desejo, pode colocar nosso aparelho mental em ação” (FREUD, 1900/1969, p.604).

A consequência direta desta proposição é a definição freudiana de que toda a atividade psíquica de pensamento acontece no sistema inconsciente. Freud definiu a consciência como um efeito remoto do inconsciente (p.650), ou ainda, apenas como um “órgão dos sentidos para a percepção das qualidades psíquicas” (p.654). Ora, é notável que Freud não tenha se preocupado em definir o sistema Consciência, mantendo para este uma noção muito próxima daquela do *Projeto*. Assim, o principal conceito produzido por Freud na *Interpretação* foi o de inconsciente. É preciso dizer que um aparelho psíquico pensado em termos neuronais excluía a possibilidade de a psicanálise se constituir como uma clínica em torno da associação-livre. Se a teoria neurônica explicasse a aparente ilogicidade dos sonhos e sua coincidência com o modo de formação do sintoma neurótico, não haveria motivo algum para autorizar o sujeito a falar sobre seu sintoma, e colocar em questão sua posição subjetiva. Como diz Jean-Louis Gault (2006) “a hipótese do inconsciente introduzida por Freud visa, apesar deste caráter de aparente exterioridade, a por o sintoma a cargo do sujeito”.

CAPÍTULO 3

SEXUALIDADE

A) Introdução

No capítulo anterior, vimos que a teoria freudiana da defesa surgiu com o objetivo de combater a idéia de que a histeria era um problema congênito, e que sua etiologia dificilmente poderia ser explicada pela hipótese hereditária. Afirmamos que a pesquisa de Freud pautava-se pela busca da causa dos sintomas histéricos. O trauma psíquico formou o eixo de sustentação dos *Estudos sobre a histeria* (1893b/1969), texto no qual Freud e Breuer sustentaram a teoria dos estados hipnóides como base de explicação da ocorrência dos sintomas neuróticos em pacientes até então normais. O método catártico funcionava terapeuticamente na remoção dos sintomas, mas não solucionava o problema que desafiava Freud: por que em uma determinada situação o afeto que acompanha a representação psíquica é impedido de descarga? Com efeito, em *As neuropsicoses de defesa* (1894/1969) Freud seguiu um caminho diferente do trilhado nos *Estudos*, afirmando que as neuroses são resultado de uma defesa psíquica e, assim, conseguiu propor uma nova perspectiva etiológica que passaria a comandar o procedimento na clínica. Em suma, o mecanismo de defesa atuaria no psiquismo de forma a evitar que uma idéia penosa ao Eu pudesse advir de forma direta na consciência. Concluímos também que foi em função da deformação do conceito de defesa que Freud pôde articular um aparelho psíquico sem determinantes fisiológicos, anatômicos ou ambientais. Se nos textos de 1894 e 1895 o conceito de defesa significava um ato voluntário do Eu – vontade de esquecer, como nos diz Freud –, em *A Interpretação dos sonhos* (1900/1969) a noção de defesa foi substituída pelo conceito de recalque, o qual significa manter afastado da consciência uma representação psíquica que possa gerar desprazer ao Eu. Freud afirmou que toda esta lógica de funcionamento psíquico é inconsciente, isto é, o modo como as representações psíquicas se organizam no aparelho – recalque, deslocamento e condensação – ocorrem sem a jurisdição da consciência. Foi

este novo dinamismo entre sistemas psíquicos que a *Interpretação* trouxe como novidade: o psiquismo só pode ser inconsciente.

Por outro lado, a teoria da defesa nos aponta outra gama de problemas. Não custa nada lembrar que à medida que Freud avançou com sua tese de que o trauma psíquico é o determinante da neurose, o relato de seus pacientes na clínica o levou a concluir que a experiência traumática que condiciona o aparecimento de um sintoma neurótico é de caráter sexual. Um primeiro ponto que não podemos perder de vista é que Freud não objetivou a busca de uma etiologia sexual para as neuroses, mas sim que o tema da sexualidade tornou-se fundamental em seu pensamento em função de sua prática clínica. Foi ele próprio quem afirmou em 1896 o risco de se levantar a hipótese da etiologia sexual das neuroses: “Ao fazer isso, certamente chegamos ao período da mais precoce infância, período anterior ao desenvolvimento da vida sexual; e isso pareceria envolver o abandono de uma etiologia sexual” (FREUD, 1896a/1969, p.228-29). Podemos notar que a idéia de que a sexualidade desempenhava um papel na etiologia neurótica já acompanhava Freud em seus escritos, mas a primeira tentativa, não de formulação teórica, mas de trazer a tona o tema da sexualidade, apareceu na última parte dos *Estudos* – capítulo escrito por Freud e intitulado *Psicoterapia da histeria*. Coube a Breuer a parte teórica dos *Estudos*, pois o interesse de Freud se voltava mais para as implicações clínicas da histeria, isto é, o seu modo de tratamento, e menos para a teoria dos estados hipnóides¹⁶. Apontamos que a ruptura teórica de Freud com Breuer se deu em 1894 com o artigo *As neuropsicoses de defesa*, mas foi nesse capítulo final dos *Estudos* que Freud combateu o método catártico e a técnica da hipnose, abrindo caminho para novas apostas:

“Seria falso tentar atribuir grande parte da responsabilidade deste desenvolvimento ao meu amigo Dr. Joseph Breuer. Por este motivo, as considerações que se seguem estão sob principalmente meu próprio nome. Quando tentei aplicar a um número relativamente

¹⁶ *Estudos sobre a histeria* (1893b/1969) foi uma publicação dividida em quatro capítulos: comunicação preliminar, casos clínicos, considerações teóricas e psicoterapia da histeria. Breuer e Freud assinaram em conjunto o texto da comunicação preliminar. Breuer assinou o capítulo considerações teóricas enfatizando a teoria dos estados hipnóides. Freud assinou o capítulo dedicado à psicoterapia da histeria propondo um desenvolvimento teórico diferente do de Breuer. Três anos após a publicação dos estudos, em *A etiologia da histeria* (1896a/1969), Freud reforçou a importância da defesa psíquica e afirmou na publicação do caso Dora (1905b/1969) que a hipótese dos estados hipnóides decorre inteiramente da iniciativa de Breuer (Cf. nota do editor inglês James Strachey no vol. II da Edição Standard Brasileira).

grande de pacientes o método de Breuer de tratar os sintomas histéricos por uma investigação e ab-reação dos mesmos sob a hipnose, defrontei-me com duas dificuldades através das quais fui levado a uma alteração tanto da minha técnica como minha maneira de ver os fatos. (1) Verifiquei que nem todos que apresentavam sintomas histéricos indiscutíveis e que, muito provavelmente, se regiam pelo mesmo mecanismo psíquico, podiam ser hipnotizados. (2) Vi-me forçado a tomar posição quanto à questão do que, afinal, essencialmente caracteriza a histeria e o que a distingue das outras neuroses” (FREUD, 1893b/1969, p.312).

Nesta passagem, Freud nos aponta dois impasses que permaneciam como obstáculos à sua prática clínica. Em primeiro lugar, o próprio método utilizado na investigação clínica e, em segundo lugar, a teoria que sustenta este modo de tratamento. Com efeito, o sentido do problema que guia a investigação freudiana é sem dúvida alguma a pesquisa etiológica. Os rompimentos de Freud com Charcot e Breuer ocorreram em função da deformação que ele impôs à hipótese etiológica destes dois. Ao questionar a causa das neuroses Freud foi levado a “ver os fatos de maneira diferente”, colocando em cena uma tese importante que contradiz a vaga idéia de uma etiologia neurótica em termos hereditários, tanto de Charcot quanto de Breuer. Esta tese não é outra senão aquela segundo a qual a aquisição da neurose está condicionada a determinantes da esfera sexual. Freud formulou o problema da seguinte maneira:

“Assim, partindo do método de Breuer, vi-me fazendo considerações sobre a etiologia e o mecanismo das neuroses em geral. Tive bastante sorte em chegar a alguns achados úteis em um tempo relativamente curto. Em primeiro lugar fui obrigado a reconhecer que, até o ponto em que se pode falar de causas determinantes que levam à *aquisição* das neuroses, sua etiologia deve ser buscada em fatores *sexuais*. Seguiu-se a descoberta de que diferentes fatores sexuais, no sentido mais geral, produzem diferentes quadros de perturbações neuróticas. Foi possível, então, na medida em que esta relação era confirmada, aventurar-me a utilizar a etiologia com finalidade de caracterizar as neuroses e de fazer uma nítida distinção entre os quadros clínicos das várias neuroses. Onde as características etiológicas coincidam com as clínicas, isto naturalmente se justificou” (FREUD, *op. cit.*, p.313).

Ora, os casos clínicos que foram apresentados nos *Estudos* funcionam como uma justificativa com a qual Freud se preocupa, embora ele lamente o fato de alguns destes não terem sido, na época em que foram conduzidos, alvos de uma pesquisa que reforçasse a tese da etiologia sexual das neuroses. Dessa forma, o que se extrai dos casos de Anna O., Miss Lucy e Elizabeth von R. – apresentados nos *Estudos* com o objetivo de ilustrar o alcance do

método catártico – é a “inegável etiologia sexual” (1893b/1969, p.316). O problema que Freud se colocava naquela época ultrapassava os objetivos da publicação dos *Estudos*. Com efeito, a hipótese de que a pesquisa etiológica das neuroses deveria se concentrar na sexualidade começou a ganhar terreno a partir do momento em que a busca pelo trauma inicial fez com que o relato dos pacientes avançasse cada vez mais para a tenra infância. O trauma psíquico corresponderia a uma experiência sexual infantil. O relato destas experiências sexuais infantis colocou Freud diante de uma confissão “cujo nome é sedução, trauma, mau encontro” (COTTET, 1989, p.29). Serge Cottet afirma ainda que Freud caminhou nesta época em busca da “revelação de um segredo” por parte da histérica (p.27). A cena traumática era algo que o paciente desconhecia e ignorava, e por esta razão o método catártico objetivou exclusivamente a revelação da experiência recalcada. Assim, o objetivo terapêutico só pode ser fazer com que o inconsciente se torne consciente.

A aposta teórica inicial, com o objetivo de estabelecer uma etiologia específica para as neuroses, levando em conta a sexualidade, foi a teoria da sedução traumática, elaborada nos anos 1895 e 1896. Ao formular esta teoria, Freud esteve seguro quanto à sua hipótese da defesa: a neurose é resultado de um mecanismo defensivo contra a sexualidade. As idéias que sofrem a ação do recalçamento são de caráter sexual. A questão foi a seguinte: por que a sexualidade seria vivida como um trauma? De que forma Freud propôs a articulação para estes termos: sexualidade, trauma e recalçamento? A teoria da sedução traumática entra em cena com o propósito de estabelecer esta articulação. Entretanto, esta teoria logo foi abandonada por Freud, quando ele entrou em contato com as fantasia inconsciente dos pacientes. A partir de então, uma retificação teórica foi necessária, fazendo com que o modo de tratamento dos pacientes também sofresse mudanças. Cottet nos apontou esta ruptura afirmando que enquanto o método catártico e a técnica do “interrogatório” e da “pressão na testa” se prendiam à revelação da cena traumática, a clínica psicanalítica foi fundada com a superação deste modelo. Com a introdução da técnica da associação-livre, o analista não mais busca o relato da cena traumática como sendo a chave que libertaria o sujeito de todos os recalques. Trata-se, a partir da descoberta da fantasia e da sexualidade infantil, de interpretar o sentido sexual oculto dos sonhos e dos sintomas. E, além disso, vemos que a partir desta deformação empreendida por Freud, a

teoria da sexualidade ganha novos contornos: a passividade sexual da criança, articulada segundo uma sexualidade genital adulta, é deformada para uma atividade sexual infantil perverso-polimorfa.

Dessa forma, ressaltamos que o tema da sexualidade também esteve sujeito a deformações e retificações teóricas ao longo do período de fundação da psicanálise. Neste terceiro capítulo trataremos destas deformações, avaliando as consequências que Freud extraiu delas para a fundação da psicanálise. Partiremos da teoria da sedução traumática, uma vez que esta foi a primeira tentativa de articulação da sexualidade com os mecanismos que regem o funcionamento do aparelho psíquico (seção B). Em seguida analisaremos os motivos que levaram Freud a abandonar sua “*Neurotica*” em benefício da teoria da fantasia (seção C). No final pretendemos demonstrar como todo este trabalho de deformação da sexualidade no contexto psicanalítico atingiu seu grau mais elevado de sistematização em 1905 com os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (seção D).

B) A teoria da sedução traumática

Na Parte II do *Projeto*, intitulada *Psicopatologia*, Freud procurou sustentar a tese de que o mecanismo psicopatológico que atua na produção dos sintomas da histeria ocorria devido às idéias excessivamente intensas, as quais traziam como efeito o que ele chamou na época de compulsão histérica. Com base nos conceitos forjados de seu mecanismo neuronal, Freud nos diz que essas idéias excessivamente intensas das quais sofrem seus pacientes histéricos são de natureza sexual. A tese que sustentou esta afirmação foi a seguinte: para cada pensamento compulsório na histeria teríamos uma idéia sexual recalçada (1895/1969, p.460). Portanto, a hipótese fundamental é que a compulsão histérica resulta de uma defesa psíquica patológica, cuja ação deve incidir sobre as idéias de natureza sexual. É válido lembrar que nesta época Freud concentrava seus esforços na explicação do recalçamento. Vimos que um primeiro impasse surgiu quando Freud procurou articular o processo de defesa ao sistema de neurônios do Eu. Esta definição encerrava em si um impasse teórico, pois como pressupor ao sistema de neurônios do Eu um tipo de funcionamento inconsciente (processo primário) totalmente estranho a ele, o qual teria por

função primordial inibir? Também devemos lembrar que o termo “defesa”, elaborado no *Projeto*, foi articulado a partir da noção de defesa biológica: nos organismos vivos, a partir de uma experiência primordial de desprazer, a primeira regra biológica seria a defesa primária, cujo objetivo é barrar grandes irrupções de Q¹⁷ no interior do sistema, tal como constatado por Freud nas alucinações. O aumento da tensão tem como seu correlato qualitativo a sensação de desprazer. Portanto, se o conceito de defesa psíquica significa uma inibição pelo sistema de neurônios do Eu investido de Q, isso implica que as indicações de descarga produzidas por esta inibição tornam-se, em geral, indicações de realidade, as quais o sistema de neurônios ψ aprende biologicamente a utilizar. É nesse sentido que Freud afirmou que o desprazer é o único meio de educação (1895/1969). Entretanto, conforme propôs Serge André (1998), esta definição da defesa traz também um impasse clínico, colocado em cena com *As neuropsicoses de defesa* (1894/1969):

“Freud isola aí três formas de defesa que se analisam como três modalidades de uma clivagem entre o *Ich* e uma representação sexual que Freud denomina ‘representação irreconciliável’. O ponto de origem seria sempre uma desarmonia fundamental entre o *Ich* e a representação sexual, desarmonia que o sintoma tenderia resolver, não por uma reconciliação, mas pelo descartamento ou pela cisão da dita representação” (ANDRÉ, 1998, p.77).

O ponto primordial que André pretende destacar é o modo pelo qual Freud classifica as psiconeuroses – histeria e a neurose obsessiva – de um lado, e as psicoses alucinatórias – neuroses atuais – de outro (cf. Capítulo 2). A hipótese de que a defesa não é um processo reconciliatório é abandonada com a hipótese do inconsciente; o conceito de recalçamento ficou melhor situado com *A Interpretação dos sonhos* (1900/1969), sendo definido com maior precisão por Freud em 1915. O recalçamento é um mecanismo inconsciente que atua segundo duas exigências: de um lado o Eu e o desprazer que deve ser evitado a todo custo, e de outro a pulsão sexual que exige a satisfação. A partir de então a definição psicanalítica das estruturas clínicas (neurose, psicose e perversão), não mais acontecia em função das três modalidades de clivagem entre o Eu e uma representação sexual, tal como apareceu em 1894, mas antes, em função de diferentes modalidades de defesa contra a pulsão sexual,

¹⁷ Cf. nota de rodapé número 5 do Capítulo 2.

que confeririam, por consequência, diferentes destinos a esta pulsão (cf. FREUD, *A pulsão e seus destinos* 1915b/1969).

Mas deixaremos esta questão sobre a pulsão sexual em suspenso, por agora, pois nos interessa aqui outra problemática suscitada por André, que diz respeito à relação do mecanismo de recalçamento com o trauma sexual. Como observou Freud, a questão que se colocava era a seguinte: por que a lembrança de uma cena já vivida teria o poder de causar efeitos patológicos, no presente, sobre o sujeito? Ou ainda, como podemos pensar a articulação entre o recalque e o trauma sexual, este último sendo cada vez mais localizado na tenra infância? E por fim, como se deram as primeiras deformações sofridas pelo conceito de recalque, que começa a substituir a noção de defesa como uma regra biológica? Foi a partir do clássico exemplo de Emma e das idéias articuladas em *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896b/1969) e no *Rascunho K*, este último dirigido à Fliess, que Freud propôs sua teoria da sedução traumática como resposta a estes questionamentos. Tomaremos em seguida o exemplo de Emma, extraído da Parte II do *Projeto*, como orientação para nossa discussão sobre a teoria da sedução traumática.

O sintoma que Emma traz para a análise é o fato de não entrar sozinha em lojas. Ela situa o começo do sintoma à época dos doze anos – pouco antes da puberdade, tal como relata Freud – quando entrou em uma loja de roupas e, percebendo que os vendedores davam risada, fugiu em pânico. Freud afirmou que, além de imaginar que os vendedores riam de sua roupa, Emma havia lhe confessado que sentira atração sexual por um dos vendedores. Além disso, Freud diz que estes fragmentos de lembrança não eram suficientes para explicar, tanto o caráter compulsivo quanto a determinação do sintoma histérico (a recusa de entrar em lojas sozinha). No entanto, durante o tratamento, Emma relata outra cena. Quando tinha oito anos de idade, ela foi a uma confeitaria, sendo que o proprietário “agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa. Apesar disso, voltou lá de novo e agora se recrimina por esta segunda vez (...)” (FREUD, 1895/1969, p.465). É interessante notarmos que a cena remetida aos oito anos irá adquirir seu valor traumático em função de

uma outra cena que acontece quatro anos mais tarde. O gesto do confeitiro será sexualizado só-depois¹⁸. Foi o que atestou Freud nesta passagem:

“Agora compreendemos a Cena I (vendedores) combinando-a com a Cena II (proprietário da confeitaria). Basta estabelecer um vínculo associativo entre ambas. A própria Emma indica que ele é fornecido pelo *riso*: o riso dos vendedores lhe fez lembrar o sorriso com que o proprietário da confeitaria acompanhou o atentado. A marcha dos acontecimentos já pode ser reconstituída. Na loja, os dois vendedores estavam *rindo*; esse riso evocou (inconscientemente) a lembrança do proprietário. De fato, a segunda situação apresenta ainda outro ponto semelhante com a primeira: ela mais uma vez estava em uma loja sozinha. Juntamente com o proprietário da confeitaria, lembrou-se de que ele a agarrou por cima da roupa; mas nesse entretanto atingiu a puberdade. A lembrança evocou o que ela certamente não estaria apta a sentir na ocasião, uma *liberação sexual*, que se transformou em angústia. Devido a essa angústia, teve medo de que os vendedores da loja pudessem repetir o atentado e saiu correndo” (FREUD, 1895/1969, p.465-66).

Podemos destacar desta passagem do *Projeto* dois pontos de suma importância, os quais deformaram teses centrais dos *Estudos sobre a histeria* (1893b/1969). Em primeiro lugar, podemos questionar qual o sentido da experiência traumática na teoria da sedução. Ora, a partir da explicação que Freud propôs, podemos concluir que a cena traumática não possui a qualidade de ser traumática por si mesma. O efeito traumático de uma experiência se torna inteligível só-depois, em função de uma repetição. No exemplo acima, esta repetição se dá em função de dois elementos. O sorriso irônico do confeitiro é inconscientemente evocado pelo riso dos vendedores da loja, e o significante ‘roupas’ é comum, conscientemente, nas duas cenas. Assim, o trauma só aparece em função da segunda lembrança. Isso quer dizer que Freud relacionou o trauma não a uma experiência real, mas sim a uma lembrança. A repetição de uma cena análoga – no exemplo de Emma, a experiência com os vendedores na loja – faz com que a lembrança da cena ocorrida aos oito anos de idade seja evocada. E, pelo fato desta lembrança gerar desprazer ao Eu quando evocada, ela é recalçada. Com efeito, é só a partir da repetição que uma excitação sexual, que não estava lá desde sempre, aparece em forma de angústia com a lembrança da cena ocorrida aos oito anos – o fato de Emma se recriminar só-depois da cena com o confeitiro

¹⁸ Em Francês *après-coup*. Utilizaremos a tradução deste termo proposta por Dulce Duque Estrada em *O que quer uma mulher?* de Serge André. Segundo nota da tradutora, o termo “só-depois” foi sugerido por M.D. Magno. Freud em várias passagens utiliza o termo “efeito retardado do trauma”.

demonstra isso claramente. “Ora, esse caso é típico do recalque que se manifesta na histeria. Sempre se comprova que a lembrança fica recalçada apenas quando se torna um trauma por ação retardada” (FREUD, 1895/1969, p. 468). A moléstia da qual Emma é vítima do confeitiro – Cena II – torna-se traumática ao ser lembrada. A famosa fórmula da *Comunicação Preliminar* “os histéricos sofrem de reminiscências” pode ser então retificada levando-se em consideração uma primeira noção de um conceito que não estava presente em 1893, a saber, o conceito de recalçamento (defesa). A situação traumática que apareceu na *Comunicação Preliminar* somente como um possível “agente provocador” dos sintomas na histeria, foi deformada com a teoria da sedução traumática. O trauma psíquico é fruto de um efeito retroativo do recalçamento (defesa). É por esta razão que Freud afirmou em *A sexualidade na etiologia das neuroses* (1898/1969) que as experiências sexuais da infância possuem uma tendência de se tornarem patogênicas por um efeito adiado. No momento em que estas experiências de fato ocorrem, o efeito é apenas leve, vindo à tona somente em períodos posteriores de maturação sexual (p.308).

“Parece-me realmente assombroso que sintomas histéricos só possam emergir com a cooperação de lembranças, especialmente quando refletimos que, de acordo com os unânimes relatos dos próprios pacientes, essas lembranças não se introduzem em suas consciências no momento da primeira aparição do sintoma” (FREUD, 1896a/1969, p.224).

O segundo ponto que pretendemos ressaltar com a teoria da sedução traumática encontra-se formulado no *Rascunho K* de 01/01/1896. Freud notou, a partir do exemplo de Emma, que a histeria estava condicionada a uma passividade sexual, ou como ele nos disse, a uma experiência primária de desprazer¹⁹. Este é o sentido do atentado sofrido por Emma: a experiência primária de desprazer (Cena II na confeitaria) irá produzir uma tensão

¹⁹ É importante apontarmos que, nesta época (1896), Freud procurou definir a neurose obsessiva a partir de uma atividade sexual e não de uma passividade. Segundo ele, a neurose obsessiva se caracteriza pela presença de idéias de auto-acusação como sintomas, a qual seria efeito de um recalçamento vinculado a algum ato sexual executado com prazer na infância. Todavia, Freud nos diz que a agressividade sexual do obsessivo com o outro implica sempre uma experiência de sedução prévia. A fórmula da neurose obsessiva foi estabelecida dessa forma no *Rascunho K*: Desprazer – Prazer – Recalque (p.166). Na neurose obsessiva, “a criança repetiria com outra a agressão sexual de que fora vítima” (MEZAN, 2003, p.39). Assim, a experiência primária de desprazer é a condição do surgimento da neurose.

(angústia) – não em forma de um sintoma, pois o Eu ainda não se encontra em condições de lidar com esse tipo de experiência –, o que Freud chamou de uma “histeria de sobressalto”²⁰:

“O aumento da tensão na experiência primária de desprazer é tão grande que o Eu não resiste a ela e não forma nenhum sintoma psíquico, mas é antes obrigado a permitir uma manifestação de descarga – em geral, uma expressão exagerada de excitação. Esse primeiro estágio da histeria pode ser descrito como ‘histeria de sobressalto’; seu sintoma primário é a manifestação de sobressalto, acompanhada de uma *lacuna* na psique” (FREUD, 1896/1986, p. 169-70).

Assim, o recalque e a formação de sintomas (retorno do recalcado) só ocorrerão posteriormente, uma vez que a imaturidade sexual das crianças não possibilitaria ao psiquismo uma atividade, mas somente uma passividade, caracterizada por uma lacuna psíquica. São essas conclusões extraídas a partir do *Rascunho K* que levarão Freud a concluir em *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896b/1969) que o sintoma neurótico é efeito de uma experiência sexual traumática vivida na infância, antes mesmo da puberdade, e que este trauma sexual estaria vinculado a uma sedução sofrida pelo paciente neurótico. A passividade sexual durante o período infantil, o qual Freud neste texto nomeia de pré-sexual, seria, assim, o determinante específico da histeria. O recalque e os sintomas serão o efeito posterior desta primeira experiência de desprazer, que para Freud tratava-se de uma sedução de alguma pessoa já sexualmente madura, ou seja, uma violação sexual da criança por parte do adulto.

Com efeito, podemos apontar, a partir dessa discussão, uma outra deformação importante. A causa da histeria não seria mais, portanto, algum evento ligado à vida sexual do sujeito que poderia ocorrer em qualquer época, cuja liberação e supressão do afeto aflitivo poderiam levar o sujeito a uma patologia psíquica. Para Freud, nesta altura de sua obra, ao contrário da que pressupunha a teoria dos estados hipnóides, os traumas correspondem a experiências sexuais vividas na tenra infância, sendo que estas não são traumáticas no momento em que ocorreu a irritação real dos órgãos genitais. Com esta

²⁰ Na Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (1896/1969, p.310) consta o termo *histeria de susto*. Todavia optamos por utilizar a tradução de Masson (1986), em *Correspondência completa de Freud a Fliess*.

deformação aparece um conceito que ainda não tinha sido considerado na elaboração freudiana: a angústia. A angústia é o afeto que se manifesta no momento real da sedução²¹. Ao reviver esta experiência como uma lembrança, depois do sujeito ter entrado na fase de maturidade sexual, é que a experiência de sedução adquire o valor de trauma. Assim, “alguma coisa contemporânea toma lugar de algo do passado, e alguma coisa sexual é substituída por algo não sexual que lhe é análogo” (FREUD, 1896b/1969, p.170). O trauma psíquico é de ordem sexual na medida em que o recalque teria como função “sexualizar aquilo que não estava primitivamente sexualizado pelo sujeito” (ANDRÉ, 1998, p.79). Logo, podemos concluir que o sintoma apresentado por Emma, de não entrar em lojas quando estava desacompanhada, somente aparece em conexão com a lembrança que se encontra recalçada.

Em suma, podemos ainda concluir que Freud, ao formular que o trauma sexual é decisivo para a compreensão dos sintomas apresentados na neurose, não estava reduzindo a etiologia destes sintomas a fatores ambientais. Por exemplo, se duas crianças forem expostas à mesma situação traumática, não é certo que ambas serão neuróticas. Conforme indicara o relato de seus pacientes, Freud constatou uma variação das condições em que a experiência traumática ocorria. O acontecimento em si, isto é, a violação sexual na qual a criança era vítima do adulto, não era tão importante assim para determinar o que Freud chamou de “escolha da neurose”. A teoria da sedução traumática encerra em si uma trama psíquica, cujo efeito se dá em função de uma lembrança recalçada que age como um trauma. O fato de o trauma sexual aparecer somente em função de uma retroação – ou seja, de uma resignificação de uma suposta experiência de sedução “pré-sexual” vivida na infância –, demonstra perfeitamente que a teoria da sedução traumática, apesar de ter sido abandonada, não se refere a um realismo traumático ingênuo de Freud. Por outro lado, o

²¹ Não faremos neste trabalho uma definição conceitual do termo angústia neste período em questão da obra de Freud. Acreditamos que este esforço nos levaria a um longo desvio; sem dúvida alguma, desvio necessário para pensarmos a trama afetiva e sua relação com o recalque. Mas este assunto não será tratado de maneira sistemática por Freud no período que nos interessa aqui. O papel etiológico da angústia, isto é, as duas teorias da angústia que Freud propôs (angústia sinal e angústia causa) só foram trabalhadas após a formalização dos conceitos de pulsão e recalque. Principalmente após a tese que afirma que o recalque incide sobre o representante ideativo da pulsão, e nunca sobre o afeto. Neste momento é válido frisar que o termo angústia começa a desempenhar uma função capital no pensamento freudiano. Exemplo claro disso foi a publicação do artigo sobre a neurose de angústia em 1895, seguido de uma réplica, escrita neste mesmo ano, às críticas que este artigo recebera.

fato relevante é que em todos os casos de histeria se comprova que os pacientes passaram pela sedução. Assim, os casos em que o sujeito foi seduzido sem se tornar histérico são dotados de menos importância lógica por Freud.

Renato Mezan (2003) nos aponta que o recurso à teoria da sedução, especialmente a ênfase dada à irritação real dos genitais, é uma saída para Freud explicar o “afloramento da sexualidade no período pré-puberal” (p.39). Toda e qualquer manifestação da sexualidade anterior ao período de maturação sexual deveria estar condicionada a uma experiência de sedução prévia. A criança, ainda privada de uma maturação biológica que estabelece a genitalidade a serviço da reprodução, entraria em contato com a sexualidade a partir de uma experiência passiva. Dessa forma, sedução e passividade sexual formam, sobre o modelo da sexualidade adulta, um par.

“As experiências sexuais na infância que consistem na estimulação dos genitais, atos semelhantes ao coito, e assim por diante, devem portanto ser consideradas, em última análise, como traumas que levam tanto a uma reação histérica aos eventos da puberdade, quanto ao desenvolvimento de sintomas histéricos” (FREUD, 1896a/1969, p.234).

Devemos ainda ressaltar que o modelo da sexualidade adulta é fundamental para a compreensão da questão que levantamos no início desta seção: sendo a moléstia sexual da qual a criança é vítima uma experiência não traumática em si mesma, por que sua recordação tem o poder de desencadear sintomas neuróticos? Dito de outra maneira, por que as lembranças de cenas ocorridas são capazes de conservar sua força, mesmo sendo inibidas sucessivamente pelo Eu? No artigo *Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa* (1896b/1969), Freud elaborou uma resposta a este problema ratificando a teoria da sedução traumática:

“Se a experiência sexual ocorre durante o período de imaturidade sexual e a lembrança dela é despertada durante ou após a maturidade, então a lembrança terá um efeito excitatório muito mais forte que a experiência ocorrida na época; e isto porque, neste ínterim, a puberdade aumenta imensamente a capacidade de reação do aparelho mental” (FREUD, 1896b/1969, p.192).

Com efeito, notamos a partir desta passagem que o principal problema que Freud procurava resolver era estabelecer uma explicação satisfatória para o recalco.

Segundo Mezan, alguns impasses marcaram esta tentativa. Conforme apontamos anteriormente, a concepção biologizante da defesa trazida com o *Projeto* não solucionava o problema em torno das recordações e sua enigmática capacidade de gerar desprazer, tal como ocorre com a percepção do objeto hostil. A hipótese dos neurônios-chave, capazes de gerar Q no interior do aparelho psíquico, responsáveis pelo aumento da tensão e, por conseguinte, da sensação de desprazer, é no mínimo contraditória. Ora, os neurônios-chave teriam uma função contrária ao princípio elementar do aparelho psíquico, isto é, livrar-se de Q. Na teoria da sedução, verificamos que esta perspectiva não muda muito. O problema continua sendo explicar por que uma lembrança pode produzir o desprazer suficiente para que ocorra o recalçamento. A hipótese da puberdade tardia, segundo Mezan, fornece no quadro conceitual da teoria da sedução traumática uma explicação pouco satisfatória: o excesso de sexualidade provocado pelo advento de uma puberdade retardada “aumentaria em geral o nível de Q no organismo, facilitando o investimento das recordações sexuais mediante a percepção de elementos similares aos que haviam marcado a situação traumática” (MEZAN, 2003, p.62).

A perspectiva da sexualidade condicionada a uma experiência de desprazer, seja ela no momento em que ocorreu a violação sexual ou no momento de sua recordação, não se firmou por muito tempo na teoria freudiana. Freud constatou, a partir da descoberta das fantasias inconscientes de seus pacientes, que a maioria das recordações sexuais produzem prazer e não desprazer. Assim, a hipótese da puberdade retardada e a explicação do recalçamento a partir dela se tornam insustentáveis, uma vez que o aumento da tensão sexual (excesso de sexualidade) no período da puberdade não explica o prazer envolvido nestas recordações. Existe aí uma grave contradição: o prazer envolve uma diminuição da tensão e não um aumento. Além disso, a imaturidade sexual da criança no momento da sedução passa a ser incompatível com o prazer produzido pelo investimento em recordações da esfera sexual. “Então, das duas uma: ou o trauma geraria prazer, o que é absurdo, ou a recordação do trauma, através de vias extremamente complicadas, também acabaria por gerar prazer, o que é igualmente absurdo” (MEZAN, *op. cit.*, p.63). A descoberta da fantasia levou Freud a deformar sua hipótese de trabalho: o material recalçado são os impulsos sexuais infantis, e não mais as recordações da cena de sedução.

Neste último parágrafo demos um grande salto. Quando Freud começou a notar que os impulsos sexuais da criança encontram na trama familiar a condição de um recalçamento precoce, tem-se iniciado o trabalho de deformação sobre a natureza destes impulsos sexuais que se manifestam já na infância, que culminará na formalização do conceito de pulsão em 1905. Mas há ainda um passo a ser dado antes deste salto. Ora, se são as fantasias sexuais infantis a causa das cenas de sedução, a realidade psíquica é, conseqüentemente, de outra ordem que a realidade dos fatos. E mais, se Freud conclui que as recordações do trauma sexual são acompanhadas de prazer e não de desprazer, a teoria da sedução começa a perder o sentido. A descoberta da fantasia e dos impulsos sexuais infantis levou Freud a deformar a teoria das neuroses, retificando por outro lado, as teses sobre a sexualidade. Segundo a fórmula do *Rascunho K*, a experiência sexual traumática da infância não poderia nunca ser acompanhada de prazer, mas somente de desprazer. Outro impasse, insolúvel a partir da teoria da sedução, conforme vimos acima, é a definição do recalque ainda muito próxima da “defesa primária” do *Projeto*.

C) Fantasias inconscientes e a realidade psíquica

Na decisiva *Carta 69* de 21/09/1897, Freud revelou à Fliess estar orgulhoso por ter colocado em questão sua *Neurotica* (teoria das neuroses). Freud enumera quatro motivos para esta sua descrença recheada de orgulho. Antes, porém, de analisarmos estes motivos, cabe aqui uma pequena observação. Freud diz a Fliess que o orgulho que sente de si naquele momento contrastava com o estado de depressão e exaustão que sentia dias atrás, devido aos obstáculos surgidos na tentativa de explicar o recalçamento. Pois é nesta carta, após se referir aos quatro motivos que o levou a abandonar sua teoria das neuroses com base na sedução traumática, que Freud afirmou quais seriam as duas principais conseqüências deste abandono: a resolução completa de uma neurose e o conhecimento seguro de sua etiologia na infância eram, agora, impossíveis de serem determinados. Talvez possa parecer uma enorme imprudência nossa julgarmos que o orgulho sentido por Freud refere-se ao fato de sua teoria ter fracassado. Mas se examinarmos esta carta atentamente, constatamos que é a consciência de seu erro que leva Freud a deformar sua certeza: a

certeza de uma sexualidade que, sob os moldes de uma biologia desenvolvimentista, só poderia se manifestar na infância a partir de uma passividade desprazerosa. É claro que esta certeza será completamente destituída com o acento dado à sexualidade infantil, anos depois de esta carta ter sido remetida à Fliess. Mas é na exposição de sua dúvida quanto ao sucesso da adequabilidade da teoria da sedução traumática na elaboração dos princípios diretores do tratamento das neuroses, que vemos a certeza de Freud começar a ruir. A dúvida que o acossou naquele momento, segundo suas próprias palavras, representou apenas um episódio na construção de novos conhecimentos. O orgulho de estar errado, no entanto, aparece desprovido de sentido, a não ser que pensemos que se tratou de um erro fecundo, conforme demonstra a epistemologia de Bachelard. O erro fecundo é aquele que abre a possibilidade de uma deformação conceitual. Ao final da carta, antes de se despedir, Freud escreveu as seguintes palavras ao amigo Fliess:

“Modifico a afirmação de Hamlet, ‘Estar preparado’, para: estar alegre é tudo! A rigor, eu poderia estar muito descontente. A expectativa da fama eterna era belíssima, assim como a da riqueza certa, independência completa, viagens e elevar as crianças acima das graves preocupações que me roubaram a juventude. Tudo dependia de a histeria funcionar bem ou não. Agora, posso voltar a ficar sossegado e modesto e continuar a me preocupar e a economizar. Ocorre-me uma historinha de minha coleção: ‘Rebeca, tire o vestido; você não é mais noiva nenhuma’ (...) Tenho que acrescentar mais uma coisa. Neste colapso de tudo o que é valioso, apenas o psicológico permaneceu inalterado. O livro sobre o sonho continua inteiramente seguro e meus primórdios do trabalho metapsicológico só fizeram crescer em meu apreço. É uma pena que não se possa ganhar a vida, por exemplo, com a interpretação de sonhos!” (FREUD, 1897/1986, p.267).

Voltemos, agora, aos motivos que levaram Freud escrever esta carta relatando o abandono de importantes teses sustentadas até então. O primeiro motivo, diz ele, se refere ao constante fracasso na tentativa de conduzir as análises a uma “verdadeira conclusão”. Em 1897 a resolução de uma neurose consistia na remoção de todos os sintomas apresentados pelo paciente, objetivando ao máximo evitar o surgimento de outros no lugar destes. Com a teoria da sedução traumática, o objetivo terapêutico tornou-se mais consistente. O sucesso do tratamento estava condicionado a um esforço do “analista” na superação das resistências impostas pelos pacientes, até atingir o trauma da sedução. É preciso dizer que estas resistências emergiam no decorrer do tratamento, à medida que os “segredos” da vida sexual do paciente fossem desvendados. A partir daí, duas situações

clínicas eram possíveis: ou a recordação da cena do trauma se reproduzia, ou não. No segundo caso, sabemos que Freud relega as causas do fracasso às resistências dos pacientes, o que na época chamou de amnésia do trauma. No primeiro caso, ao contrário do que Freud imaginava, a reprodução da cena pelo paciente também se encerrava no fracasso: a análise não era concluída, ou seja, os sintomas permaneciam.

O segundo motivo não é uma novidade, pois como apontou Mezan (2003), este argumento fora levantado diversas vezes contra a teoria da sedução. Refere-se ao fato da obrigação de se atribuir atos perversos, aos adultos, em todos os casos de neurose. Dois argumentos são lançados contra esta tese da teoria da sedução. Em primeiro lugar, a perversão deveria ter uma incidência maior que a histeria, o que não se verificava na prática. Em segundo, Freud não acreditava ser muito provável que os traços de perversão adulta pudessem ser generalizados. Com a descoberta da fantasia, podemos concluir que a relação se inverte: a existência de fantasias sexuais inconscientes é que surge como um fenômeno comum nos indivíduos normais, e mais notadamente nos neuróticos.

Já o terceiro motivo merece destaque em nossa análise. Freud sugeriu de maneira segura que no inconsciente não há indicação alguma de realidade. Segundo Freud, “não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram investidas pelo afeto. (Por conseguinte, restaria a solução de que a fantasia sexual se prende invariavelmente ao tema dos pais)” (1896/1986, p.265-66). A hipótese que aparece entre parênteses é, sem dúvida alguma, uma novidade. Na correspondência seguinte dirigida à Fliess, *Carta 71* de 15/10/1897, Freud anunciou “a descoberta dos sentimentos hostis contra os pais, que neste momento aparecem como prova da ideação fantasmática” (MEZAN, 2003, p.68). Freud escreveu:

“Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas. (...) A lenda grega capta uma compulsão que todos reconhecem, pois cada um pressente sua existência em si mesmo. Cada pessoa da platéia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual” (FREUD, 1897/1986, p.273).

Dessa forma, segundo Freud, os sentimentos edípicos aparecem já na primeira infância, sendo que estes, necessariamente, devem sucumbir ao recalque, muito embora a explicação para este mecanismo não apareça nesta carta. Por outro lado, Freud pôde concluir que as resistências de seus pacientes eram motivadas pelo recalque: tanto na hesitação em revelar conteúdos perturbadores, quanto no sentido de relatar as fantasias das quais o implicado na cena seria o paciente.

Em *Lembranças encobridoras* (1899/1969) Freud, logo no início do artigo, nos fala da frequência com que os casos de histeria e neurose obsessiva revelam recordações fragmentadas dos primeiros anos de vida. Estes fragmentos de lembrança ligados à infância assumem, no relato de seus pacientes, uma característica oposta à sua expectativa. Segundo Freud, sua expectativa era de que as lembranças infantis estivessem relacionadas a fatos que tivessem despertado “alguma emoção poderosa ou que, devido as suas consequências, fossem reconhecidas como importantes logo após sua ocorrência” (FREUD, 1899/1969, p. 335). Porém, o fato que chama atenção de Freud é exatamente o oposto. Em muitos de seus pacientes, as lembranças infantis se referem a coisas cotidianas e indiferentes que não poderiam produzir qualquer efeito emocional, mesmo tratando-se de crianças. Como exemplo, cita o caso de um professor de fisiologia, que fala de sua lembrança dos três anos de idade. Nesta época, a avó do professor havia morrido, e seus pais acreditam que, na ocasião, a experiência do luto tenha sido muito penosa ao filho de três anos. No entanto, o professor não guarda nenhuma lembrança desta perda na fase adulta. A única coisa que consegue se lembrar é de uma mesa posta para a refeição e, sobre ela, uma bacia com gelo.

Desse modo, a lembrança da mesa e da bacia de gelo sobre ela aparece, para o professor, de maneira enigmática. Por que se recordar de algo sem importância, deixando de lado o que realmente importaria? Freud afirmou que, neste exemplo, não se trata de uma incompletude da lembrança: a experiência não é esquecida, mas antes, omitida. Logo, a pergunta que formulou foi a seguinte: qual o mecanismo do processo que suprime o que é importante de uma experiência infantil, substituindo por algo trivial para o sujeito? É a partir desta questão que a noção de defesa psíquica – recalque – de efeito conciliatório irá surgir. A imagem mnêmica evocada pelo sujeito na análise não é a própria experiência, a qual Freud diz ser a relevante. A explicação é a seguinte: duas forças contrárias produzem a

lembrança enigmática. “Uma dessas forças baseia-se na importância da experiência como motivo para procurar lembrá-la, enquanto a outra força – a resistência – tenta impedir que tal preferência seja mostrada” (FREUD, *op. cit.*, p.337). O resultado deste conflito é que em vez da imagem mnêmica correspondente ao evento, produz-se uma outra, por associação de deslocamento. O interessante é notarmos que logo em seguida Freud afirmou que esta operação – conflito, recalque e substituição envolvendo conciliação – fornecia as condições para se pensar a lógica de formação dos sonhos e dos sintomas neuróticos. As lembranças enigmáticas que aparecem em função do resultado conciliatório de duas forças – a que supomos ser o recalque, de um lado, e já uma primitiva noção da pulsão sexual, de outro – seriam lembranças encobridoras que visam dar um “disfarce florido” a uma cena infantil, isto é, a uma fantasia infantil inconsciente.

Esta discussão, a partir do artigo *Lembranças encobridoras*, é importante por duas razões. Primeira: a importância da lembrança encobridora não se deve ao seu conteúdo. Freud afirmou que promoveu uma deformação deste conceito ao relacionar o conteúdo da lembrança encobridora com algum outro conteúdo recalqueado. A realidade psíquica, então, não se produz de forma fiel segundo a realidade dos fatos, mas ao contrário, Freud constatou que a memória é enganosa, pelo fato dela ser um efeito de uma trama psíquica que visa uma conciliação de forças. Essa idéia será mais uma vez deformada na *Interpretação*, quando Freud postula como hipótese fundamental a distinção entre os conteúdos manifesto e latente dos sonhos. Segunda razão: as lembranças infantis de experiências importantes são, em sua maioria, falsificadas. Isso não significa que Freud esteja relegando este efeito à má-fé de seus pacientes. Pelo contrário, elas são “tendenciosas – isto é, que elas servem a objetivos de recalque ou de deslocamento das impressões repulsivas ou desagradáveis” (FREUD, *op. cit.*, p.353). Com efeito, a partir destes dois pontos, podemos concluir que uma identidade entre a realidade psíquica e a realidade dos fatos é ilusória.

E, por fim, o quarto motivo do abandono da teoria da sedução traumática. Freud afirmou que nos casos de psicose verifica-se que a lembrança inconsciente não vem à tona, isto é, a cena da sedução não é revelada pelos pacientes psicóticos nem mesmo no mais absurdo delírio. Novamente, podemos estabelecer duas possibilidades: ou o inconsciente

destes pacientes psicóticos, mesmo depois do mais minucioso levantamento das resistências, permanecia inacessível, ou, por outro lado, as cenas de sedução nunca ocorreram. A primeira, Freud a descarta de saída, uma vez que a psicanálise “se propunha precisamente a desfazer as resistências para trazer à luz os núcleos patogênicos; ora, se mesmo em regime de delírio o núcleo fundamental jamais pudesse ser evocado, com muito menos razão o seria no curso da terapia freudiana” (MEZAN, 2003, p.67). Portanto, se restou a Freud somente a segunda possibilidade, a única solução possível seria deformar a teoria da sedução traumática.

A cena da violação sexual da qual a criança era vítima assentava-se, segundo a teoria da sedução traumática, em uma experiência vivida efetivamente. Freud, ao desconsiderar a dimensão fantasmática do psiquismo, não podia, de forma alguma, deixar de lado a irritação real dos órgãos genitais como a garantia da sexualidade precoce das crianças. A experiência sexual traumática da infância não é, de fato, uma experiência real, mas antes, uma realidade psíquica cuja trama é tecida com a participação de fantasias inconscientes. Portanto, o abandono da teoria da sedução traumática significa, em última análise, retirar o acento dado ao trauma sexual como sendo uma experiência real, passiva e desprazerosa. A descoberta da tragédia edípica e seus enlacs com a sexualidade infantil – os impulsos sexuais infantis – também condenaram a teoria da sedução ao fracasso.

D) A sexualidade infantil

Na *Carta 75* de 14/11/1897 Freud anunciou uma importante descoberta à Fliess:

“Certa vez, cheguei a lhe dizer que era uma questão do abandono das zonas sexuais anteriores (...). Ora, as zonas que não mais produzem uma descarga da sexualidade nos seres humanos normais e maduros devem ser as regiões do ânus e da boca e da garganta. Isso pode ser entendido de duas maneiras: primeiro, a visão e a imaginação dessas zonas já não produzem um efeito excitante e, segundo, as sensações internas que provém delas não fazem nenhuma contribuição à libido (...). Devemos pressupor que, na primeira infância, a liberação da sexualidade ainda não é tão localizada quanto depois, de modo que as zonas que são abandonadas mais tarde (e talvez também toda a superfície do corpo) também provocam algo que é análogo à liberação posterior da sexualidade (...). Esse tipo de ação retardada também ocorre em conexão com a lembrança de excitações das zonas sexuais abandonadas. O efeito, porém, não é uma liberação da libido, e sim um desprazer, uma sensação interna análoga à repulsa no caso dos objetos. Dito de modo

grosseiro, a lembrança realmente fede, da mesma forma que, no presente, o objeto cheira mal; e, do mesmo modo que afastamos nosso órgão sensorial (a cabeça e o nariz), enjoados, o pré-consciente e o sentido da consciência desviam-se da lembrança. Isso é o *recalcamento*” (FREUD, 1987/1986, p.280-81).

Renato Mezan (2003), a partir da *Carta 75* e da explicação dada por Freud para o recalcamento, nos aponta algumas deformações importantes. Em primeiro lugar, nota-se que a sexualidade aparece pela primeira vez desvinculada dos órgãos genitais – tese fundamental da teoria da sedução. “Abandonada a teoria da sedução e dado o conteúdo das fantasias recalcadas, os orifícios do trato digestivo começam a ser pensados como produtores de sensações análogas às sexuais” (p.70). Esta deformação implica, por um lado, que a sexualidade seja sentida como prazerosa e, por outro, aponta para uma atividade sexual nos primeiros anos de vida. Sem sombra de dúvidas, dois duros golpes na teoria da sedução traumática.

Em segundo, uma deformação importante do conceito de recalque: o recalcamento está vinculado ao abandono das antigas zonas erógenas (boca e ânus). É o efeito do recalcamento que interdita estas zonas de serem, no período posterior de um desenvolvimento das organizações libidinais, fontes de prazer. Vimos que na teoria da sedução traumática o desprazer estava vinculado por dois acontecimentos: o primeiro é a sedução; o segundo, um outro análogo, sentido como desprazer devido ao advento da puberdade. Portanto, o desprazer sentido pelo sujeito está vinculado à lembrança da primeira cena de sedução que se tornou traumática, isto é, recalcada, só-depois em função do segundo acontecimento. Mas na *Carta 75* o desprazer não tem como causa um segundo acontecimento análogo ao primeiro; ao contrário, ele é provocado pela “repugnância vinculada às fezes ou os produtos da boca” (MEZAN, *op. cit.*, p.70). Isso significa que as atividades sexuais infantis – que neste momento não se encontra ainda definida por Freud – foram vividas com prazer a partir das zonas erógenas abandonadas. Assim, a primeira consequência que podemos apontar é que o advento tardio da puberdade não serve mais de explicação para o recalque.

Nesta mesma carta, Freud ainda afirmou que a libido, a qual na primeira infância se liga às zonas erógenas, pode sofrer dois destinos: ou permanece ligada a elas – o que irá futuramente caracterizar as perversões – ou as abandona, vinculando-se à zona genital após

o período de latência; ou, após ter chegado à fase genital, alguns fatores podem impedir que a libido aí se fixe, sendo que o recalque provoca uma regressão desta libido para as zonas erógenas abandonadas²².

Se com esta carta o golpe recebido pela teoria da sedução traumática já havia sido violento, em *A interpretação dos sonhos* (1900/1969) ele foi fatal. Freud definiu o recalque em 1900 como sendo a barreira que impede as representações investidas libidinalmente de se tornarem conscientes. Ora, a partir de então, o recalque não mais significa uma mera astúcia do Eu, muito menos a substituição de uma representação por outra. No inconsciente, estas representações investidas libidinalmente irão provocar desprazer caso se aproximem da consciência. Por esta razão, a formação substituta – o sintoma, definido como o retorno do recalcado – aparece “disfarçada” com o objetivo de evitar o desprazer que a representação causaria. “A realização desses desejos não mais geraria um afeto de prazer mas sim de desprazer e é precisamente esta transformação de afeto que constitui a essência daquilo que chamamos de ‘*recalque*’” (FREUD, 1900/1969, p.642). Um pouco mais adiante, Freud concluiu seu raciocínio:

“A teoria das psiconeuroses afirma como fato indiscutível e invariável que apenas impulsos sexuais impregnados de desejo oriundos da infância, que experimentaram recalqueamento (isto é, uma transformação do seu afeto) durante o período de desenvolvimento infantil, são capazes de serem revividos durante períodos de desenvolvimento *posteriores* (seja como resultado da constituição sexual do sujeito, que se deriva de uma bissexualidade inicial, seja como resultado de influências desfavoráveis que atuam sobre o curso de sua vida sexual) e acham-se assim aptos a fornecer a força motivadora para a formação de sintomas psiconeuróticos de toda espécie. É apenas referindo-nos a estas forças sexuais que podemos tapar as brechas que ainda se acham patentes na teoria do recalque” (FREUD, 1900/1969, p.644).

Dessa forma, a importância da etiologia sexual na formação dos sintomas neuróticos deveria ser revista, uma vez que a atividade sexual no período da infância precisava ser

²² A teoria da libido também sofre deformações ao longo da obra freudiana. No texto *Três Ensaios*, o conceito de libido sofreu retificações importantes, conforme foram publicadas novas edições. Em 1914, com o artigo *Introdução ao narcisismo*, foi que apareceu uma nova perspectiva em relação a este conceito: a divisão entre libido narcísica e libido objetal. A segunda deformação decisiva foi em 1920 com *Além do princípio do prazer*, texto onde Freud incorpora a libido às pulsões de vida, opondo-se às pulsões de morte. Entretanto, outras descobertas foram importantes: a definição das organizações libidinais pré-genitais (oral e anal), que já haviam sido anunciadas na primeira edição dos *Três Ensaios* em 1905, foram sendo retificadas gradualmente: a definição da chamada fase anal só acontecerá no artigo *Predisposição à neurose obsessiva* (1913); a fase oral na terceira edição dos *Três Ensaios* em 1915; a fase fálica em *A organização genital infantil* (1923).

definida com urgência, caso contrário o conceito de recalque corria sérios riscos de não ser operativo. Em 1905, Freud publica a primeira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1969). Sabemos que o principal conceito produzido a partir desta obra foi o de pulsão.

“Por pulsão deve-se entender provisoriamente o representante psíquico de uma fonte endossomática e contínua de excitação em contraste com um ‘estímulo’, que é estabelecido por excitações *simples* vindas de *fora*. O conceito de pulsão é assim um dos que se situam na fronteira entre o psíquico e o físico. A mais simples e mais provável suposição sobre a natureza das pulsões pareceria ser que, em si, uma pulsão não tem qualidade, e no que concerne a vida psíquica deve ser considerado apenas como uma medida da exigência de trabalho feito à mente” (FREUD, 1905/1969, p.171).

Esta definição de pulsão é muito próxima da noção de estimulação endógena elaborada no *Projeto*: uma quantidade interna contínua de Q que exige um trabalho psíquico, uma vez que diante dela não é possível a fuga, como acontece no caso dos estímulos vindos de fora. Esta é, portanto, uma primeira especificidade do conceito elaborado por Freud. Uma segunda especificidade do conceito de pulsão foi comentada com precisão por Jean Laplanche. Em *Freud e a sexualidade* (1997), Laplanche afirmou que o abandono em 1897 da teoria da sedução traumática trouxe o risco, ainda hoje eminente, de um desvio da noção psicanalítica de sexualidade, especificamente o que ele chamou de “biologismo da pulsão sexual”, ou ainda “o desvio biologizante” da teoria sexual freudiana. Segundo afirmou Laplanche, este risco de degradação conceitual da noção psicanalítica de sexualidade possui um nome: instinto. A tese laplancheana é de que o termo utilizado por Freud, em alemão *Trieb*, serviu para deformar definitivamente a noção de *Instinkt*, pelo menos em três pontos fundamentais. O uso do termo *Instinkt* nos indica que: 1) trata-se de uma finalidade vital biológica bem demarcada, como por exemplo, evitar o perigo; 2) caracteriza-se pelo seu caráter de invariância (fixado) de indivíduo para indivíduo; 3) é adquirido pelo indivíduo de maneira inata.

Ora, ao propor o termo *Trieb*, Freud esteve constantemente contra a possibilidade de reduzir a pulsão ao instinto. Para exemplificar o que acabamos de dizer, basta estarmos atentos ao início dos *Três Ensaios* que começa com uma forte oposição de Freud à opinião popular acerca da sexualidade. Segundo ele, a psicanálise irá discordar basicamente de três

pontos fundamentais: a época de surgimento da pulsão sexual, a natureza heterossexual predeterminada do objeto e a limitação da finalidade sexual à copulação. Foi em função da deformação destes três pontos levantados logo no início do primeiro ensaio, que este texto freudiano demarcou de maneira precisa o conceito de sexualidade na teoria psicanalítica.

O primeiro argumento que ele levantou contra estas três opiniões populares foi a questão das perversões sexuais. De acordo com Freud, existem duas formas de perversões sexuais: uma em relação ao objeto da pulsão sexual, e outra em relação ao alvo da pulsão sexual. O desvio em relação ao objeto sexual é exemplificado pelo fenômeno da homossexualidade. Os homossexuais partem para uma escolha invertida do objeto sexual que não pode ser explicada por uma degenerescência nervosa, tampouco pelo caráter adquirido. Freud constatou que os homossexuais não apresentam qualquer tipo de déficit mental e que, ainda, vários sujeitos podem ser expostos às influências sexuais (sedução e masturbação, por exemplo) sem se tornarem homossexuais. Dessa forma, na opinião de Freud é grosseira a idéia de que todos os homens nascem com a pulsão sexual ligada a um objeto *a priori*. “Há homens cujo objeto sexual é outro homem e não uma mulher, e mulheres cujo objeto sexual é outra mulher e não um homem” (FREUD, 1905/1996, p.129). A escolha de objeto não é, portanto, um problema ligado a fatores hereditários ou mesmo ocasionais. O objeto será aquilo que há de mais variável na pulsão sexual. Ora, se há escolha, é porque não há objeto originário. Assim, “parece provável que a pulsão sexual seja, em primeiro lugar, independente de seu objeto; nem é provável que sua origem seja determinada pelos atrativos de seu objeto” (FREUD, *op. cit.* p.140). A escolha de objeto sexual popularmente aceita como normal, ou seja, heterossexual, deixa de receber o *status* de uma escolha de objeto predeterminada. O objeto pelo qual a pulsão consegue obter satisfação é um objeto contingente. Com efeito, a idéia de um instinto sexual que se fixa a um objeto sexual é absurda para a psicanálise em seu tratamento clínico.

Quanto aos desvios do alvo da pulsão sexual, Freud nos apontou duas modalidades: as atividades que se desviam do objetivo sexual final (fixações em objetivos sexuais preliminares) e o investimento em objetos que se distanciam dos órgãos genitais (extensões anatômicas). Assim, devemos pensar o alvo da pulsão como sendo a ação que, vinculada ao objeto, satisfaz a pulsão. Portanto, as extensões anatômicas dizem respeito ao uso de partes

do corpo que são consideradas inapropriadas para o ato sexual (uso do orifício oral e anal para práticas sexuais, por exemplo). Já as fixações em objetivos sexuais preliminares referem-se à demora em atividades que deveriam ser preparatórias e que se transformam em meta principal (tocar, olhar). A primeira consequência disso, é que “todos esses desvios destroem no adulto a idéia de uma pré-formação, de uma finalidade, pois o único objetivo atribuível a todos esses atos ditos sexuais (e com razão) não pode ser um fim biológico, só pode ser pura e simplesmente o prazer” (LAPLANCHE, 1997, p.23). Freud ainda nos aponta outras duas consequências importantes:

“Nosso estudo das perversões mostrou-nos que a pulsão sexual tem de lutar contra certas forças psíquicas que atuam como resistências, e entre o quais avultam como as mais proeminentes a vergonha e a repugnância. (...) Verificamos que algumas das perversões que examinamos só se tornam inteligíveis se admitirmos a convergência de diversas forças motivadoras. Se tais perversões admitem análise, isto é, se podem ser dissecadas, elas devem ser, então, de natureza composta. Isto nos dá uma idéia de que a própria pulsão sexual talvez não seja coisa simples, mas reunida a partir de componentes que se dissociaram novamente nas perversões” (FREUD, 1905/1969, p.164-165).

Portanto, a primeira conclusão freudiana aponta que o recalque está associado aos sentimentos de vergonha e repugnância, “cuja atuação restringe a manifestação desenfreada da erogeneidade não-genital, e cuja ausência (ou derrota) é indicada pela ocorrência da perversão” (MEZAN, 2003, p.130). Já a segunda, propõe o conceito de pulsões parciais, o qual indica que sexualidade tida como normal, ou seja, aquela onde há a primazia da função genital, se constitui a partir de elementos originariamente dispersos. “Qualquer outra parte do corpo pode ser promovida à condição de zona erógena” (FREUD, 1905/1969, p.173). Trata-se, assim, de uma parcialização que impede uma unidade entre o objeto e o alvo da pulsão. A partir de então, a neurose será definida em função do recalque das pulsões parciais perversas, e do retorno desse material recalcado de forma transformada.

Frente à descoberta das zonas erógenas, as quais se comportam como uma porção do aparelho sexual, e além das pulsões parciais, que buscam a satisfação sexual a partir destas zonas erógenas no período da infância, Freud buscou no segundo ensaio definir a sexualidade infantil. “Duas teses centrais estão na base do argumento da sexualidade infantil: o caráter predominantemente auto-erótico da vida sexual infantil, e a fragmentação dos impulsos pelas várias zonas erógenas” (MEZAN, 2003, p.131). O exemplo clássico da

atividade auto-erótica foi dado por Freud nos *Três Ensaio*s: a sucção do polegar. De acordo com Freud, a função sexual propriamente dita se estabelece após uma ruptura entre o prazer sentido pela sucção do seio e a função biológica da alimentação. Assim, na atividade auto-erótica, a boca que é o apoio da primeira experiência de satisfação constitui-se uma zona erógena, a partir da qual a criança buscará a sensação de prazer com a ajuda de uma área pertencente ao próprio corpo, que neste caso seria o polegar. Esta seria a primeira manifestação pulsional na criança, uma vez que na primeira experiência de satisfação o prazer sexual não está desvinculado da necessidade alimentar. Portanto, a satisfação será auto-erótica somente depois de se desvincular do seio. Dessa forma, “as três características essenciais da sexualidade infantil já estão presentes no ato de sugar o dedo: a dependência de uma função somática [apoio], o auto-erotismo e o predomínio de uma zona erógena” (MEZAN, *op. cit.*, p.132). A criança busca o prazer (o alvo a ser atingido), sendo que o objeto exterior torna-se dispensável. O uso do próprio corpo visa à satisfação pulsional, lembrando que o corpo é agora também o objeto da pulsão, ou seja, objeto e fonte coincidem neste momento.

Os conceitos “pulsões parciais” e “auto-erotismo” podem ser agora relacionados. A sexualidade infantil é auto-erótica devido à parcialidade das pulsões, isto é, cada qual encontra a satisfação independentemente das demais. Em função disso Freud define a sexualidade infantil com o termo perverso-polimorfa, procurando indicar que a pulsão sexual se satisfaz independentemente do objeto e que esta satisfação se dá por vários caminhos e formas. Portanto, conforme observou Laplanche, a sexualidade infantil não está ligada a uma ativação precoce dos genitais: “se ela é dita polimorfa, é não só quanto ao tipo de atividade, mas também quanto às zonas que se encontram excitadas na criança, e que Freud pensa serem múltiplas, e podem ser até o conjunto do corpo” (1997, p.24). Em função disso, podemos concluir que, para a psicanálise, sexualidade e reprodução não são sinônimos. No campo da sexualidade, pelo qual se interessa a psicanálise, estamos às voltas com uma satisfação pulsional que pode acontecer com qualquer objeto. Já no campo da reprodução, o objeto não é fruto de uma escolha, mas antes, de uma determinação anatômica e biológica.

Contudo, a questão que permanece, e que será o tema central do terceiro ensaio, é como se dá o processo da escolha de objeto. A tese freudiana é de que as transformações ocorridas com o advento da puberdade conferem à sexualidade infantil sua forma definitiva e normal. Se nos primeiros anos de vida a pulsão sexual havia sido exclusivamente auto-erótica, com o surgimento de uma nova finalidade sexual (reprodução) as pulsões parciais, que a partir do investimento nas zonas erógenas haviam estabelecido o prazer como alvo exclusivo, devem se combinar para atingir este novo alvo. Esta nova finalidade implica também na subordinação das zonas erógenas ao primado da zona genital. Entretanto, mesmo concretizada esta maturação sexual, a busca pelo prazer continua sendo um objetivo fundamental. O recalque, conforme vimos acima, teria por função interditar a satisfação perversa obtida pelas pulsões parciais nas antigas zonas erógenas. Ora, se na fase adulta o sujeito sexualmente maduro insiste em investir em tais zonas erógenas para obter prazer sexual, significa que o recalque não cumpriu seu objetivo. E este fracasso, o qual pode ser também creditado a ineficácia do recalque em evitar o desprazer experimentado pelo sujeito com o sintoma (retorno do recalcado), é que irá produzir a neurose.

Mais intrigante ainda foi o fato de Freud ter afirmado que esta busca pelo prazer pode persistir de tal forma que este prazer chega a suplantiar a reprodução como meta fundamental da função sexual. Assim, as zonas erógenas, agora sob a primazia da zona genital, devem servir apenas como uma zona de “prazer preliminar”, isto é, preparatória para o “prazer final” obtido com o orgasmo. Isso significa que a estimulação adequada das zonas erógenas irá provocar um aumento momentâneo da tensão, idéia esta contraditória porque o prazer, desde o *Projeto*, envolve a diminuição da tensão. É, portanto, peculiar ao “prazer preliminar”, que ele esteja constituído de tal forma que a única descarga possível para a tensão gerada nas zonas erógenas consista no coito. A exigência de que a descarga seja feita através da via genital, indica muito bem o que significa as zonas erógenas estarem sob a primazia da zona genital.

Assim, após o período que se caracteriza pelo auto-erotismo, Freud afirmou que há o período em que o sujeito passa pela latência. Este período é caracterizado pela formação de sentimentos que restringirão a pulsão sexual de alcançar satisfação direta. A vergonha, a repugnância e os ideais éticos e estéticos surgirão neste período, canalizando os impulsos

sexuais para atividades mais elevadas e a fins não sexuais. O modo privilegiado de defesa contra as pulsões parciais perversas no período de latência é, portanto, a sublimação. Neste contexto, o termo sublimação indica que a pulsão sexual pode ser desviada para outras finalidades, o que lhe permite continuar atuando de forma mais ou menos desimpedida. Portanto, esta primeira apresentação do termo sublimação serviu para caracterizar a sexualidade no período de latência, uma vez que ela possui papel determinante na construção das barreiras de repugnância e vergonha frente às pulsões parciais.

Com o advento da puberdade e da supremacia da zona genital, o sujeito deve se lançar na escolha de um objeto. Porém, como isso ocorre? Segundo Freud, o fundamental é a tese de que o primeiro objeto permanece como o protótipo para as escolhas posteriores. “Há, portanto, bons motivos para que uma criança que suga o seio da mãe se tenha tornado o protótipo de toda relação de amor. O encontro de um objeto é, na realidade, um reencontro dele” (FREUD, 1905/1969, p.229). Assim,

“mesmo após a atividade sexual ter-se desligado da ingestão de alimentos, persiste uma importante parte desta primeira e mais significativa de todas as relações sexuais, a qual ajuda a preparar a escolha de um objeto e assim a restaurar a felicidade que foi perdida. Por todo o período de latência, as crianças aprendem a sentir pelas pessoas que as auxiliam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades um amor que segue o modelo e é uma continuação de suas relações, como latente, com sua ama de leite” (FREUD, *op. cit.*, p.229).

Freud atestou que a primeira escolha de objeto é sempre incestuosa. Esta escolha, entretanto, se processa no campo da fantasia, uma vez que durante o período de latência as barreiras contra a relação incestuosa já estão sólidas devido às exigências da educação social. A superação das fantasias inconscientes incestuosas, neste momento da obra freudiana, se dá pela efetiva vivência do sujeito no seu meio social. Portanto, como a escolha de objeto se processa na puberdade, a tese de que as fantasias incestuosas são superadas pelo convívio social não parece ser desprovida de sentido. Nota-se que Freud está ainda distante de considerar o papel desempenhado pelas fantasias em torno dos Complexos de Édipo e Castração. A consequência destes seria o abandono das fantasias incestuosas, que só pode ser localizado no período da adolescência e culmina na escolha de objeto. “As fantasias são principalmente produzidas na puberdade e reprojctadas

retroativamente” (LAPLANCHE, 1997, p.38). Com a introdução das organizações libidinais pré-genitais tempos depois, o problema em torno das fantasias incestuosas da criança pelos pais pôde ser reformulado. Mas isso vai além dos propósitos de nossa dissertação.

CONCLUSÃO

Em nosso percurso nos preocupamos em demonstrar a compatibilidade lógica entre a psicanálise e a ciência a partir do princípio da deformação dos conceitos, estabelecido por Gaston Bachelard como axioma de sua epistemologia. Segundo Bachelard, somente por meio de um trabalho de deformação as noções e hipóteses iniciais de uma teoria tornam-se conceitos. E apenas conceitos produzidos segundo este trabalho serão considerados compatíveis com a lógica proposta pela atividade científica moderna. Em suma, procuramos demonstrar que a relação entre o pensamento psicanalítico e o pensamento científico é de compatibilidade lógica e não de subordinação. A subordinação da psicanálise à ciência significa, por exemplo, propor uma objetivação para os conceitos e problemas psicanalíticos, sem haver um questionamento sobre a lógica de produção destes. Já a compatibilidade lógica segue o sentido oposto ao de uma subordinação. A psicanálise será síncrona ao Espírito Científico, não por tratar cientificamente do seu objeto, mas por adotar princípios semelhantes à atividade científica para tratar um problema. A partir da constatação de que o trabalho de Freud com os conceitos de inconsciente e sexualidade infantil – conceitos que fundam a psicanálise como uma prática clínica – se guiou por retificações de noções já existentes, por reformulações de conceitos antigos e pela produção de novos problemas; pudemos concluir que a deformação está presente nesses momentos fundantes da psicanálise, o que a caracteriza como uma teoria e uma prática compatível com o Espírito Científico em sua acepção moderna. Sobre a importância desse trabalho, Bachelard afirmou em *A filosofia do não* (1940/1979) que “só existe um meio de fazer avançar a ciência; é o de atacar a ciência já constituída, ou seja, mudar sua constituição” (p.19).

No primeiro capítulo, vimos que é por meio do princípio da deformação que podemos pensar o corte epistemológico entre a ciência moderna – física matemática – e o mundo antigo – física qualitativa. A noção aristotélica do movimento foi deformada por Galileu quando este último propôs e demonstrou que o movimento infinito era possível. Para legitimar sua teoria, Galileu combateu a teoria de Aristóteles. A formação do Espírito Científico passou a exigir a deformação e a retificação cada vez mais refinada das hipóteses

que assim se revelam equivocadas. Outra importante conclusão do primeiro capítulo diz respeito à disjunção dos campos de problemas como efeito desta nova lógica do mundo moderno. A física antiga aristotélica não tratava somente da questão científica, mas se propunha a solucionar os problemas de natureza ética, isto é, sobre a validade de uma orientação para homem. Como demonstrou Koyré (1991a, 1991b), com a queda da Cosmologia aristotélica e, principalmente, com a abolição dos lugares naturais, a orientação para o homem ficou comprometida. Constatamos que, em função do corte epistemológico, o mundo moderno da ciência não será mais um mundo natural. Somente a partir do momento em que a ciência moderna acaba por abolir as qualidades, as hierarquias e a finitude, ou seja, não havendo nenhum tipo de orientação natural neste mundo moderno, é que se torna pertinente questionarmos sobre a orientação do homem. Entretanto, notemos que a ciência moderna não se coloca o problema de uma ética, ao contrário, ela se dedica à produção de um saber parcial e cada vez mais especializado, o qual não pode ser considerado de forma alguma como o fundamento de uma decisão ética.

Todavia, se atribuirmos a devida importância à seguinte afirmação de Lacan “o fato de a psicanálise ter nascido da ciência é patente. Que pudesse ter surgido de outro campo é inconcebível” (1966a/1988, p.232), poderemos demarcar de maneira precisa as condições de fundação da *práxis* psicanalítica. A psicanálise também é constrangida por esta configuração epistemológica. Podemos concluir que este constrangimento apareceu de forma marcante na obra de Freud quando, por exemplo, ele fundou a psicanálise combatendo a idéia de uma clínica somente preocupada com a remoção dos sintomas psíquicos. A pesquisa freudiana se pautou pelo questionamento etiológico dos sintomas neuróticos. A clínica criada por ele, desde seu início, não se contentou apenas com a remoção dos sintomas, mas antes de tudo com a causa deles. Ora, isso é o que se pode constatar pelo combate teórico travado por Freud contra as posturas teóricas e clínicas de seus principais mestres – Jean-Martin Charcot e Joseph Breuer. O pensamento freudiano segue a lógica proposta pelo Espírito Científico, embora Freud não tenha abandonado a esperança de que, um dia, a psicanálise viesse a ser reconhecida como uma ciência natural. É importante ressaltar que Freud se valeu do termo “ciência natural” no sentido de uma exigência de rigor e não no sentido de uma hipótese naturalista para o psiquismo. Com

feito, desejando fundar uma ciência, Freud inventou uma clínica. Objetivando buscar as leis que regiam o funcionamento do aparelho psíquico nas conexões cerebrais, Freud produziu o conceito de inconsciente.

Foi exatamente isso o que objetivamos demonstrar no segundo capítulo. Neste, detivemo-nos nas deformações em torno do conceito de aparelho psíquico. O princípio da deformação só se tornou operativo em nossa tese quando colocamos em questão o modo como Freud produziu o conceito de inconsciente. Entrevê-se que o impasse cientificista que envolve o *Projeto* perde o sentido se pensarmos pela via proposta por Bachelard, a saber, pela deformação. Em *A Interpretação dos sonhos* (1900/1969) encontramos, quase em sua totalidade, as principais idéias presentes no *Projeto*. O passo decisivo de Freud foi buscar a definição do aparelho psíquico não mais em um esquema neuronal que supostamente conferiria a base científica de sua descoberta, mas sim a partir de um dinamismo psíquico de natureza conflitiva, colocando como protagonistas o desejo inconsciente, a censura e as exigências da realidade. E este conflito, a psicanálise o trata como um problema de ordem ética, isto é, de um juízo e de uma decisão a ser tomada por parte do sujeito, sendo que não há garantia alguma, por parte da ciência, de sua validade.

Já no terceiro capítulo trabalhamos com o tema da sexualidade. Concluimos, neste capítulo, que a deformação conceitual da sexualidade se deu em função do avanço da pesquisa etiológica das neuroses e dos impasses surgidos na prática clínica de Freud. Foi o que ele próprio atestou em *História do movimento psicanalítico* (1914/1969):

“Fomos puxados cada vez mais para o passado; esperávamos poder parar na puberdade, período ao qual se atribui tradicionalmente o despertar dos impulsos sexuais. Mas em vão; as pistas conduziram ainda mais para trás, à infância e aos seus primeiros anos. No caminho, tivemos que superar uma idéia errada que poderia ter sido quase fatal para a nova ciência. Influenciados pelo ponto de vista de Charcot quanto à origem traumática da histeria, estávamos de pronto inclinados a aceitar como verdadeiras e etiológicamente importantes as declarações dos pacientes em que atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância – em outras palavras, à sedução. Quando essa etiologia se desmoronou sob o peso de sua própria improbabilidade e contradição em circunstâncias definitivamente verificáveis, ficamos, de início, desorientados. A análise nos tinha levado até esses traumas sexuais infantis pelo caminho certo, e no entanto, eles não eram verdadeiros. Deixamos de pisar em terra firme. (...) Por fim veio a reflexão de que, afinal de contas, não se tem o direito de desesperar por não ver confirmadas as próprias expectativas; deve-se fazer uma revisão dessas expectativas. Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas a traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na fantasia, e essa realidade

psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática” (FREUD, 1914/1969, p.27).

Não é nenhuma surpresa que dezessete anos após o abandono de sua *Neurotica*, Freud tenha revelado as consequências da deformação conceitual que promoveu naquela época. De fato, o trabalho que envolve a deformação de um conceito encontra “terra firme” justamente onde a certeza se fragiliza. A descoberta das fantasias inconscientes e da sexualidade infantil levou Freud a revisar suas expectativas. Segundo Eric Laurent (1995), o estudo das perversões sexuais conduziu Freud à conclusão de que a pulsão sexual não poderia ser definida segundo um ponto de vista darwinista, isto é, como tendo a finalidade única de “garantir a taxa de reprodução diferencial da espécie” (p.196). Se nas obras precedentes aos *Três ensaios*, por exemplo, a de Krafft-Ebing, as perversões se caracterizam pela inversão do instinto sexual frente àquilo que define a finalidade deste instinto (reprodução), em Freud elas definem a atividade sexual infantil. A pulsão sexual não se encontra unificada, mas antes, parcializada, e, por isso, no psiquismo constata-se a “inexistência da tendência sexual como uma totalidade” (LAURENT, 1995, p.198). Assim, a principal deformação que a psicanálise promoveu com relação à sexualidade foi o abandono do ponto de vista darwinista da sexualidade, ou seja, para a psicanálise a pulsão sexual não é única, somente parcial e com o objetivo de alcançar a satisfação.

Além disso, vimos que a pulsão sexual exige uma satisfação através de um objeto, mas esta não se encontra ligada ou determinada pelos atrativos desse objeto. Apesar dessa exigência, esse objeto será o que há de mais flexível. A independência da pulsão em relação ao objeto permite ao sujeito uma escolha para alcançar a satisfação. Ora, o problema que se coloca em torno da escolha de objeto é justamente o mesmo que vemos delimitar a região ética: qual o objeto de investimento para o sujeito? Como ter de antemão as garantias de uma escolha se não há objeto originário? Se a satisfação pulsional não vem do objeto, mas sim do mecanismo pulsional que é erigido em torno dele, como estabelecer um critério de escolha, uma vez que o objeto com o qual a pulsão se satisfaz é um objeto sem qualidades e atrativos pré-definidos? A falta de qualidades do objeto tem duas outras implicações: se não há qualidades, não é possível traçar uma hierarquia de objetos de investimentos; e se não há uma hierarquia de objetos de investimentos, também não estamos mais em um campo

finito, mas em um campo em que os objetos, ao se constituírem em função do investimento e do trabalho do inconsciente, apontam para seu caráter potencialmente infinito. Dessa forma, notamos o quanto o conceito de sexualidade infantil é compatível com as três coordenadas do mundo moderno que apresentamos no primeiro capítulo: sem qualidades, sem hierarquias e infinito.

Com efeito, a resposta para o problema em torno de um estatuto científico para a psicanálise não está nas preferências ou exigências de Freud, mas, antes, na lógica de produção dos conceitos da psicanálise. Do ponto de vista epistemológico a partir do qual trabalhamos, o interesse de Freud pelo cientificismo não parece ser outra coisa senão um impasse. Ora, este impasse, nós o constatamos quando analisamos as tentativas de novas práticas clínicas contemporâneas – a neuropsicanálise é, sem dúvida, o exemplo mais notável – de colocar em ação este interesse, não abandonado por Freud, de validar a *práxis* psicanalítica. A psicanálise nos ensina que, como todo desejo, o de Freud também está, para sempre, fadado à insatisfação. Não é este desejo, no entanto, que serve de base de sustentação e fundamentação da clínica psicanalítica, mas sim os conceitos. Portanto, não custa nada lembrar que as questões de Freud não podem ser confundidas com as questões da psicanálise. Foi o que afirmou Lacan em *O Seminário Livro 7: a ética da psicanálise* (1959-60/1988) ao comentar a exigência científica do *Projeto*:

“Essa tentativa de formulação hipotética se apresenta com um caráter único no que nos resta escrito de Freud – e não se deve esquecer que ele se cansou dela e não quis publicá-la. Certamente ele a colocou preto no branco para responder às exigências dele com ele mesmo, diante dele mesmo. Mas é preciso dizer que ela não faz referência alguma, pelo menos aparentemente, aos fatos clínicos, que constituem, para Freud, todo o peso das exigências com as quais lida. Aqui, ele está conversando consigo mesmo, ou com Fliess, o que, no caso, é quase a mesma coisa. Ele faz para si mesmo uma representação provável, coerente, uma hipótese de trabalho para responder a algo cuja dimensão se encontra, aqui, mascarada, eludida” (LACAN, 1959-60/1988, p.40).

Esta afirmação de Lacan mostra que só a partir do momento em que o *Projeto* é lido como um erro fecundo, isto é, um erro pelo cientificismo que comporta, mas um acerto pelos problemas que traz, é que podemos pensar a *Interpretação dos Sonhos* como uma ruptura na teoria freudiana. A principal consequência desta conclusão é que a novidade está mais ligada à deformação dos termos do que à criação intempestiva de novos conceitos. Ao

assumir os riscos de falsas construções teóricas e experimentando erros na tentativa de estabelecer a “direção do tratamento”, e ainda se atendo ao sentido de um problema, Freud estabeleceu, a partir dos conceitos de inconsciente e sexualidade infantil, uma nova modalidade clínica, que se atém a um problema ético e não científico. De fato, o ato de conhecer dá-se contra conhecimentos mal estabelecidos, e a perspectiva de erros retificados é o que caracteriza, de maneira precisa, o Espírito Científico. Idas e vindas, mudanças de posições que produzem novos problemas: estas são as características da formação de um conhecimento compatível com a lógica científica. E esta lógica, segundo afirmou Bachelard, foge da certeza e da unidade, encontrando na homogeneidade e na identidade do espírito, mais obstáculo do que estímulo. Precisar, retificar, diversificar são tipos de pensamento que podemos apontar como próprios ao Espírito Científico, pois o saber produzido é parcial e específico, servindo somente para se levar adiante um questionar que se caracteriza pelo privilégio das perguntas, e não de respostas (BACHELARD, 1996, p. 21).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, V. C. *Um diálogo entre a psicanálise e a neurociência: a “Psicanálise Maior” prevista por Freud torna-se realidade no século XXI como metapsicologia científica.* São Paulo : Casa do Psicólogo, 2003.
- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.
- ASSOUN, P.-L. *Metapsicologia freudiana: uma introdução.* Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1996.
- BACHELARD, G. *A formação do espírito científico.* Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.
- _____. *Epistemologia.* Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1977.
- _____. (1934). O novo espírito científico. In: *Os Pensadores.* São Paulo : Editora Abril, 1979.
- _____. (1940). A filosofia do não. In: *Os Pensadores.* São Paulo : Editora Abril, 1979.
- _____. *A psicanálise do fogo.* São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- _____. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado.* Rio de Janeiro : Contraponto, 2004.
- BLANCHÉ, R. *A ciência atual e o racionalismo.* Lisboa : Res Editora, 1983.
- _____. *La notion de fait psychique.* Paris : Librairie Felix Alcan, 1935.
- CANGUILHEM, G. Dialectique et philosophie du nom chez Gaston Bachelard. In: *Études d’histoire et de philosophie das ciences.* Paris : J.Vrin, 1975.
- _____. O que é a psicologia?. In: Revista Tempo brasileiro, n. 30-31, pp.104-123. Rio de Janeiro, 1973.

COTTET, S. *Freud e o desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1989.

_____. Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica contemporânea. In: *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Tânia Coelho (Org.). Rio de Janeiro : Contra Capa, 2005.

DUARTE-PLON, L. (2006, 7 de maio). Monopólio psi [Entrevista com Catherine Meyer]. Caderno Mais. Folha de São Paulo Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200606.htm> (Acesso em 10/10/2008).

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro : Imago, 1969:

(1888) Histeria, vol.I

(1893a) Alguns pontos para o estudo comparativo entre as paralisias motoras orgânicas e histéricas, vol.I

(1893b) Estudos sobre a histeria, vol.II

(1894) As neuropsicoses de defesa, vol.III

(1895) Projeto para uma psicologia científica, vol.I

(1896a) A etiologia da histeria, vol.III

(1896b) Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa, vol.III

(1898) A sexualidade na etiologia das neuroses, vol.III

(1899) Lembranças encobridoras, vol.III

(1900) A interpretação dos sonhos, vol. IV e V

(1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, vol. VII

(1914) História do movimento psicanalítico, vol. XIV

(1915a) O inconsciente, vol. XIV

(1915b) A pulsão e seus destinos, vol.XIV

(1923) O eu e o isso, vol. XIX

(1938) Algumas lições elementares de psicanálise, vol. XXIII

GABBI JÚNIOR, O. F. *Notas a projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro : Imago, 2003.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução a Metapsicologia freudiana*. vol.I. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1991.

GAULT, J. L. L'extimité du symptôme. In: Ornicar digital. Disponível em:
<http://www.lacanian.net/Ornicar%20online/Archive%20OD/ornicar/articles/166gau.htm> (Acesso em 10/10/2008).

HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

JACOB, F. *O jogo dos possíveis*. Lisboa : Gradiva Publicações, 1989.

LACAN, J. (1965) A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

_____ (1966a) Do sujeito enfim em questão. In: *Escritos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

_____ (1966b) De nossos antecedentes. In: *Escritos*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

_____ (1975) Conferência em genebra sobre o sintoma. In: *Opção Lacaniana*, nº23, 1998.

_____ (1954-55). *O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.

_____ (1959-60). *O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1988.

_____ (1964). *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

LAPLANCHE, J. *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997.

- LAURENT, E. *Versões da clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1995.
- LECOURT, D. *L'épistemologie historique de Gaston Bachelard*. Paris : J.Vrin, 1969.
- KANDEL, E. Biology and the future of psychoanalysis: a new intellectual framework for psychiatry revisited. In: *The American Journal of Psychiatry*. Disponível em:
<http://ajp.psychiatryonline.org/cgi/content/full/156/4/505?maxtoshow=&HITS=10&hits=10&RESULTFORMAT=1&author1=Kandel%2C+E&title=Biology+and+the+future+of+psychoanalysis%3A+a+new+intellectual+framework+&andorexacttitle=and&andorexacttitleabs=and&andorexactfulltext=and&searchid=1&FIRSTINDEX=0&sortspec=relevance&resourcetype=HWCIT> (Acesso em 30/10/2008)
- KOYRÉ, A. Galileu e Platão. In: *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1991a.
- _____. Do mundo do “mais ou menos” ao universo da precisão. In: *Estudos de história do pensamento filosófico*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1991b.
- _____. *Considerações sobre Descartes*. Lisboa : Editorial Presença, 1992.
- MASSON, J.M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro : Imago, 1986:
(01/01/1896) Rascunho K.
(21/09/1897) Carta 69.
(15/10/1897) Carta 71.
(14/11/1897) Carta 75.
- MATOS, R. P. C. *O sentido da subversão do sujeito pela psicanálise*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro : UFRJ/IP, 2004.
- MEYER, C. *Le livre noir de la psychanalyse*. Paris : Les Arènes, 2005.
- MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo : Perspectiva, 2003.

MILLER, J.-A. Sobre o transfinito: rumo a um novo significante. In: Phoenix, nº 1, pp. 27-41. Curitiba, 2000.

_____. *Matemas I*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1996.

MILNER, J.-C. *A Obra Clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1996.

ULLMO, J. *O pensamento científico moderno*. Coimbra : Coimbra Editora, 1967.